



Maria Lúcia Badejo

Pelas ruas de Porto Alegre

Um guia para conhecer o Centro Histórico caminhando

Badejo Editorial

The background of the cover is a light gray, stylized map of the street grid in Porto Alegre, Brazil. The lines represent streets and are arranged in a complex, somewhat irregular pattern, reflecting the city's urban layout. The map is centered and covers the entire page.

Pelas ruas de Porto Alegre

Um guia para conhecer o Centro Histórico caminhando

The background of the cover is a light gray, stylized map of the streets of Porto Alegre, showing a complex network of roads and blocks.

Maria Lúcia Badejo

Pelas ruas de Porto Alegre

Um guia para conhecer o Centro Histórico caminhando

Badejo Editorial
Porto Alegre, 2023

©Badejo Editorial, 2023

Texto e edição

Maria Lúcia Badejo

Produção

Amora Produções Culturais

Capa e projeto gráfico

Ethel Kawa e Tiemy Saito/Eska Design

Editoração

Eska Design

Revisão

Magda Collin/daRosa Editora

Mapa

Rudinei Basei

Impressão

Gráfica Comunicação Impressa

Badejo Editorial

Av. Protásio Alves, 7157/201 – Torre 2

91310-003 Porto Alegre/RS

www.badejo.com.br

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem autorização prévia.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

ISBN: 978-65-993949-1-1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Badejo, Maria Lúcia

Pelas ruas de Porto Alegre : um guia para conhecer
o Centro Histórico caminhando / Maria Lúcia Badejo.
-- Porto Alegre, RS : Badejo Editorial, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-993949-1-1

1. Patrimônio histórico 2. Porto Alegre (RS) -
História 3. Turismo - Brasil I. Título.

23-158803

CDD-338.479181

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Turismo : Guias 338.479181

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



APRESENTAÇÃO

Quando fomos apresentados a este projeto, imediatamente identificamos a sintonia entre seus propósitos e os valores da Baldo. Ao associar nossa marca a um projeto de turismo cultural, queremos contribuir para que os moradores e visitantes de Porto Alegre tenham à sua disposição não só um guia do Centro Histórico e um programa de caminhadas culturais, mas uma ferramenta de inclusão, geração de conhecimento e inúmeras possibilidades de socialização, bem-estar e qualidade de vida.

A Baldo surgiu em 1920, no município de Vespasiano Correa, como uma pequena fábrica artesanal de erva-mate. Do interior do Rio Grande do Sul, expandiu-se para o mundo, tornando-se uma grande exportadora de erva-mate. Nosso compromisso com a excelência, a inovação e a sustentabilidade está associado à valorização da história e das tradições.

A erva-mate, mais do que um produto, é uma bebida de raízes ancestrais e um elemento onipresente na cultura do Sul do país. Do mate reflexivo nas manhãs silenciosas à animada conversa com os amigos na Orla do Guaíba ou àquela xícara de chá-mate intenso a qualquer momento do dia, a Baldo está presente na vida de muitos porto-alegrenses. E neste local queremos permanecer, oferecendo sempre novas e deliciosas experiências sensoriais.

Esperamos que este guia proporcione momentos intensos e inesquecíveis a todos os seus leitores e que ele contribua para a consolidação da capital de nosso Estado como destino turístico e para a valorização e a preservação de seu patrimônio cultural.

Boa leitura!

Baldo S/A



SUMÁRIO

Introdução	11
Um pouco de história	15
Roteiro 1: Pequena história da Rua da Praia	21
Roteiro 2: Memórias da Praça da Alfândega	33
Roteiro 3: É Marechal Deodoro, mas pode chamar de Praça da Matriz	43
Roteiro 4: Antigualhas	55
Roteiro 5: Nos tempos da Praça do Portão	65
Roteiro 6: Pegadas africanas	75
Roteiro 7: Na margem de um lago-rio	85
Roteiro 8: Área indígena	93
Roteiro 9: Marcas da ditadura	99
Roteiro 10: Diversidade religiosa	111
Roteiro 11: Rumo à Zona Norte	121
Roteiro 12: Ícones da arquitetura	133
Roteiro 13: Literatour: um passeio literário	143
Referências	153



- 1. Santa Casa de Misericórdia
- 2. Estação Rodoviária
- 3. Chalé da Praça XV
- 4. Mercado Público
- 5. Paço dos Açorianos
- 6. Memorial do Rio Grande do Sul
- 7. Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS)
- 8. Casa de Cultura Mário Quintana
- 9. Usina do Gasômetro
- 10. Basílica N. Sra. das Dores
- 11. Biblioteca Pública do Estado
- 12. Theatro São Pedro

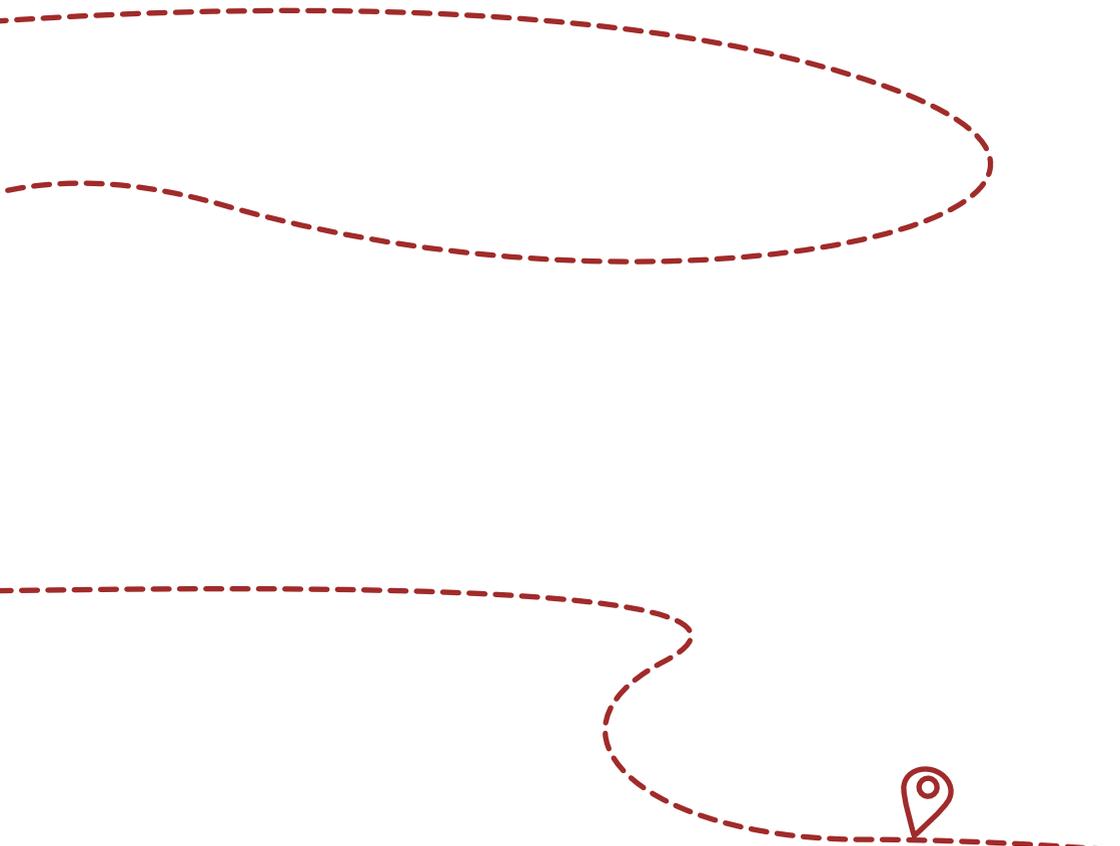
- 13. Palácio Piratini
- 14. Catedral Metropolitana
- 15. Viaduto Otávio Rocha
- 16. Largo dos Açorianos

Guaíba

Passeio

*Oh! não há nada como
um pé depois do outro..*

Mario Quintana





INTRODUÇÃO

Este livro nasceu do desejo de compartilhar com o maior número possível de pessoas o prazer de conhecer o Centro de Porto Alegre caminhando. O ponto de partida do projeto foi uma sugestão do querido Emerson Giumbelli, professor do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e parceiro de outras viagens editoriais. “Que tal publicar um guia do Centro de Porto Alegre baseado em percursos?”, ele me propôs.

A ideia veio bem ao encontro do meu propósito ao criar a Badejo Experiências Culturais: promover o turismo cultural por meio de roteiros temáticos, para que turistas locais e de fora possam conhecer a cidade caminhando. Em vez de apenas listar atrativos isolados, minha proposta é contar histórias, construir trajetos contextualizados, com uma narrativa costurando os locais visitados.

Mas por que o Centro? Bem, ainda que Porto Alegre tenha se espalhado por 94 bairros, e o Centro Histórico não fique exatamente no meio da cidade, ele continua tendo uma enorme importância cultural, econômica e, obviamente, histórica. Afinal, foi nesse pedacinho de solo entre o Guaíba e o Arroio Dilúvio que os primeiros colonizadores se estabeleceram e criaram Porto Alegre como a conhecemos hoje, a Porto Alegre de matriz europeia, construída sobre território indígena, por braços escravizados, tanto de nativos guaranis como de africanos e de seus descendentes.

No Centro Histórico, está a maior parte dos bens culturais tombados em Porto Alegre. As sedes da governança estadual e municipal também ficam no bairro, assim como os principais templos de boa parte das religiões praticadas na cidade. E ainda temos, nesse território, o mais importante ponto do comércio de rua, além de instituições sem as quais não se pode imaginar Porto Alegre, como o Mercado Público, o Cais do Porto, a Usina do Gasômetro e a Santa Casa.

Como turista, não conheço melhor maneira de descobrir uma cidade do que caminhando. Como guia de turismo, recomendo andar a pé pelo Centro Histórico para quem quer ter experiências inesquecíveis em Porto Alegre.

Convido você a colocar um calçado leve e uma roupa confortável, porque nossa caminhada vai começar.

Para baixo todos os santos ajudam

Ao criar os 13 roteiros incluídos neste guia, além de conectar as atrações com um fio temático, procurei pensar nos caminhos mais interessantes e menos exigentes em termos físicos, para que a caminhada seja o mais prazerosa possível. O Centro tem muitas lombas, então me preocupei em construir percursos com poucas subidas e narrativas que, literalmente, se desenrolem ladeira abaixo sempre que possível.

Cada roteiro foi planejado para ser percorrido em aproximadamente duas horas, em ritmo leve. Você também pode reduzir o tempo ou espichar a duração da experiência, com entrada em locais abertos à visitação e paradas para comer e beber.

Dicas e curiosidades

Ao folhear o guia, você vai perceber que cada roteiro tem uma introdução e uma pequena descrição dos atrativos. A ideia é dar apenas algumas informações básicas, para que se possa entender por que aquele lugar merece atenção.

Alguns itens ganharam um texto mais longo ou um box, porque considerei que mereciam uma melhor contextualização ou quis compartilhar dicas e curiosidades. Além disso, você vai encontrar remissões a outros roteiros, pois alguns tópicos têm relação com mais de um dos temas propostos.

Um guia colaborativo

Talvez você sinta falta de temas e lugares que não aparecem no livro. Sim, falta muita coisa, e essa é justamente a proposta: que este livro não termine aqui e seja construído em diálogo e de forma colaborativa. No final de cada roteiro, deixei um espaço para provocar você a incluir suas próprias observações e coisas que você descobriu.

Versão digital e audiolivro

Na orelha da contracapa, você vai encontrar um *QR-code*, que remete a uma página no site da Badejo Experiências Culturais. Além de atualizações, essa página inclui links para *download* gratuito do livro digital e da sua versão em áudio. Também disponibiliza conteúdos adicionais e material que eu usei em minha pesquisa, para construir os roteiros e escrever o livro.

Diversidade de fontes

Vale lembrar que minhas referências não se resumem a livros, artigos, sites, vídeos, *podcasts* e outros conteúdos digitais. Também tive muitas conversas. Uma delas foi com a coordenadora de Direitos e Políticas de Igualdade Racial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), Adriana Santos, a quem agradeço por sua disponibilidade para falar sobre o projeto Territórios Negros.

Outras colaborações fundamentais foram a da historiadora Cláudia Porcellis Aristimunha e a da museóloga Cidara Loguercio Souza, do Museu da UFRGS, que deram ideias para a criação do roteiro sobre a cultura indígena e fizeram uma revisão cuidadosa do texto.

Não posso esquecer de mencionar Emerson Giumbelli, que me orientou na criação do roteiro sobre diversidade religiosa, seu tema de estudo no campo da antropologia, e ainda contribuiu para a escrita do texto desse roteiro.

Também foi imprescindível para o projeto a participação da Jacqueline Custódio, ela própria um patrimônio cultural de Porto Alegre, que me deu a honra de ser parceira nesse percurso, com dicas, apoio técnico e afetivo.

E, claro, não posso deixar de mencionar minha querida professora Gabriela de Lima, do Curso Técnico em Guia de Turismo no Senac-EAD, minha maior referência profissional e inspiração durante a construção deste projeto.

Por fim, mas não menos importante, este projeto não teria deixado de ser apenas uma grande ideia sem a colaboração da Ethel Kawa, uma das melhores designers que eu conheço, com quem tenho o privilégio de trabalhar há anos; da Magda da Rosa Collin, grande professora e revisora; da Ana Amaral, parceira no relacionamento com o mercado e os patrocinadores; e das queridas Luciana Tondo e Francielle Daltrozo, da Amora Produções Culturais, que fizeram o projeto acontecer.

Um viva e um agradecimento especial à Baldo S/A, nossa patrocinadora, por investir em cultura e entender o valor do turismo a pé na geração de desenvolvimento sustentável, inclusão e educação.

E obrigada a você, leitor caminhante, que é a razão deste projeto.

Vamos começar nossa jornada?

Maria Lúcia Badejo

A data oficial de fundação de Porto Alegre é 26 de março de 1772, mas muitos séculos antes esse território já era habitado.





Um pouco
de história



Um pouco de história

A região que agora chamamos de Rio Grande do Sul começou a ser povoada há aproximadamente 12 mil anos, quando grupos de caçadores e coletores aqui chegaram. Mais recentemente, há cerca de 2 mil anos, uma segunda onda migratória trouxe a esse espaço povos falantes das línguas Tupi-Guarani e Macro-Jê, vindos da Amazônia e do Planalto Central.

Parte desses grupos formaram comunidades na vasta extensão entre um rio de muitas curvas — que, em tupi-guarani, se diz “mampituba” — e o lugar onde se unem os rios Jacuí, Gravataí, Caí e Itapuí, depois rebatizado como Rio dos Sinos. Eles passaram a chamar esse ponto de convergência de “Guaíba”, palavra indígena que significa “encontro das águas”.

Aí esses povos se estabeleceram e desenvolveram seus modos de vida, construíram casas, cultivaram roças, caçaram e pescaram, produziram arte, realizaram rituais e interagiram com o ambiente.

Há cerca de 300 anos, uma terceira onda migratória trouxe novos habitantes para a então chamada Capitania do Rio Grande de São Pedro. Esses conquistadores falavam português e vinham da região de Laguna, na Capitania de Santana. Estavam de olho nas planícies ao Sul para criar gado e nas aldeias para capturar os nativos e vendê-los como mão de obra em outras capitanias. Visavam um lugar conhecido como Campos de Viamão, uma vasta região que se estendia entre o rio Mampituba e o Guaíba. A margem leste do Guaíba era conhecida como Porto de Viamão. Hoje ela se chama Porto Alegre.

Nessa época, Portugal e Espanha viviam em constante disputa de fronteiras no Continente de São Pedro e na Banda Oriental, que atualmente corresponde ao Uruguai. O Porto de Viamão era um ponto estratégico nessa rota, então o rei de Portugal lançou mão de mecanismos para incentivar o estabelecimento de portugueses na região e consolidar a posse da terra. Um deles foi a doação de lotes denominados sesmarias. Três delas correspondiam ao que é hoje a cidade de Porto Alegre.

A primeira carta de sesmaria no Porto de Viamão foi concedida, em 1740, a Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, natural da Ilha da Madeira, que, há quase uma década, já havia se instalado na região e construído casa perto do Morro Santana, onde atualmente é a divisa de Viamão e Porto Alegre. Logo, o antigo Porto de Viamão passou a ser chamado de Porto do Dorneles, pois era assim que o estancieiro era conhecido.

Os outros dois sesmeiros foram Sebastião Francisco Chaves, cuja sesmaria ficava próxima ao atual Bairro Glória, e Dionísio Rodrigues Mendes, que recebeu terras ao sul do atual município, com sede no que depois se tornaria o Bairro Belém Velho.

Outra forma de ocupação adotada pela Coroa foi promover a imigração de camponeses lusitanos. Em 1752, o rei de Portugal determinou a vinda de famílias do Arquipélago dos Açores para povoar a Região das Missões.

Dois anos antes, para tentar resolver os conflitos entre as duas coroas ibéricas, fora assinado o Tratado de Madri, definindo o Rio Uruguai como divisor do território. O que estivesse na margem oeste do rio pertenceria à Espanha, e tudo que estivesse a leste seria de Portugal.

Essa demarcação resolvia um problema, mas criava outro: as comunidades de sete missões jesuíticas estabelecidas no território agora português precisariam ser transferidas para a zona espanhola. No entanto, indígenas liderados pelo cacique Sepé Tiaraju se recusaram a cumprir a ordem de retirada, e teve início a Guerra Guaranítica.

Assim, cerca de 60 famílias que haviam desembarcado na capital, Rio Grande, com destino à Região das Missões não puderam seguir viagem e arrancharam no Porto do Dorneles à espera do fim do conflito. Em 1756, portugueses e espanhóis se uniram e exterminaram os guaranis missioneiros, mas a paz entre os europeus ainda demorou a se concretizar. Dessa forma, o assentamento provisório dos açorianos acabou se prolongando além do previsto.

Com barro e palha, os imigrantes construíram cabanas no extremo da península, conhecida como Ponta das Pedras, onde desaguava o Arroio Dilúvio, chamado então de "Riacho". Começaram a plantar trigo e cultivar hortas, ergueram uma pequena capela em louvor a São Francisco das Chagas, e a povoação foi denominada Porto de São Francisco dos Casais.

Em 1772, o governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, José Marcelino de Figueiredo, tomou uma decisão que significaria o nascimento oficial de Porto Alegre pelo calendário português: transformou o Porto dos Casais em Freguesia de São Francisco das Chagas, separando o povoado da Vila de Viamão.

Desde 1763, a Freguesia de Viamão era a sede da capitania. Naquele ano, os espanhóis ocuparam a Vila de Rio Grande, e o governador teve que transferir a administração para uma região mais segura. Em 1773, levando em conta sua posição estratégica, o governador elevou a Freguesia de São Francisco a capital e rebatizou-a como Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, substituindo o santo venerado pelo povo por sua devoção pessoal.

A partir dessa data, inúmeras transformações foram acontecendo em Porto Alegre. Atualmente, vivem, na cidade, cerca de 1,4 milhão de pessoas, das quais 0,23% são indígenas; 10,03% são pardas; 10,21%, pretas; 79,23%, brancas¹. A área total do município é de 495,3 km², dividida em 94 bairros. O Centro Histórico representa 0,5% do território, mas sua importância histórica, cultural e econômica é gigantesca.

Esta linha do tempo resumida enumera alguns dos principais acontecimentos de Porto Alegre, com ênfase no Centro Histórico, desde sua fundação oficial.

¹Observatório da Cidade de Porto Alegre, com base no Censo 2010 (IBGE).

Linha do tempo

Versão completa no site



Uma boa maneira
de começar a descobrir
a cidade é percorrer
sua rua mais antiga
desde o início.





Roteiro 1

Pequena história da Rua da Praia



Pequena história da Rua da Praia

A Rua dos Andradas, até hoje mais conhecida como Rua da Praia, nasce perto do lugar onde os açorianos construíram seus primeiros ranchos. No século XVIII, esse arraial era chamado de Ponta das Pedras. Ela ficava às margens do Guaíba e formava, com as antigas Rua da Igreja (Duque de Caxias) e Rua da Ponte/do Cotovelo (Riachuelo), as principais vias da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais.

Vale lembrar que, de início, a Rua da Praia ia somente até a atual Rua General Câmara, que se chamava Rua da Ladeira, depois Rua do Ouvidor. O trecho que seguia até a atual Rua Senhor dos Passos recebia o nome de Rua da Graça. Em 1865, os dois segmentos foram unificados, com a denominação de Rua dos Andradas, mas até hoje o nome não pegou.

Logo que Porto Alegre tornou-se capital, o governador José Marcelino de Figueiredo tratou de instalar, na ponta da península, o Arsenal de Guerra, daí aquela região passar a ser conhecida como Ponta do Arsenal e Praia do Arsenal.

Ainda hoje, o início da Rua dos Andradas concentra importantes instituições militares, como a Capitania Fluvial de Porto Alegre e os comandos da Brigada Militar e do Exército. Alguns desses prédios merecem atenção especial por seu valor histórico e arquitetônico.

Praça Brigadeiro Sampaio

Entre as ruas dos Andradas, General Portinho, Siqueira Campos e Avenida João Goulart

Talvez nenhum outro logradouro de Porto Alegre tenha recebido tantos nomes quanto este. Ali existiu o primeiro cemitério de Porto Alegre e, mais tarde, foi o terreno escolhido para dar cumprimento às sentenças de morte, sendo conhecido como Largo da Força.

Os enforcamentos eram um espetáculo macabro, acompanhado pela população, que assistia ao condenado descer a ladeira desde a Santa Casa e seguir pela Rua da Praia acompanhado por um sacerdote, um meirinho, que lia a sentença, e um cortejo. Crianças e escravizados eram levados ao local para assistir aos enforcamentos como atividade “educativa” sobre o que poderia lhes acontecer caso não andassem na linha. Devido a esse histórico, o local era malvisto e considerado ponto de aparição de almas penadas.



Em 1856, a área foi transformada em Praça da Harmonia e, em 1859, ganhou um chafariz, que abastecia a população com água potável, bombeada pelos presos da cadeia, que ficava onde hoje se encontra o Centro Cultural Usina do Gasômetro. Logo a praça entrou em decadência, o chafariz foi sucateado, e, em 1865, o local passou por um processo de restauro e arborização, promovido pelo vereador Martins de Lima.

Em 1878, a grande atração da praça passou a ser o American Rink, onde a sociedade porto-alegrense se divertia sobre patins. Nesse mesmo ano, a praça foi batizada de Martins de Lima, em homenagem a seu protetor, falecido naquele ano.

A partir de 1920, o local foi totalmente descaracterizado e tornou-se um canteiro de obras do Cais do Porto. Já em 1930, passou a se chamar Praça Três de Outubro, data de início do movimento que começou a alguns metros dali e ficou conhecido como Revolução de 30.

Em 1965, voltou a ser chamada Praça da Harmonia. Dez anos mais tarde, ganhou o nome atual, homenagem ao patrono da Infantaria brasileira, e, em 1980, uma estátua do brigadeiro Antônio de Sampaio, feita pelo escultor Acário Carvalho. Desde 2010, faz parte do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre com a obra "Tambor".

 Saiba mais nos roteiros 6 e 13.

Museu da Brigada Militar

Rua dos Andradas, 498

O prédio de estilo eclético, com um cisne de asas abertas em relevo na fachada, foi construído na década de 1920. O projeto foi assinado pelo engenheiro Theophilo Borges de Barros. Observam-se detalhes *art nouveau*, como o gradil de ferro do balcão central, e decoração típica da época, contrastando com a simetria e a austeridade do prédio.

Originalmente com dois andares, o edifício ganhou posteriormente um terceiro piso, construído sem levar em conta a arquitetura original. Esse enxerto sobressai pela desarmonia que confere ao conjunto.

Nesse endereço, funciona atualmente o Museu da Brigada Militar, que reúne objetos e documentos históricos da corporação.

Casa dos Leões

Rua dos Andradas, 507

Construída entre o final do século XIX e o início do século XX, a casa foi residência familiar, cortiço e passou bastante tempo abandonada. Em 1990, foi doada ao município. Este, em 2018, cedeu o espaço para ser transformado no Instituto Zorávia Bettiol, que abrigará a obra da artista e outras atividades ligadas a diferentes manifestações culturais.

Atualmente, o prédio encontra-se à espera de reforma e restauro, com realização eventual de atividades e ainda sem prazo para ser aberto ao público. Por trás dos tapumes, é possível ver parte do casarão em estilo eclético, mas, infelizmente, os leões que adornavam os pilares e eram sua principal característica não existem mais.

Quartel-general Auxiliar

Rua dos Andradas, 551

O prédio, na esquina com a Rua General Canabarro, foi construído, entre 1906 e 1908, para abrigar o Quartel-general do Exército e a residência de seu comandante e substituiu o antigo quartel de 1775.

Sua arquitetura eclética está repleta de influências positivistas, como boa parte dos prédios construídos na Primeira República. Quem mandou construir o novo quartel foi o general Manoel Joaquim Godolphim, homenageado com uma placa em mármore sobre a porta principal.

Na fachada, destacam-se elementos decorativos e simbólicos, como o torreão circular com uma cúpula azul estrelada e o lema “Ordem e progresso”, que remete à bandeira do Brasil. Também se veem os brasões da República e do Rio Grande do Sul, o emblema do Exército e bustos do Marechal Deodoro da Fonseca e de Júlio de Castilhos. Sobre a porta principal, encontram-se, ainda, uma figura feminina representando a República, a imagem de um soldado com um fuzil e uma corneta, e outra escultura feminina, que porta uma espada na mão direita e uma balança e um livro na esquerda, simbolizando a Justiça e a Lei.

Nesse prédio, no dia 3 de outubro de 1930, um grupo de militares rebeldes — liderado por Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Agenor Barcellos Feio — deu início ao movimento que ficaria conhecido como Revolução de 30 e que levou Getúlio Vargas ao poder. Uma placa de bronze na fachada do prédio faz alusão a esse evento, que mudou o rumo da história do Brasil, marcou o fim da República do Café com Leite e deu início à Era Vargas

Basilica Menor de Nossa Senhora das Dores

Rua dos Andradas, 587

A pedra fundamental da Igreja de Nossa Senhora das Dores foi lançada em 2 de fevereiro de 1807, mas sua construção arrastou-se por quase um século. Primeiro templo católico ainda de pé na cidade, em 2022 tornou-se, também, a primeira basílica menor de Porto Alegre, título concedido pelo Papa Francisco.

Em 1813, a imagem da padroeira foi transferida da Matriz para a capela-mor, em uma cerimônia que contou com a presença do governador, Dom Diogo de Souza. Em 1832, foi criada a freguesia de Nossa Senhora das Dores, mas até 1846, um ano após o fim da Revolução Farroupilha, a igreja não passava da capela-mor e de um barracão.

Naquele ano, o presidente da província, Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, fez uma doação que permitiu erguer os alicerces do templo. A obra foi se arrastando, e a grande escadaria só foi concluída em 1873. As torres ficaram prontas apenas em 1901, e os últimos andaimes foram recolhidos em 1904.

O longo tempo decorrido entre o início e a conclusão da obra fez com que o projeto e o estilo da igreja fossem sendo alterados, começando com traços barrocos e terminando em uma linguagem eclética, ao gosto do início do século XX.

As esculturas no alto da fachada, representando a fé, a esperança e a caridade, foram feitas pelo escultor João Vicente Friedrichs entre 1901 e 1902. Havia também dois anjos, que foram retirados, na década de 1930, depois que um deles foi derrubado por um vendaval.

Local do antigo pelourinho

Rua dos Andradas, em frente à Rua Padre Tomé

Ao que tudo indica, Porto Alegre teve mais de um pelourinho ao longo da história, mas não há vestígio ou registro exato de sua localização. Apenas na planta de 1839 e em um esboço da cidade feito por Tito Lívio Zambecari, em 1833, é mencionado um pelourinho defronte à Igreja Nossa Senhora das Dores.

Vale lembrar que, no período colonial e até a Independência, para uma freguesia ser elevada à condição de vila, deveria ter um pelourinho. O de Porto Alegre teria sido mandado fazer às pressas, em 1810, quando foi conquistada essa condição.

 Saiba mais no Roteiro 6.

Antigo Arsenal de Guerra

Rua dos Andradas, 629

Em 1774, começaram a ser construídos, na Rua da Praia, os Armazéns Reais, onde eram guardados os materiais destinados à provisão da tropa, e havia oficinas em que eram feitos reparos no armamento, no equipamento e nas embarcações. Esse foi o embrião do chamado Trem de Guerra, construído a partir de 1828. Em 1832, essa unidade recebeu o nome de Arsenal de Guerra e foi posteriormente ampliada.

Pela localização de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, o Arsenal de Guerra foi estratégico no apoio à defesa das fronteiras e em conflitos como a Guerra do Paraguai e a Primeira Guerra Mundial. Em 1935, foi desativado e passou a operar no município de General Câmara. Atualmente, funciona, no prédio, a Seção de Veteranos e Pensionistas da 3ª Região Militar.

Entre 1838 e 1940, a Santa Casa de Misericórdia manteve a Roda dos Expostos, destinada a acolher e proteger os bebês abandonados. Quando completavam 7 anos de idade, os meninos órfãos eram encaminhados ao Arsenal de Guerra para aprenderem um ofício, a fim de terem uma profissão na vida adulta.

Palacete Varejão

Rua dos Andradas, 861

Construído entre 1910 e 1914, foi projetado pelo arquiteto alemão Herrmann Otto Menschen para a família Varejão. A decoração da fachada é atribuída ao espanhol Jesús María Corona. Também conhecida como Casa Egípcia, seu principal destaque é a figura de uma mulher que parece segurar uma sacada circular semelhante a uma torre, simbolizando a força feminina. Ela se apoia sobre uma cabeça de leão, que representa a energia masculina.

Ali já funcionaram a Pensão Seleta, um albergue e uma clínica. O prédio faz parte do Inventário de Bens Imóveis do município.



Casa de Cultura Mario Quintana, antigo Hotel Majestic

Rua dos Andradas, 736

O Hotel Majestic foi projetado pelo arquiteto alemão Theodor Wiederspahn e construído, entre 1916 e 1933, pela empresa do engenheiro Rudolph Ahrons. O projeto foi encomendado pelo empresário Horácio de Carvalho, que possuía dois terrenos, com frentes para a Rua dos Andradas e a Rua Sete de Setembro, separados pela Travessa Araújo Ribeiro.

A solução proposta por Wiederspahn foram dois prédios independentes, ligados por uma passarela, algo extremamente ousado para a época, tanto que a obra foi embargada por ordem do então presidente do Estado, Borges de Medeiros, que temia pela segurança da construção.

O jeito foi se contentar em erguer somente uma das alas. Apenas em 1927, por intercessão do intendente municipal, Otávio Rocha, Borges liberou a construção da segunda parte do hotel, que havia sido arrendado, desde 1923, pelos irmãos Masgrau e batizado com o nome que lhe daria fama.

Ali viveram famílias de alto poder aquisitivo, militares, jovens que vinham do interior para estudar, e se hospedaram políticos, inclusive Getúlio Vargas e João Goulart, empresários e artistas, entre os quais Vicente Celestino e Francisco Alves. Um de seus mais ilustres hóspedes foi o poeta Mario Quintana, que ali viveu entre 1968 e 1980, quando o hotel já havia entrado em declínio, até, finalmente, ser fechado.

Em 1980, o prédio foi adquirido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) e, dois anos depois, foi comprado pelo Governo do Estado, que promoveu seu tombamento e transformação em centro cultural.

Vale a pena visitar todos os espaços da Casa de Cultura Mario Quintana, mas três são especiais: o Quarto do Poeta, que recria o ambiente onde Quintana viveu e produziu parte de sua obra, o Acervo Elis Regina e o Jardim Lutzemberger, criado em homenagem ao ambientalista José Lutzemberger, que reúne espécies botânicas típicas do bioma Pampa.

 Saiba mais no Roteiro 13.



Catedral Anglicana da Santíssima Trindade

Rua dos Andradas, 880

Primeiro templo erguido pela Igreja Episcopal no Brasil, é a sede da Diocese Anglicana Meridional e a Catedral Nacional da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB).

A construção foi feita entre 1900 e 1903, sob a responsabilidade do construtor Francisco Tomatis, com projeto em estilo neogótico do missionário e engenheiro civil estadunidense John Gaw Meem, um dos fundadores da Igreja Episcopal Anglicana no Brasil.

Destaca-se, na construção, o uso de elementos arquitetônicos góticos, como arcos ogivais, pináculos e vitrais. O prédio foi tombado como patrimônio cultural do município em 1981.

 Saiba mais no Roteiro 10.

A lenda do escravizado Josino

A demora na construção da Igreja das Dores está relacionada a uma das mais populares lendas urbanas de Porto Alegre: a maldição do escravizado Josino.

Existem diferentes versões. Uma delas diz que um negro escravizado chamado Josino foi acusado de furto por seu senhor e condenado à morte. Inocente, ele teria amaldiçoado o homem dizendo que ele nunca veria a igreja pronta.

Em uma narrativa, o objeto do crime seria uma pedra preciosa da imagem de Nossa Senhora; em outra, seria material de construção. Consta que alguns membros ilustres da sociedade doavam insumos para a obra e, à noite, mandavam os escravizados buscarem de volta as doações. Josino teria sido apanhado no ato e acusado de furto.

O comerciante a quem o escravizado pertencia de fato existiu. Chamava-se Domingos José Lopes, e seu estabelecimento ficava na esquina da Rua da Praia com a General Vasco Alves. É, sim, ele morreu antes de as torres da igreja serem construídas.

Antigo Cinema Cacique

Rua dos Andradas, 933

Se não fosse por um pequeno memorial à direita de quem entra no supermercado que funciona no prédio, nada lembraria que ali já foi um dos mais importantes cinemas de Porto Alegre.

Inaugurado em 1957, o Cine Cacique foi considerado o mais luxuoso da cidade. Em suas paredes internas, exibia murais do artista Glauco Rodrigues representando indígenas Guarani. Tinha poltronas reclináveis e uma confeitaria no mezanino. No final dos anos 1960, o espaço superior foi transformado no Cine Scala.

As duas salas fecharam em 1994 e, em 1996, foram destruídas por um incêndio, incluindo as pinturas de Glauco Rodrigues, uma perda irreparável.

Companhia Jornalística Caldas Júnior

Rua Caldas Júnior, 219

Em uma época na qual a imprensa gaúcha era declaradamente partidária, Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior foi pioneiro ao fundar, em 1895, o jornal *Correio do Povo*. A primeira edição saiu dois meses após o fim da sangrenta Revolução Federalista, que opôs o Partido Republicano Rio-grandense (os chimangos, que usavam lenços brancos) e o Partido Federalista (os maragatos, identificados por lenços vermelhos). Para deixar claro que não estava de nenhum dos lados, nos primeiros tempos, Caldas Júnior imprimia seu jornal em papel cor de rosa e, por isso, o *Correio* era conhecido como “o róseo”.

O projeto de Caldas Júnior era modernizar o jornalismo gaúcho, com um veículo mais informativo e imparcial. Em 1913, a morte precoce do fundador deixou, na gestão da empresa, sua viúva, Dolores Alcaraz Caldas, e um irmão dela, Joaquim Alcaraz.

O Edifício Hudson, atual sede do *Correio do Povo* e da Rádio Guaíba, foi adquirido em 1946, já na gestão de Breno Caldas, filho de Dolores e Caldas Júnior. O “doutor Breno” dirigiu a Companhia Jornalística Caldas Júnior até 1985, quando o que restava dela foi vendida ao empresário Renato Ribeiro.

O prédio histórico presenciou a famosa greve da Caldas Júnior, que se estendeu de dezembro de 1983 a março de 1984. Insatisfeitos com atrasos no pagamento de salários e demissões, jornalistas, gráficos e motoristas do *Correio* e da hoje extinta *Folha da Tarde* paralisaram suas atividades, realizaram passeatas pelas ruas do Centro e enfrentaram a repressão da Brigada Militar — vale lembrar que o Brasil ainda vivia sob uma ditadura, apoiada, desde o início, pela empresa. A greve foi considerada legal pela Justiça do Trabalho, que determinou o pagamento dos salários atrasados e dos dias parados. →

A crise financeira que havia originado a greve se agravou, e o grupo, que incluía o jornal, a rádio e a TV Guaíba, foi vendido. Já no século XXI, em 2007, trocou novamente de propriedade, passando a fazer parte da Rede Record, controlada pela Igreja Universal.

O Edifício Hudson, sede da Caldas Júnior, faz parte da lista de bens imóveis protegidos como patrimônio da cidade de Porto Alegre.

 Saiba mais no Roteiro 13.

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Rua dos Andradas, 959

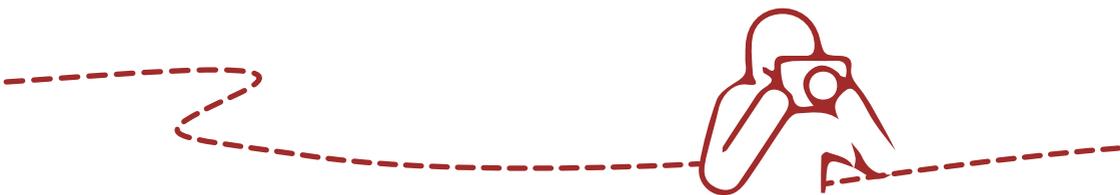
O museu é um conjunto de dois prédios ligados internamente, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. O edifício mais antigo, que pode ser acessado pela Rua dos Andradas, foi construído para ser a sede do jornal A Federação, órgão oficial do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), fundado, em 1884, por nomes como Joaquim Francisco de Assis Brasil e Júlio de Castilhos.

Foi projetado pelo engenheiro Teófilo Borges de Barros, da Secretaria de Obras Públicas, e a inauguração ocorreu em 6 de setembro de 1922, durante as comemorações do centenário da Independência. Em estilo eclético, tem no topo da fachada uma figura feminina segurando um archote, simbolizando a imprensa, obra do escultor italiano Luis Sanguin.

O jornal foi extinto em 1937, durante o Estado Novo, e o edifício foi ocupado pelo Jornal do Estado, que daria origem ao Diário Oficial. Em 1947, após um incêndio, o prédio foi ampliado com a construção do segundo edifício, já com uma linguagem modernista.

Desde 1982, é a sede do museu, instituição administrada pela Secretaria da Cultura do Estado. Seu nome homenageia o patrono da imprensa brasileira, Hipólito José da Costa, fundador do Correio Brasiliense, primeiro jornal brasileiro, criado em 1808.

Acredita-se que, nesse local, ficava a capela de São Francisco das Chagas, primeiro templo construído pelos imigrantes açorianos.



Uma rua cheia de nomes

A atual Rua Caldas Júnior homenageia o fundador do Correio do Povo desde 1944, mas sua existência é praticamente tão antiga quanto Porto Alegre. De início, era conhecida como Beco do Inácio Manoel Vieira, por causa de um cidadão que ali construía vários prédios; depois, foi chamada de Beco Quebra-Costas, talvez por ser escorregadia.

Por volta de 1830, ganhou o apelido de Beco do Fanha, devido a um taberneiro que ali morava e se distinguia pela voz anasalada. Esse foi o que pegou e consta até em documentos oficiais.

Em 1873, a Câmara elevou o beco a travessa e batizou-a com o nome de uma das cidades onde o exército brasileiro obteve importante vitória na guerra contra o Uruguai: Paysandu.

Em 1944, o prefeito Antônio Brochado da Rocha resolveu homenagear o fundador do Correio do Povo, mas como já havia uma rua com seu nome no bairro Partenon, foi feita uma troca. A Rua Paissandu existe até hoje no tradicional bairro da Zona Leste, no lugar da antiga Rua Caldas Júnior, que foi transferida para o Centro.

Anotações

Chamada nos primeiros tempos da freguesia de Largo da Quitanda, ela era o espaço onde casas de comércio, feirantes, ambulantes e quitandeiras ofereciam seus produtos.





Roteiro 2
Memórias da
Praça da Alfândega



Memórias da Praça da Alfândega

Primeiro centro comercial de Porto Alegre, a Praça da Alfândega ficava à beira do Guaíba, que avançava até a atual Rua Sete de Setembro. Em 1804, o governador da capitania, Paulo da Silva Gama, mandou construir um trapiche para facilitar o transporte fluvial de mercadorias, e foi instalada uma alfândega para cobrar impostos.

De início, a alfândega funcionou em uma casa alugada do comerciante Domingos Gonçalves de Amorim. Ficava na Rua da Praia, em frente ao Largo da Quitanda, mais ou menos onde, no início do século XX, seria construído o Edifício Imperial.

Entre 1856 e 1858, foram erguidos o Cais da Alfândega, um muro de arrimo e escadarias. Foi aí que, em 1865, atracou o navio trazendo o imperador Dom Pedro II e sua comitiva, rumo a Uruguai, durante a Guerra do Paraguai. Nessa ocasião, teria sido inaugurado o Chafariz da Imperatriz, localizado em frente à primeira sede própria da Alfândega, erguida no centro da praça, entre 1819 e 1824.

Ainda durante o Império, em 1883, a Câmara Municipal decidiu homenagear o político gaúcho Florêncio Carlos de Abreu e Silva, recém-falecido de tuberculose, e mudou o nome da praça para Senador Florêncio. Em 1922, foi inaugurado o Cais Mauá, com seu pórtico e os armazéns franceses, tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em 1979, a Câmara de Porto Alegre aprovou a unificação da Praça Senador Florêncio com a pequena Praça Barão do Rio Branco e a transformação de um trecho da Rua Sete de Setembro em calçada. O nome voltou a ser Praça da Alfândega, e foi incorporada a ela a área entre a Rua dos Andradas, Capitão Montanha, Siqueira Campos e Cassiano do Nascimento.

 Saiba mais nos roteiros 6, 8 e 13.

Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS)

Praça da Alfândega, s/nº

Em 1912, foi aberta uma concorrência pública para a construção do prédio da Delegacia Fiscal do Ministério da Fazenda. O único projeto apresentado foi o do arquiteto Theodor Wiederspahn, alemão radicado em Porto Alegre, que, na época, trabalhava na empresa de engenharia de Rudolph Ahrons. Devido a seu alto custo, a proposta foi rejeitada pelo ministro da Fazenda, Francisco Sales, mas, em 1913, o gaúcho Rivadávia Correa assumiu o ministério e autorizou a construção.

Inaugurado em 1914, o prédio é um dos principais exemplos da arquitetura eclética, de inspiração positivista, que dominou o início do século XX no Estado. Reúne um dos mais ricos conjuntos escultóricos em fachadas de Porto Alegre, de autoria do também alemão Alfred Adloff.

Sobre a entrada principal, destacam-se as figuras dos deuses gregos Demeter e Hermes, representando a agricultura e o comércio. Vale notar que Hermes não usa o tradicional capacete com asas nem segura o caduceu, apenas um saquinho de moedas, que remete à função de arrecadação da Delegacia Fiscal. Nas quatro faces do edifício, encontram-se outras esculturas decorativas e alegorias aludindo a atividades econômicas típicas do Estado, como a indústria e a pecuária.

Um fato curioso é que a Delegacia Fiscal ficou anos sem cobertura, porque suas cúpulas de bronze foram encomendadas na Alemanha, mas, em 1914, teve início a Primeira Guerra Mundial. O navio que as transportava de volta ao Brasil foi retido no porto de Hamburgo, e elas foram confiscadas e transformadas em canhões. Apenas em 1922, novas cúpulas foram fabricadas e instaladas.

Em 1978, o prédio recebeu o acervo do MARGS, criado em 1954. Em 1981, foi tombado pelo IPHAN e, em 1985, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). Desde 1997, o museu leva o nome de seu fundador, o pintor Ado Malagoli.

Inspetoria da Receita Federal

Avenida Sepúlveda, 53

A alfândega, que dá nome à praça, funcionou inicialmente em uma casa alugada na Rua da Praia. Entre 1819 e 1824, foi construída sua primeira sede própria, no centro da praça e, na segunda metade do século XIX, as atividades alfandegárias foram transferidas para outro prédio, que ficava nas imediações de onde hoje se encontra a matriz do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), na Rua Capitão Montanha.

Em 1911, como parte das transformações urbanísticas de influência republicana e positivista, teve início a construção da nova alfândega, com projeto de Hermann Otto Menschen. A obra levou mais de duas décadas para ser concluída, e a inauguração ocorreu em 1933. Nas fachadas, destacam-se as figuras de um Atlas, de um marinheiro negro e de um remador, de autoria do escultor Alfred Adloff.

Segredos da Avenida Sepúlveda

Em 1925, foi aberta uma avenida na área aterrada para a construção do Cais Mauá, no eixo do antigo trapiche. A intenção é que ela fosse até o Palácio do Governo, mas o projeto de rasgar os quarteirões entre as Praças da Alfândega e da Matriz com um suntuoso bulevar foi abortado.

A Avenida Sepúlveda ficou com apenas três quadras, entre a Avenida Mauá e a Praça da Alfândega. Mas quem foi o Sepúlveda homenageado e o que ele fez para receber a distinção?

Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda foi um militar português que, em 1764, se envolveu em uma briga com um oficial escocês e acabou matando-o. Condenado à morte por um Conselho de Guerra, acabou sendo beneficiado pela Coroa, que decidiu enviá-lo secretamente ao Brasil.

Sepúlveda embarcou para o Rio de Janeiro com uma carta do Marquês de Pombal ao Vice-rei Antônio Álvares da Cunha, ordenando que fosse incorporado às forças locais com a patente de coronel, passando a ser chamado de José Marcelino de Figueiredo e mantendo-se o assunto em segredo.

Sim, Sepúlveda, ou Figueiredo, foi o governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, que passou para a história como fundador de Porto Alegre.

Em 1783, já brigadeiro, recebeu autorização para retornar a Portugal, onde voltou a usar seu nome verdadeiro, exerceu diversos cargos públicos e militares e recebeu o título de fidalgo da Casa Real.

Secretaria da Fazenda do Estado

Avenida Mauá, 1155/Rua Siqueira Campos, 1044

Os dois edifícios neoclássicos interligados ocupam um quarteirão e integram o sítio histórico da Praça da Alfândega. O projeto foi do arquiteto Teóphilo Borges de Barros. O primeiro começou a ser construído em 1919, para sediar a Administração do Porto, a Mesa de Rendas, a Junta Comercial e a Repartição de Higiene. Por problemas financeiros, a obra foi paralisada entre 1920 e 1927.

Em 1929, o governador Getúlio Vargas mandou construir mais um andar, para a Secretaria da Fazenda, o Tesouro do Estado e o Banco do Rio Grande do Sul. A construção do prédio na Rua Siqueira Campos, para utilização pela Secretaria de Obras, pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) e pelo Departamento de Saneamento, iniciou-se na década de 1930.

Em 1934, foram construídos mais dois andares para o banco, que ganhou sede própria em 1941. Os dois prédios foram inaugurados em 1935 e, hoje, são interligados pelo pátio interno, ao qual se tem acesso por dois pórticos monumentais, na Avenida Sepúlveda e na Rua Cassiano Nascimento, e por uma passarela no quinto andar.

Memorial do Rio Grande do Sul

Rua Sete de Setembro, 1020

A sede dos Correios e Telégrafos no Rio Grande do Sul foi o primeiro dos quatro edifícios construídos sobre o aterro do lago Guaíba, entre setembro de 1910 e dezembro de 1913. O projeto de Theodor Wiederspahn teve clara influência do barroco alemão e lembra muito a Estação Ferroviária Central de Wiesbaden, com sua torre do relógio. Já as cúpulas sobre as duas torres assimétricas foram inspiradas no desenho dos capacetes do exército prussiano.

As esculturas da fachada são de Wenzel Folberger, um dos artistas que faziam parte do ateliê de João Vicente Friedrichs, o mais importante da época no Estado. No alto da fachada principal, um atlante carrega o globo terrestre, ladeado por uma mulher e um adolescente, que simbolizam a Europa e a América.

Um segundo grupo escultórico apresenta uma mulher lendo uma carta e outra segurando o filho, aludindo à principal função dos Correios e também à família e ao papel social da mulher na ótica positivista. Observa-se, ainda, o brasão da República, além de uma profusão de elementos decorativos, colunas e escadarias.

O prédio foi cedido ao Estado para ser transformado no Memorial do Rio Grande do Sul, inaugurado em 2000, com a finalidade de preservar e fomentar a memória histórica e cultural gaúcha. No prédio, também funcionam o Museu Postal, o Arquivo Histórico (AHRs) e o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS).

Na Revolução de 1930, esse foi um dos primeiros locais a ser tomado pelos revolucionários, liderados por Maurício Cardoso. Já na enchente de 1941, o porão e o andar térreo do prédio ficaram submersos, e os funcionários só tinham acesso por meio de barcos ao primeiro andar, para onde foram transferidas as atividades.

Farol Santander

Rua Sete de Setembro, 1028

Com formato que lembra uma caixa-forte, o prédio foi concebido para ser a sede do Banco Nacional do Comércio (BNC), fundado em 1895. A construção teve início em 1927, e a inauguração ocorreu em 1931. O projeto foi confiado ao arquiteto e escultor Fernando Corona, que também trabalhou na ornamentação das fachadas, com a colaboração de Alfred Staeger, responsável pela execução das alegorias da agropecuária e da exportação sobre a entrada da Rua Siqueira Campos.

As alegorias da indústria e do comércio sobre a porta de ferro francesa seriam do próprio Corona. No interior, destacam-se a claraboia e os vitrais franceses.

Em 1972, o BNC fundiu-se com o Banco da Província e o Banco Industrial e Comercial do Sul, dando origem ao Banco Sulbrasileiro, depois Meridional e atualmente Santander.

Nos anos 2000, o prédio passou a funcionar como Santander Cultural e mais tarde teve seu nome alterado para Farol Santander. Ali ocorreu, em 2017, a exposição “Queermuseu: cartografias da diferença na arte brasileira”, cancelada pela instituição após críticas e manifestações de grupos religiosos e conservadores.

Banco Safra

Rua dos Andradas, 1035

Os principais expoentes da engenharia, arquitetura e fachadismo da Belle-Époque porto-alegrense participaram da construção deste prédio icônico, projetado para ser, ao mesmo tempo, o luxuoso Cine-Theatro Guarany e a sede da Companhia de Seguros Previdência do Sul, uma das maiores do Estado na ocasião.

O projeto de Theodor Wiederspahn, à época atuando na empresa de engenharia de Rudolph Ahrons, teve a decoração da fachada executada pelos escultores João Vicente Friedrichs, Wenzel Folberger e Jesús María Corona.

No térreo do prédio de cinco andares, ficavam a sala de espera, a plateia, o palco e os camarins. No segundo piso, havia o *foyer*, galerias e camarotes. Os pavimentos superiores eram ocupados pela seguradora e por dois apartamentos.

O Guarany funcionou até a década de 1970 como um dos principais cinemas da cidade. Em 1980, o banco Safra adquiriu o prédio e também a construção ao lado, conhecida como Casa Pavão, devido à figura dessa ave em sua fachada. O prédio pertenceu à família Chaves Barcellos e depois foi a Farmácia Carvalho.

As fachadas restauradas mesclam o ecletismo com forte influência barroca da Previdência ao *art nouveau* do prédio vizinho. A primeira construção é um ótimo exemplo do uso da estatuária fachadista como forma de comunicar ao público as atividades econômicas ali exercidas.

Nota-se, no frontão, um conjunto onde se destaca uma figura representando a Previsão, com uma apólice de seguro na mão, onde estão as iniciais PDS, de Previdência do Sul. Uma figura feminina apoiada em uma âncora e o deus Hermes simbolizam a navegação e o comércio, também presentes no portfólio de seguros oferecidos pela companhia. Entre ambos, a data da inauguração: 1913.

Edifício Imperial

Rua dos Andradas, 1051

Com 13 andares, o Edifício Imperial é um marco da verticalização de Porto Alegre. Inaugurado em 1931, o “arranha-céu” é um dos principais representantes da arquitetura *art déco* na cidade. Além de mesclar unidades comerciais e residenciais com um cine-teatro no piso térreo, o Imperial movimentou o mercado imobiliário na época, introduzindo os apartamentos duplex.

O prédio pertence ao município e foi tombado como patrimônio cultural em 2004. Desde então, está parcialmente coberto por tapumes, à espera de uma reforma que deverá transformá-lo no Conjunto Cultural da Caixa, por meio de uma parceria entre a Prefeitura e a Caixa Econômica Federal.

Clube do Comércio

Rua dos Andradas, 1085

O clube foi fundado em 1896, na Rua Sete de Setembro, onde hoje está o Farol Santander. A nova sede social foi inaugurada, em 1939, na então Praça Senador Florêncio. Para a construção, não se economizou em requinte: espelhos de cristal rosado e vidro de cristal negro importados da Europa, mesclando elementos *art nouveau* e *art déco*.

Em seu Salão Rosado, aconteceu o primeiro baile de debutantes do Estado, em 1943. Hoje, o clube ocupa quatro dos 13 andares do edifício. Os pavimentos superiores subdividem-se em imóveis comerciais e residenciais, e o térreo tem lojas ao lado do portal em arco redondo, com duas colunas coríntias de granito e uma porta em ferro trabalhado.

Monumento ao Barão do Rio Branco

Rua Sete de Setembro, em frente ao Memorial do Rio Grande do Sul

Logo após a morte de José Maria Paranhos Júnior, em 1912, o Clube Militar dos Oficiais da Guarda Nacional lançou um concurso para a construção de um monumento ao patrono da diplomacia brasileira.

O vencedor foi o projeto da oficina de José Vicente Friedrichs, que encarregou Alfred Adloff de esculpir, em gesso, os moldes das duas figuras, enviados a Berlim, em 1914, para serem fundidos em bronze.

No entanto, o início da Primeira Guerra Mundial provocou grandes desencontros: enquanto a estátua do barão foi despachada, fundida e retida na Alemanha, o modelo da República ficou parado no porto de Santos.

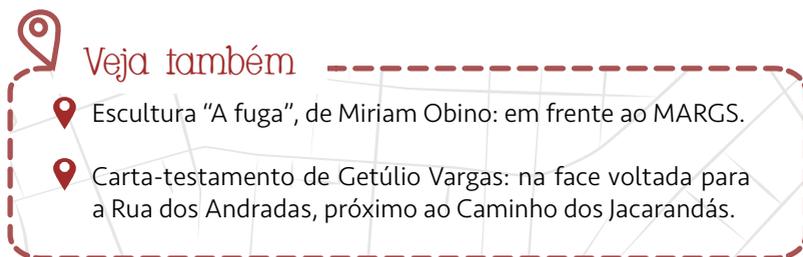
A figura do barão só chegou a Porto Alegre em setembro de 1915, quase um ano após a data prevista para a inauguração do monumento. Já a República acabou sendo fundida na oficina de Friedrichs e instalada em setembro de 1916.

Monumento ao General Osório

Centro da praça

A obra, de autoria do escultor carioca Hildegardo Leão Veloso, homenageia Manuel Luís Osório, patrono da Cavalaria do Exército Brasileiro. O monumento foi inaugurado em 1933 e consiste em uma estátua equestre de bronze sobre uma base de granito, na qual estão escritas frases atribuídas ao militar, colocada no centro de um espelho d'água.

Em 1966, a estátua foi encontrada caída de seu pedestal. A versão oficial é que teria sido um acidente provocado por um vendaval, mas muita gente acredita que o monumento foi atacado em um protesto contra a ditadura militar.



Rede social pré-internet

Pode-se dizer que, no início do século XX, a Praça da Alfândega e seu entorno eram a mais importante rede social da época.

Negócios e acordos políticos eram feitos nos cafés do Largo dos Medeiros e no Grande Hotel, que ficava na esquina da Andradas com a Caldas Júnior e pegou fogo em 1967.

Aos domingos, após a matinê, os rapazes se enfileiravam nas calçadas para assistir ao desfile das moças, e assim surgiam os flertes e começavam os namoros.

Grupos de senhoras tomavam seu chá da tarde nas confeitarias e adquiriam, no comércio elegante da Rua da Praia, as novidades da moda apresentadas na Revista do Globo.

Poetas, escritores, jornalistas, comunistas e anarcossindicalistas reuniam-se na frente da Livraria Americana, cujo prédio ainda resiste, na esquina da antiga Rua da Ladeira, hoje General Câmara.

Na segunda metade do século, a elite foi migrando para outros bairros, como Independência e Moinhos de Vento, e a principal referência cultural deixou de ser a França. Após a Segunda Guerra Mundial, a moda passou a ser frequentar lanchonetes, ouvir música dos Estados Unidos, e a Praça da Alfândega passou por um período de decadência, até voltar a receber investimentos, como o do Programa Monumenta, do Governo Federal, que permitiu sua revitalização e o restauro de alguns prédios históricos à sua volta.

Anotações

Pergunte a um morador de Porto Alegre onde fica a Praça Marechal Deodoro e ele, provavelmente, hesitará ou dirá que não sabe. Afinal, quem conhece a Praça da Matriz por seu nome oficial?





Roteiro 3
É Marechal Deodoro,
mas pode chamar
de Praça da Matriz



É Marechal Deodoro, mas pode chamar de Praça da Matriz

Quando o governador José Marcelino de Figueiredo transferiu a sede da capitania do Rio Grande de São Pedro para a Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, em 1773, mandou construir, no chamado Alto da Praia, o primeiro Palácio do Governo, a Casa da Junta e a Igreja Matriz.

Desde então, o local, que passou a ser conhecido como Largo e Praça da Matriz, tornou-se o centro cívico e religioso sucessivamente da capitania, da província e do Estado. Segundo o costume da época, junto à igreja, ficava o cemitério, que só foi transferido para longe da cidade após 1845, quando terminou a Revolução Farroupilha.

Na metade do século XIX, a Praça da Matriz passou a chamar-se Dom Pedro II e ganhou o primeiro de oito chafarizes espalhados pela cidade, para fornecer água para a população. A Fonte do Imperador era feita de mármore e tinha cinco figuras que representavam o Guaíba e seus afluentes, hoje instaladas no Parque da Hidráulica, localizado no bairro Moinhos de Vento.

O chafariz e a estátua do Conde de Porto Alegre, que ficava diante do Palácio e, em 1912, foi levada para a praça que o homenageia, foram os primeiros monumentos públicos de Porto Alegre.

Em dezembro de 1889, com o fim da monarquia, a Praça Dom Pedro II foi rebatizada como Marechal Deodoro. O sítio histórico foi tombado como patrimônio nacional pelo IPHAN, em 2003. É nesse espaço repleto de histórias que vamos começar nosso roteiro.

Monumento a Júlio de Castilhos

Praça Marechal Deodoro

Republicano e positivista, o principal líder político gaúcho na transição entre os séculos XIX e XX foi homenageado após sua morte com um monumento de autoria do escultor Décio Villares. O monumento foi inaugurado em 1913, no local de maior destaque da praça, e, em uma época em que havia menos prédios altos, podia ser avistado de longe. Praticamente um altar, tem o formato de uma pirâmide encimada por uma alegoria da República e, em suas quatro faces, apresenta figuras que resumem a biografia do estadista.

Na face oeste, Castilhos é representado como um jovem distribuindo exemplares do jornal A Federação, órgão oficial do Partido Republicano Rio-grandense. Na face norte, aparece já maduro, com um livro na mão, parecendo erguer-se da poltrona para colocar seu programa de governo em ação. Alegorias representam suas virtudes: a prudência, que aponta para o dragão da oposição e faz um gesto para conter a coragem, que se apresenta com os olhos vendados e trazendo os louros da vitória; a firmeza, que tem na mão as chaves dos três poderes; e o civismo, representado por uma figura envolta na bandeira nacional.

A face leste mostra um velho de longas barbas, com um livro aberto no colo, simbolizando a sabedoria política e a transparência. Por fim, a face do lado sul tem um homem a cavalo, em trajes típicos, saudando o líder, representando a idealização positivista dos gaúchos como povo pacífico, gentil e trabalhador.

 Saiba mais no Roteiro 10.

Museu Júlio de Castilhos

Rua Duque de Caxias, 1205

Os dois prédios onde funciona o museu são exemplos das residências da elite que vivia na Rua Duque de Caxias, na transição do século XIX para o século XX. O primeiro foi construído em 1887, pelo engenheiro militar Catão Augusto dos Santos Roxo, comandante da Escola Militar do Rio Grande do Sul, para sua residência.

Em 1898, quando deixou o governo do Estado, Júlio de Castilhos foi presenteado com essa casa pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Nela, o líder do partido viveu até sua morte, em 1903. Em janeiro de 1905, sua viúva, Honorina, cometeu suicídio, e então o governador Borges de Medeiros mandou comprar o imóvel para transformá-lo no primeiro museu do Rio Grande do Sul. Em 1975, a casa ao lado, de 1916, foi desapropriada para tornar-se anexo do museu.

Os prédios são protegidos nos âmbitos municipal e estadual, e o acervo foi tombado pelo IPHAN, em 1937.

Catedral Metropolitana

Rua Duque de Caxias, 1047

A antiga matriz, construída entre 1779 e 1846, foi demolida em 1920 para dar lugar à nova Catedral Metropolitana, ou Igreja Matriz de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. →

Um concurso para a escolha do projeto teve como vencedor Jesús María Corona, arquiteto e artista plástico espanhol, estabelecido em Porto Alegre no início do século XX. A proposta de Corona era uma catedral neogótica, com cinco naves e duas torres de 72 metros de altura. Só que ele ganhou, mas não levou.

Narizes torcidos por todos os lados, da Escola de Engenharia à Cúria Metropolitana, fizeram seu projeto ser descartado. Há quem diga que seu engajamento político pesou na decisão, já que Corona chegara à América após participar do movimento Republicano na Espanha e era considerado anarquista.

O arcebispo Dom João Becker encomendou um novo projeto ao italiano Giovanni Battista Giovenale, que desenhou inúmeras igrejas italianas e concebeu a Matriz porto-alegrense em estilo neorrenascentista, com sua cúpula de 65 metros de altura por 18 de diâmetro.

Na fachada, destaca-se o mosaico representando a padroeira Mãe de Deus, rodeada por São Francisco de Assis, a quem a freguesia havia sido inicialmente dedicada, e pelos mártires jesuítas Roque Gonzales de Santa Cruz, Afonso Rodrigues e Juan del Castillo. Também estão representados o padroeiro do Estado, São Pedro, o Papa Pio IX, criador da diocese de Porto Alegre, e Santa Teresa de Ávila, que dava nome à fortaleza construída pelos portugueses próximo ao Chuí, em território que hoje pertence ao Uruguai.

Esculturas representando os patriarcas da Igreja e carrancas indígenas são outros itens que chamam atenção na fachada. No interior, o altar-mor tem pinturas de Aldo Locatelli, e encontra-se a imagem de São Francisco das Chagas, venerado pelos açorianos na capela que não existe mais. O granito rosa usado na construção foi retirado de morros da Zona Sul de Porto Alegre.

Junto à Catedral, está a Cúria Metropolitana, sede administrativa da Arquidiocese de Porto Alegre, que pode ser acessada pela Rua Espírito Santo.

Dizem que a Igreja das Dores levou quase um século para ficar pronta por causa da maldição do escravizado Josino. A Catedral começou a ser construída em 1920, mas só foi consagrada em 1986. Praga de Jesús María Corona?

 Saiba mais nos roteiros 1, 6 e 10.

Palácio Piratini

Praça Marechal Deodoro, s/nº

Após a Revolução Federalista, em 1895, Júlio de Castilhos precisava de um símbolo da consolidação do governo estadual republicano. Mandou, então, demolir o Palácio de Barro e encarregou Afonso Hebert, da Secretaria de Obras, de desenhar o projeto de um novo Palácio. Em 1901, já na gestão Borges de Medeiros, a obra, que já vinha lenta, foi paralisada.

Quando Carlos Barbosa assumiu a presidência do Estado, em 1908, decidiu retomar a construção, mas com novo projeto, considerando o anterior acanhado demais. Seu secretário de Obras Públicas, Cândido José de Godoy, desejava que o palácio fosse “o edifício público mais belo e majestoso do Brasil”, afirma o historiador Sérgio da Costa Franco. E a dupla não deixou por menos: enviou a Paris uma comissão para realizar um concurso a fim de escolher uma proposta arquitetônica à altura de sua aspiração.

Houve apenas dois inscritos, que não atenderam às expectativas. Por fim, Barbosa conseguiu seu intento de ter um palácio desenhado na França. O jovem Maurice Gras lhe foi apresentado por um diplomata francês e recebeu a incumbência de projetar a nova sede do governo, para a qual não foram poupados recursos. De volta ao poder, em 1813, Borges mandou parar a ganância e delegou a obra a uma equipe local.

Antes disso, já haviam chegado as esculturas colocadas na fachada do palácio, representando a agricultura e a indústria, ambas de autoria de Paul Landowski, o mesmo escultor que fez o projeto do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro.

O nome Piratini foi atribuído ao palácio em 1955, por decreto do governador Ildo Meneghetti. As obras só foram concluídas entre os anos 1960 e 1970.

Além de sede do Executivo gaúcho, o Palácio Piratini é a residência do governador. Parte de seu mobiliário foi executado pelos detentos da Casa de Correção, antigo presídio localizado próximo à Usina do Gasômetro e demolido nos anos 1960.



Memorial do Legislativo

Rua Duque de Caxias, 1029

Seja bem-vindo ao prédio mais antigo de Porto Alegre! Claro, outros existiram antes, mas nenhum resistiu em pé. Ele foi inaugurado, em 1790, para ser a Provedoria da Real Fazenda.

No sistema colonial, esse órgão, criado junto com as Capitânicas Hereditárias, era responsável por toda a gestão civil e militar da capitania: cobrava impostos, fazia obras públicas, administrava portos e providenciava os serviços essenciais. O prédio também é conhecido como Casa da Junta, pois a provedoria foi sucedida pela Junta de Administração e Arrecadação da Fazenda, que dividia o imóvel com a Câmara e a cadeia.

O responsável pela construção foi o Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha, que projetou um casarão térreo no estilo colonial. O segundo piso foi acrescentado apenas em 1860, quando o prédio ganhou também um ar neoclássico, mais ao gosto da época.

Entre 1835 e 1967, esse foi o endereço da Assembleia Legislativa, com interrupções durante a Revolução Farroupilha e o Estado Novo. Em 1967, o Parlamento gaúcho transferiu-se para o Palácio Farroupilha, do outro lado da rua, mas não esqueceu sua antiga casa, que já havia sido tombada pelo Estado, em 1981, e transformou-a em Memorial do Legislativo.

Pinacoteca Rubem Berta

Rua Duque de Caxias, 973

A Pinacoteca Rubem Berta foi criada, em 1967, como parte de um projeto idealizado pelo magnata das comunicações Assis Chateaubriand, para criar museus regionais em todo o Brasil. Em 1971, ela foi doada à Prefeitura de Porto Alegre. Sua coleção é bastante diversa, com pinturas de Pedro Américo, Tomie Othake, Cândido Portinari e Di Cavalcanti, incluindo até um quadro de 1673.

O nome da pinacoteca é uma homenagem ao então presidente da extinta companhia aérea Varig, que fazia o transporte dos acervos que compuseram os museus regionais fundados por Chateaubriand.

Desde 2019, o acervo ocupa este casarão do final do século XIX, que serviu como residência até 1956, quando foi adquirido pela União. Em 1916, passou por uma reforma na fachada, que adicionou elementos decorativos, de acordo com o que era chique na época.

O prédio funcionou como cartório eleitoral, depois foi entregue ao Exército e escapou de ser demolido quando passou a integrar o Programa Monumenta, do Governo Federal. Foi então restaurado e transferido para o Município de Porto Alegre, que, em 2012, promoveu seu tombamento.

O sobrado ainda preserva elementos da época em que foi construído, como uma cisterna subterrânea para armazenar a água da chuva, utilizada quando ainda não havia encanamento.

Solar dos Câmara

Rua Duque de Caxias, 968

Chegamos agora à construção residencial mais antiga que existe em Porto Alegre. O Solar dos Câmara foi erguido, entre 1818 e 1824, para ser residência do então chefe da Alfândega, José Feliciano Fernandes Pinheiro, que, em 1826, tornou-se Visconde de São Leopoldo e foi nomeado pelo imperador como primeiro presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

No entanto, o morador que acabou sendo identificado com o solar foi seu genro, José Antônio Corrêa da Câmara, militar e segundo Visconde de Pelotas. Câmara era meio-irmão da esposa de Pinheiro, Maria Elisa, e casou-se, em 1851, com a filha do casal, Maria Rita, que vinha a ser sua sobrinha, indo morar com a família no solar.

Proclamada a República, José Antônio Corrêa da Câmara foi nomeado primeiro governador do Estado, e, após sua morte, foi homenageado com a denominação da Rua General Câmara.

Na década de 1870, o solar passou por uma reforma para deixá-lo com um toque neoclássico, um *must* na época. Em 1963, o prédio foi tombado como patrimônio nacional e, em 1981, adquirido pela Assembleia Legislativa. Atualmente, funcionam no solar alguns setores da Assembleia e espaços para atividades culturais.

Palácio Farroupilha (Assembleia Legislativa)

Praça Marechal Deodoro, 101

No lugar onde hoje fica a sede do Poder Legislativo gaúcho, os fortes ventos que sopravam sobre o Alto da Praia faziam girar um moinho de trigo, instalado logo no começo da povoação da freguesia. Depois, ali funcionou, de 1850 até a década de 1920, a Sociedade Bailante, onde não só se dançava, mas ouvia-se a Orquestra Filarmônica Porto-Alegrense, e os primeiros filmes mudos eram exibidos. Em 1866, a Bailante ganhou uma nova vizinha: a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, instalada na esquina da Duque de Caxias.

Nos anos 1920, o prédio da Bailante foi demolido para a construção do Auditório Araújo Vianna, que também não durou: em 1955, a Prefeitura e o Governo do Estado assinaram um convênio para instalar o novo prédio da Assembleia Legislativa no local. Em troca, o Estado assumiu o compromisso de erguer o novo auditório, inaugurado, em 1962, no Parque Farroupilha. →

O projeto modernista do Palácio Farroupilha é de autoria dos arquitetos paulistas Gregório Zolko e Wolfgang Schoedon, vencedores de um concurso público nacional. Na fachada lateral do prédio, destaca-se a obra “Epopéia farroupilha”, do artista gaúcho Vasco Prado, formada por um conjunto de dez painéis metálicos recortados.

A escultura “Tiradentes”, também em chapas metálicas, é outra obra de Vasco Prado localizada na Assembleia, próxima a um dos acessos ao prédio. O artista representou o mártir da Inconfidência Mineira com três bocas e segurando uma flor.

Theatro São Pedro

Praça Marechal Deodoro, s/nº

Em 1833, 12 cidadãos formaram uma sociedade para construir um teatro. A intenção era denominá-lo São Pedro de Alcântara, em homenagem ao imperador, e destinar sua renda à Santa Casa, depois que recuperassem o investimento. Entusiasmado, o presidente da província, Manoel Antônio Galvão, doou à associação um terreno em frente à Praça da Matriz para a construção da casa de espetáculos.

A obra começou, mas foi paralisada com o início do conflito farroupilha, em 1835. Apenas em 1846, o assunto foi retomado, com novo grupo à frente do empreendimento e o pedido de apoio ao governo. A província, então, encampou financeiramente a ideia, bancando por meio de uma loteria o projeto, feito pelo arquiteto alemão Phillip Von Normann.

Em 1858, o luxuoso Theatro São Pedro entrou em funcionamento, mas a associação não teve condições financeiras de mantê-lo. Acabou sendo desapropriado pelo governo e entrou em decadência. Nos anos 1950, foi reformado, e seu *foyer* foi a primeira casa do Museu de Arte do Rio Grande do Sul.

A falta de investimento e de manutenção levou o prédio a ser interditado nos anos 1970. Na década seguinte, foi transformado em fundação e restaurado com recursos de diversos patrocinadores, reabrindo ao público e sendo ampliado com a construção do Multipalco.

As diversas intervenções realizadas ao longo de sua história alteraram algumas características do prédio, em estilo neoclássico. O processo de restauro buscou manter ou recriar elementos originais de seu interior, como os gradis das galerias, os lustres e a pintura do forro da plateia.

Palácio da Justiça

Praça Mal. Deodoro, 55

O Palácio da Justiça foi o primeiro edifício público modernista construído no Centro de Porto Alegre. O projeto, de autoria de Luís Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet, venceu um concurso público promovido pelo Estado, em 1952, para substituir a antiga Casa da Câmara, onde, até 1949, funcionava a sede do Poder Judiciário.

O prédio da Câmara, praticamente idêntico ao do Theatro São Pedro, foi construído em 1850 e pegou fogo em 1949, destruindo processos, documentos e uma das maiores bibliotecas jurídicas do País. A causa do incêndio não foi esclarecida, e há indícios de que teria sido provocado para eliminar arquivos indesejados.

Quando se inscreveu no concurso, Corona já era um arquiteto experiente e professor universitário. Fayet era graduando em arquitetura e foi convidado a colaborar no projeto.

Em 1968, nenhum deles pôde estar presente à solenidade de inauguração do Palácio da Justiça. O Brasil vivia a pior fase da ditadura pós-1964; era dezembro de 1968 e acabava de ser publicado o Ato Institucional nº 5, o famoso AI-5. Perseguido por suas posições políticas, Corona havia sido expurgado da UFRGS em 1964; Fayet o seria em 1969.

O mundo deu voltas, e, em 2002, a empresa de Carlos Maximiliano Fayet foi contratada para reformar e restaurar o prédio que ele ajudara a projetar – Corona falecera em 1977. Apenas em 2005, foram instalados, na fachada do Palácio, os painéis “Terra” e “Povo” e a estátua de nove metros da deusa grega da Justiça, Themis. As três obras, de sua autoria, haviam sido excluídas na construção.

Biblioteca Pública do Estado

Rua Riachuelo, 1190

A sede da Biblioteca Pública do Estado começou a ser construída em 1912 e foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência. É um dos principais símbolos da propaganda positivista no Brasil.

Foi projetada pelos engenheiros Affonso Hebert e Teófilo Borges de Barros, da Secretaria de Obras Públicas do Estado, para acolher a instituição, que fora criada em 1871, mas funcionava no prédio de uma escola. Atualmente, possui um acervo de 250 mil exemplares, incluindo obras raras e bibliografia de referência em história e cultura gaúchas, e uma gibiteca com 8 mil itens de obras em quadrinhos.

Em seu interior, destacam-se as pinturas decorativas das paredes, de Ferdinand Schlatter, e as esculturas de mármore e bronze, de autoria de Alfred Adloff, Eduardo de Sá e Giuseppe Gaudenzi. João Vicente Friedrichs foi o responsável pelas colunas de mármore de Carrara e seus capitéis.

Na fachada de estilo eclético, os elementos de maior destaque são os dez bustos de patronos dos meses do calendário positivista, criado pelo filósofo francês Auguste Comte. O calendário tem 13 meses de 28 dias, mais o dia da festa universal dos mortos, celebrada em 31 de dezembro, e o dia 29 de fevereiro, nos anos bissextos, quando são homenageadas as mulheres santas.

Os bustos foram encomendados na Europa e instalados em 1914. O prédio faz parte da lista de bens tombados nacionalmente pelo IPHAN.

 Saiba mais no Roteiro 13.

Hotel Praça da Matriz

Largo João Amorim de Albuquerque, 72

O casarão transformado em hotel foi construído, em 1927, para ser residência de Luiz Alves de Castro. Mais conhecido como Capitão Lulu, o empresário era dono do lendário Clube dos Caçadores, cabaré e cassino localizado na Rua Andrade Neves, frequentado por gente como Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e citado até em um dos livros da saga *O tempo e o vento*, de Érico Veríssimo.

Lulu não economizou em luxo. Contratou o engenheiro alemão Alfred Haesler para construir seu palacete em estilo eclético, com elementos decorativos na fachada, sacadas de ferro, vitrais, mármore e azulejos importados. Até o sistema de aquecimento de água veio da França – um luxo para a época.

Com a ida de Getúlio para o Palácio do Catete, em 1930, muitos gaúchos também se transferiram para a capital federal, e Lulu dos Caçadores seguiu o fluxo. Vendeu tudo e lá, em sociedade com Joaquim Rolla, proprietário do Cassino da Urca e do Hotel Quitandinha, em Petrópolis, abriu o Hotel Balneário Cassino Icarahy, em Niterói. O prédio hoje abriga o Centro de Artes e a reitoria da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O casarão onde hoje fica o Centro Cultural Força e Luz, na Rua dos Andradas, foi construído, na mesma época, para ser o novo Clube dos Caçadores, mas acabou sendo vendido sem ser ocupado pela casa noturna. O palacete da Praça da Matriz passou por diversas mãos até ser transformado em hotel, em 1978. Lulu certamente aprovaria.

Memorial do Ministério Público

Praça Marechal Deodoro, 110

Este prédio rosado de esquina teve sua pedra fundamental lançada em 1857. Foi projetado para ser a sede da Assembleia Provincial, que acabou não se estabelecendo ali, e tornou-se o Palácio Provisório de 1896 a 1921, enquanto era construído o Piratini. Por seu formato quadrado e seu torreão único, foi apelidado de Forte Apache.

O projeto inicial previa duas torres, um subsolo e dois pavimentos, mas acabou sendo alterado várias vezes, ganhando mais um piso e cavalições. Diversas repartições públicas ocuparam o prédio, inclusive o primeiro observatório meteorológico do Estado, instalado no torreão, em 1892.

Na década de 1960, foi decidida sua demolição, mas o prédio acabou sendo entregue ao Poder Judiciário, foi tombado pelo IPHAE, em 1982, e voltou para o Executivo, que o repassou ao Ministério Público. Atualmente, após passar por um processo de restauração, o prédio é ocupado pelo Memorial do Ministério Público, que preserva o acervo histórico da instituição.



Veja também



Estátua do ex-governador Leonel Brizola, do escultor Otto Dumovich: entre a Catedral Metropolitana e o Palácio Piratini



Solar Palmeiro: Praça Marechal Deodoro, 148



Arquivo Público: Rua Riachuelo, 1031



Edifício Tuyuti: Rua Caldas Júnior, 341

Anotações

Este roteiro é uma homenagem ao primeiro cronista de Porto Alegre de que se tem notícia, Antônio Álvares Pereira Coruja, autor de “Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre”.





Roteiro 4 Antigualhas



Antigualhas

Nascido em 1806, Antônio Álvares Pereira foi jornalista, político, professor e autor de livros didáticos. Ganhou o apelido Coruja nos tempos de escola e acabou incorporando-o a seu sobrenome.

Em 1837, Coruja foi morar no Rio. Na Corte, fundou a Escola Minerva, participou da Sociedade Literária do Rio de Janeiro e foi secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil durante 20 anos.

Na década de 1880, escreveu uma série de crônicas sobre sua cidade natal, publicadas no jornal Gazeta de Porto Alegre e depois reunidas no livro “Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre”.

Várias lembranças presentes nos textos do cronista serviram de inspiração para este roteiro. Ele começa no antigo Alto da Bronze, que hoje se chama Praça General Osório. Quer saber por que o lugar tinha esse nome? Então vamos lá!

Praça General Osório

Entre as ruas Duque de Caxias, Gen. Portinho e Cel. Fernando Machado

No século XIX, este logradouro era conhecido como Alto da Bronze. De acordo com Antônio Álvares Pereira Coruja, Bronze era o apelido de uma mulher que ali vivia e podia ser vista à janela a qualquer hora do dia ou da noite. Conta que ela “para falar pelos cotovelos não precisava arregaçar as mangas, porque se apresentava de saia e camisa, sendo por isso a indivíduo mais notável do bairro”. Ele informa, ainda:

(...) por ditos e palavras, fatos e feitos, era conhecida por não sei quê de bronze, mas por conveniência de pessoas sérias a chamavam a Bronze; e daí veio o nome Alto da Bronze, nome que infelizmente se perpetuou, e por tal maneira se perpetuará, que nem a praça do General Osório será capaz de o fazer apagar².

O que será que essa mulher tinha que era comparado ao bronze, mas não podia ser mencionado?

Em 1866, o terreno entre as ruas da Igreja (Duque de Caxias), Bela (General Portinho) e do Arvoredo (Fernando Machado) foi desapropriado para a instalação de um chafariz da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense para fornecer água à população.

O local passou a se chamar Praça General Osório, em homenagem ao patrono da Cavalaria do Exército brasileiro.

²CORUJA. Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1881.p 4-5.

Escola Técnica Estadual Senador Ernesto Dornelles

Rua Duque de Caxias, 385

O prédio de arquitetura eclética foi projetado, em 1913, pelo engenheiro Affonso Hebert, da Secretaria de Obras Públicas do Estado. Ali foi instalado o Grupo Escolar Fernando Gomes, que marcou a preocupação do governo republicano com a educação pública, quase inexistente durante a Monarquia.

O edifício tem elementos de inspiração neoclássica, como as colunas de mais de 13 metros de altura, e um mosaico no pórtico de entrada, com uma imagem que representa a sabedoria e as letras.

Em 1946, o grupo escolar foi desalojado para dar lugar à Escola Técnica Estadual Senador Ernesto Dornelles, primeira escola técnica feminina de Porto Alegre, em funcionamento ainda hoje, recebendo alunas e alunos.

Castelinho do Alto da Bronze

Rua Gen. Vasco Alves, 432

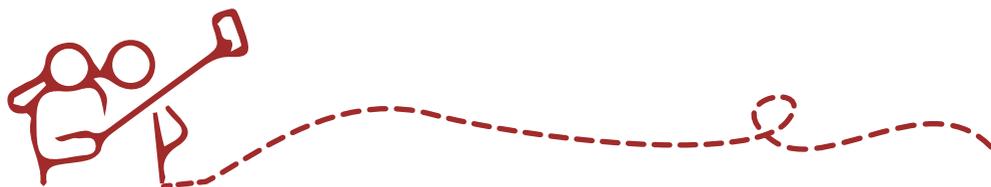
A estranha construção de pedra na esquina das ruas Vasco Alves e Fernando Machado chama atenção por sua arquitetura, que lembra um castelo medieval, e já inspirou livros, reportagens e lendas urbanas.

Nos anos 1940, Carlos Eurico Gomes, médico e político, apaixonou-se pela jovem Nilza Linck. A moça recém completara 18 anos, era separada e tinha um filho pequeno. Gomes estava com 40, era marido de Ruth Caldas, filha do fundador do jornal Correio do Povo, Caldas Júnior, e com ela tinha três filhas.

Sua outra paixão eram castelos medievais; por isso, mandou construir a casa de pedra de três andares, com torres de bordas dentadas e janelas góticas, e se mudou para lá com a amante.

Nilza viveu cerca de quatro anos no castelo, enclausurada pelo ciumento Carlos Eurico, até ganhar coragem para fugir, com o auxílio das duas empregadas que viviam na casa.

A “prisioneira do castelinho do Alto da Bronze”, conforme o título de um livro sobre sua vida, casou-se novamente e morreu em 2021, aos 98 anos. Carlos Eurico também voltou a casar e viveu alguns anos com a nova esposa no castelinho, que depois foi vendido e já foi boate, consultório, centro cultural e residência.



Casario do início do século XX

Rua Cel. Fernando Machado, de 464 a 514

As nove casas geminadas de três pavimentos foram construídas, entre 1927 e 1928, pelo empresário Antônio Chaves Barcellos Filho, no terreno que ficava nos fundos de seu palacete situado na Rua Duque de Caxias. Nessa área, anteriormente, estavam as cocheiras do Palácio do Governo.

Os sobrados foram feitos em alvenaria de tijolos e cobertos com telhas francesas. No início do século XX, era comum a construção de casas para aluguel e venda, já que prédios de apartamentos só se tornariam populares algumas décadas mais tarde. Por seu valor histórico e cultural, os sobrados foram tombados pelo município.

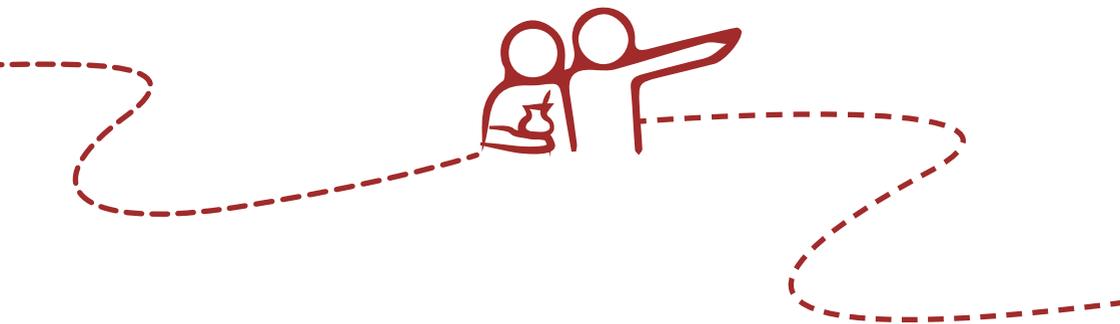
Antiquário Ao Belchior

Rua Cel. Fernando Machado, 464

Fundado em 1930 pelo português Joaquim Cunha, este é o mais antigo brique de Porto Alegre. Seu primeiro endereço foi na Rua dos Andradas, depois funcionou algum tempo na Marechal Floriano, onde seu criador trabalhou até falecer, em 1995, aos 100 anos. Atualmente é administrado por uma ex-funcionária.

O nome é uma homenagem ao fundador da primeira loja de compra e venda de objetos usados no Rio de Janeiro, um mascate chamado Belchior. A partir daí, as lojas desse tipo começaram a ser conhecidas por “belchiores” e, depois, por “brechós”.

O Ao Belchior ocupa um espaço na Comuna do Arvoredo, comunidade urbana com inspiração rural, criada em 2008, que funciona como moradia coletiva e espaço gastronômico e cultural em um dos sobrados tombados nessa quadra.



Praça Padre Gregório de Nadal

Rua Cel. Fernando Machado, 612-628

Nos anos de 1855 e 1856, uma epidemia de cólera matou 10% da população de Porto Alegre. Foi uma tragédia de saúde pública, que chamou atenção das autoridades para a necessidade de melhorar as condições de higiene e saneamento.

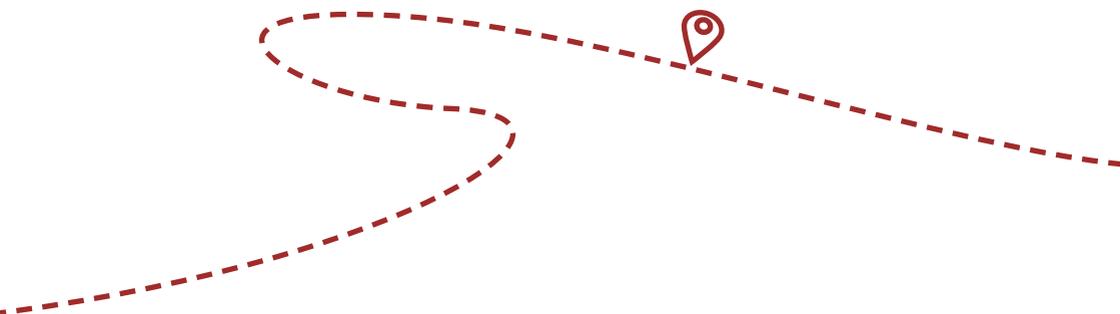
Uma das providências tomadas foi construir fontes para fornecer água potável à população. Na Rua do Arvoredo, em um terreno que ficava nos fundos do Palácio do Governo, foi instalada aquela que ficou conhecida como Fonte dos Pobres. O apelido dá uma ideia do perfil de quem morava abaixo da Rua da Igreja em direção ao Sul.

Nesse mesmo lugar, desde a construção da Igreja Matriz, eram enterrados os mortos. Por muito tempo, a atual Rua Espírito Santo foi conhecida como Beco do Cemitério e, já no início do século XIX, o local dos sepultamentos era questionado, com denúncias sobre a inadequação do manejo dos corpos.

No entanto, apenas em 1846, o então presidente da província, Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, resolveu tomar providências para a transferência do cemitério para longe da cidade.

Ele determinou que a Santa Casa construísse um campo santo no Alto da Azenha, horrorizado com o cheiro exalado nas proximidades do Palácio, onde os cães desenterravam cadáveres das covas rasas e carregavam pedaços humanos pelas ruas. O Cemitério da Santa Casa, inaugurado em 1850, é o mais antigo em funcionamento na cidade.

Atualmente, a praça é um ponto de encontro da comunidade, que contribui para seu cuidado e manutenção.



Escadaria da Rua General João Manoel

Rua Gen. João Manoel, entre os números 604 e 700

Em 1869, a Câmara de Porto Alegre decidiu trocar o belo nome da Rua Clara pelo de um general que participou da Guerra do Paraguai. Na quadra final da rua, o Morro da Formiga dificultava o trânsito de pedestres entre a Rua Duque de Caxias e a Rua Fernando Machado; por isso, em 1928, a intendência mandou construir ali uma escadaria e um belvedere, projetados pelo escritório do arquiteto Theodor Wiederspahn. Parte da obra foi financiada pela família Chaves Barcellos, dona dos imóveis do quarteirão.

Em épocas passadas, quando as construções do Centro eram mais baixas, o belvedere era local de encontros românticos, com vista privilegiada do Guaíba. Em 2018, a escadaria recebeu intervenções artísticas promovidas pela comunidade e faz parte do Inventário do Patrimônio Cultural do município. Às sextas-feiras, das 9h às 14h, acontece, no local, uma feira de produtos orgânicos.

Ponte de pedra

Largo dos Açorianos

Até ser canalizado, a partir da década de 1940, o Arroio Dilúvio, mais conhecido como Riacho, passava pelo interior do bairro Cidade Baixa e ia desaguar perto da Ponta da Cadeia, onde hoje se encontra o Centro Cultural Usina do Gasômetro. A única ligação entre o Centro e a parte Sul da cidade era uma ponte de madeira construída perto de sua foz.

Em 1846, o presidente da Província, Conde de Caxias, cansado de autorizar reparos na ponte, que vivia danificada, decidiu mandar construir outra, com estrutura de pedra, capaz de resistir melhor ao uso constante e à ação do clima. Escolheu para a construção um local mais estratégico para o tráfego, perto da Rua da Figueira, atual Coronel Genuíno.

A nova ponte foi aberta ao trânsito em 1848, e a anterior foi extinta. Quando o Riacho teve seu curso alterado, a ponte de pedra tornou-se obsoleta e quase foi demolida para a construção da primeira Perimetral, nos anos 1970, mas foi salva por um projeto paisagístico que criou uma praça e um espelho d'água ligando-a ao Viaduto dos Açorianos.

De acordo com o historiador Sérgio da Costa Franco, no livro "Porto Alegre: guia histórico", o nível da água ficou muito alto, encobrindo os pilares da ponte, e o que se observa hoje é "a velha Ponte de Pedra em circunstâncias de enchente".

No Largo, também se encontra o Monumento aos Açorianos, de autoria de Carlos Tenius, inaugurado em 1974. A escultura de aço homenageia os primeiros casais que vieram da Ilha dos Açores e são considerados os fundadores de Porto Alegre. Lembra uma caravela formada por corpos humanos entrelaçados, tendo à frente uma Vitória com asas vazadas, que lembra o personagem Ícaro, da mitologia grega. Inclui a seguinte inscrição: "Jamais sonhariam aqueles casais açorianos que da semente que lançavam ao solo nasceria o esplendor desta cidade".

Cinemateca Capitólio

Rua Demétrio Ribeiro, 1085

Em 1928, com a exibição do filme "Casanova, o príncipe dos amantes", foi inaugurado o Cinema Capitólio. O prédio de esquina, em estilo eclético, pertencia ao alfaiate José Luiz Faillace. Além de lançar filmes dos estúdios Warner Bros. e Columbia Pictures, o Capitólio também apresentava peças teatrais e cedia espaço para bailes de carnaval.

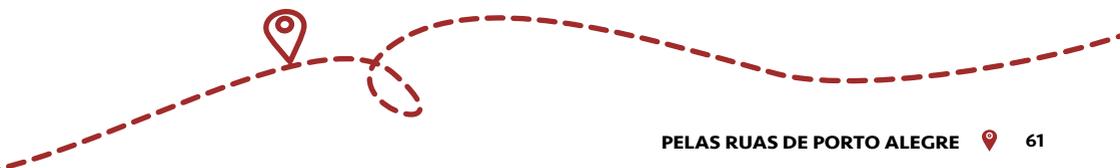
Como a maioria das salas da época, era enorme, capaz de acomodar quase 1.300 espectadores, e, como a totalidade dos cinemas de rua de Porto Alegre, encerrou suas atividades. Fechou em 1994, depois de ter se chamado Premier, nos anos 1960, e passado a exibir filmes pornográficos nos anos 1980.

Por sua relevância arquitetônica e cultural, em 1995, o prédio foi declarado Patrimônio Histórico do Município e, em 2007, do Estado. Em 1995, a Prefeitura adquiriu o prédio e, a partir dos anos 2000, uma mobilização multi-institucional levou à criação da Cinemateca Capitólio, um centro cultural dedicado ao audiovisual. Além da sala de cinema, possui cafeteria, loja, galeria de exposições, biblioteca e o Centro de Documentação e Memória, onde são preservadas obras e documentos relacionados ao cinema gaúcho, nacional e internacional.

Caminho dos antiquários

Rua Marechal Floriano Peixoto, entre Rua Demétrio Ribeiro e Rua Fernando Machado

A última quadra da Rua Marechal Floriano é um tradicional ponto de brechós e antiquários. Aos sábados, das 9h às 14h, as antiguidades vão para a rua, na Feira Caminho dos Antiquários, que ocupa também a Praça General Daltro Filho, mais conhecida como Praça do Capitólio.



Viaduto Otávio Rocha

Avenida Borges de Medeiros, entre a Rua Jerônimo Coelho e a Rua Fernando Machado

Inaugurado em 1932, o primeiro viaduto da cidade foi batizado com o nome do intendente em cuja administração ele começou a ser planejado, mas que não chegou a vê-lo pronto.

A obra fez parte do processo de transformação urbana do Centro nas primeiras décadas do século XX. Casebres, cortiços, becos e ruas estreitas deram lugar a edifícios altos e largas avenidas, com a população pobre sendo desalojada e transferida para a periferia.

Para a abertura da Avenida Borges de Medeiros, que ligaria o Centro da cidade à Zona Sul, foi necessário fazer um recorte que deixou a Rua Duque de Caxias dividida. O viaduto permitiu a reconexão das duas partes.

As obras começaram em 1928, a partir do projeto arquitetônico de Manoel Itaquí e Duílio Bernardi. Foi construído em concreto armado, com revestimento de pó de pedra, conhecido como círex, bastante comum na arquitetura *art déco*. Possui três vãos e dois pórticos transversais, onde nichos exibem esculturas de Alfred Adloff.

O acesso à Rua Duque de Caxias pelos pedestres é feito por meio de quatro escadarias, cada uma batizada com o nome de uma estação do ano. O conjunto é denominado Passeio das Quatro Estações.

Nas duas arcadas inferiores, encontram-se espaços comerciais voltados às mais variadas atividades. Nos altos do viaduto, estão instituições tradicionais, como a Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI) e o Teatro de Arena. Ali também funciona a Galeria Escadaria, administrada pelo publicitário e fotógrafo Marcos Monteiro, que expõe obras ao ar livre.

Anotações

Os lendários crimes da Rua do Arvoredo

Em 1864, José Ramos e Catharina Palse foram condenados, respectivamente, à morte e a 13 anos de prisão, pelo assassinato de nove pessoas. Eles viviam juntos em uma casa na Rua do Arvoredo nº 707 e, em conluio com o açougueiro alemão Carlos Gottlieb Claussner, assassinaram, esquartejaram e fizeram linguiças com a carne das vítimas.

Os crimes foram descobertos após o desaparecimento de um taberneiro e seu empregado. Os vizinhos do casal disseram à polícia tê-los visto conversando com José Ramos, e uma revista na residência revelou o cadáver já em estado de putrefação do próprio Claussner, escondido no porão. Os corpos dos dois procurados estavam no terreno dos fundos.

As investigações e a confissão de Catharina, que era húngara de origem alemã, levaram à descoberta dos outros casos. Segundo foi revelado, Ramos e sua companheira frequentavam ambientes da sociedade porto-alegrense em busca de homens com dinheiro, que ela seduzia e levava para casa, onde as vítimas eram despojadas de seus pertences e assassinadas.

Os corpos eram transportados para o açougue de Claussner, que ficava na Rua da Ponte, atrás da Igreja das Dores. Separada dos ossos, que eram queimados para não deixar vestígios, a carne era triturada, temperada, misturada com carne bovina e virava linguiças, muito procuradas pela clientela.

Ao que parece, o esquema acabou sendo desvendado porque os vários desaparecimentos começaram a ser noticiados e comentados, e as autoridades passaram a ser pressionadas por uma solução para os casos. Com medo de ser descoberto, o açougueiro resolveu ir embora de Porto Alegre, por isso foi assassinado pelo comparsa, que temia ser denunciado.

José Ramos teve sua sentença comutada para prisão perpétua e morreu em 1893, na Santa Casa, jurando inocência. Catharina teve pena mais branda por ser considerada cúmplice, e não autora dos crimes, que teriam sido praticados exclusivamente pelo parceiro.

Até 1845, Porto Alegre
era uma cidade cercada.
Na atual Praça Conde de
Porto Alegre, ficava o portão
por onde se entrava e saía.





Roteiro 5
Nos tempos da
Praça do Portão



Nos tempos da Praça do Portão

Logo que transferiu a sede da Capitania para a Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre, em 1773, o governador José Marcelino de Figueiredo mandou construir uma proteção para a cidade feita com toras, madeira e a terra retirada de um fosso cavado ao redor dessa fortificação, que lembrava mais um forte apache do que uma muralha medieval.

Essa estrutura de defesa partia da margem do Guaíba, seguia mais ou menos entre as atuais ruas Senhor dos Passos e Pinto Bandeira, passava por trás da Santa Casa e continuava por onde hoje é a Avenida João Pessoa, depois pelo Beco do Israel Soares, que hoje corresponde à Rua Sarmento Leite, onde passava a acompanhar o curso do Riacho.

Mas apenas o Centro Histórico era protegido? Sim, pois na época esse era o perímetro urbano de Porto Alegre. E a entrada e saída eram feitas por um portão, do qual não há nenhum vestígio, mas sabe-se que ficava próximo à atual Praça Conde de Porto Alegre, que não faz muito tempo ainda era conhecida como Praça do Portão.

Neste roteiro, vamos conhecer um pouco dessa história. O ponto de partida é a Praça Dom Feliciano.

Praça Dom Feliciano

Em frente à Santa Casa de Misericórdia

Porto Alegre já teve a sua Praça da Alegria, ainda que a razão do nome seja desconhecida. Depois da construção da Santa Casa, ela passou a ser conhecida como Praça da Misericórdia, mas, desde 1873, seu nome oficial é Dom Feliciano, em homenagem ao primeiro bispo do Rio Grande do Sul, Feliciano José Rodrigues Prates, falecido em 1858.

No início do século XX, a praça tornou-se ponto de encontro de um grupo de jovens poetas, principalmente ligados ao movimento conhecido como Simbolismo, como Álvaro Moreyra, Felipe de Oliveira e Eduardo Guimaraens. Este último foi homenageado, em 1938, pela fundação que levava seu nome, com um busto encomendado ao escultor Luís Sanguin. Infelizmente, em 2004, ele foi roubado.

 Saiba mais no Roteiro 13.

Santa Casa de Misericórdia

Rua Professor Annes Dias, 295

O mais antigo hospital do Estado começou a ser construído em 1803, por iniciativa do Irmão Joaquim Francisco do Livramento, um ermitão ambulante, vindo do Desterro, atual Florianópolis, onde já havia fundado a Santa Casa local.

Na freguesia de Porto Alegre, o Irmão Joaquim associou-se a Antônio José da Silva Flores e Luiz Antônio da Silva, que já atuavam na assistência voluntária aos doentes, para pleitear junto ao poder público a construção de um hospital de caridade.

Em 1826, a Santa Casa começou a receber doentes, e, em 1837, uma lei provincial determinou que a irmandade passasse a acolher as crianças abandonadas. Foi, então, instalada a Roda dos Expostos, onde os enjeitados eram colocados anonimamente para serem criados e educados pelas freiras.

A maioria desses bebês era fruto de relações extraconjugais e estupros. As meninas aprendiam atividades domésticas e manuais; os meninos, aos oito anos, eram encaminhados para ser aprendizes no Arsenal de Guerra.

A irmandade também era responsável pelos condenados à morte, que ficavam sob seus cuidados nos dias anteriores ao enforcamento. Junto ao prédio histórico, havia um cemitério, no terreno contíguo à Capela Senhor dos Passos.

A capela foi construída no início do século XIX e passou por diversas reformas, mas mantém, ainda hoje, a imagem de Nosso Senhor dos Passos, trazida do Rio de Janeiro em 1808. No pátio interno, próxima à capela, encontra-se uma estátua do Irmão Joaquim.

Além de ser patrimônio cultural de Porto Alegre, a Santa Casa possui um dos mais importantes complexos hospitalares do Estado. Ali nasceu, também, a atual Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA).

O Centro Histórico Cultural Santa Casa guarda a memória da instituição, além de promover atividades em diversos segmentos da cultura e visitas guiadas ao seu Cemitério Histórico, localizado no Bairro Azenha.



Instituto de Artes da UFRGS

Rua Senhor dos Passos, 248

Desde 1962 vinculada à UFRGS, a instituição foi criada, em 1908, como Instituto Livre de Belas Artes do Rio Grande do Sul, pelo então presidente do Estado, Carlos Barbosa.

O Instituto de Belas Artes desempenhou um importante papel na formação de gerações de artistas e arquitetos gaúchos. Em 1909, passou a ter um Conservatório de Música e, em 1910, a Escola de Artes. Na década de 1940, foram criados os cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Pelo Instituto, passaram professores ilustres, como Fernando Corona, Ado Malagoli, Aldo Locatelli, Araújo Vianna, Armando Albuquerque e Bruno Kiefer.

Local onde funcionou a Cadeia Velha

Avenida Senador Salgado Filho, entre as ruas Dr. Flores e Annes Dias

Nesta localização, funcionou, até 1841, a cadeia mandada construir pelo Senado da Câmara em 1805, pois os presos da vila ficavam no Corpo da Guarda, local que não oferecia segurança, por ser de madeira e não possuir carcereiro.

Em 1835, já havia planos de demolir o que o então presidente da Província, Visconde de São Leopoldo, classificava como um lugar de infecção e morte. No entanto, com a eclosão da Revolução Farroupilha, a demolição foi adiada pelo comando rebelde, para que presos que estavam no quartel do 8º Batalhão, ali perto, fossem transferidos para a Cadeia Velha.

Praça Campos Sales

Entre a Avenida Senador Salgado Filho e a Rua Annes Dias

Muita gente desconhece a existência desta praça, que é pequena e, pela proximidade, acaba parecendo uma parte da Praça Argentina. Ela foi batizada com o nome do ex-presidente Manoel Ferraz de Campos Salles, em 1941, quando foi comemorado o centenário de seu nascimento, por um decreto do prefeito José Loureiro da Silva.

A praça foi criada com a abertura da Avenida Senador Salgado Filho, em 1940, e hoje se encontra junto ao viaduto que leva o nome do mesmo Loureiro da Silva que a batizou.

Viaduto José Loureiro da Silva

Entre as ruas Duque de Caxias e Professor Annes Dias

A obra foi inaugurada em 1970, por Telmo Thompson Flores, engenheiro nomeado interventor municipal pela ditadura um ano antes. Marcou uma nova fase de remodelações urbanas destinadas a promover a “modernização” da cidade.

O viaduto foi batizado com o nome de Loureiro da Silva, interventor durante o Estado Novo, que também realizou grandes mudanças urbanísticas na cidade. Além de não terem sido eleitos, Loureiro e Thompson Flores tinham em comum projetos de urbanização centrados no automóvel e na construção de grandes obras.

Sob o viaduto, na parede de um edifício, foi colocado um painel de Vasco Prado, cuja narrativa celebra a formação de Porto Alegre, começando com a viagem das famílias açorianas e terminando com o perfil de uma cidade cheia de arranha-céus.

Praça Argentina

Entre as avenidas João Pessoa e Osvaldo Aranha

No século XIX, a Ladeira do Portão, também conhecida como Ladeira do Oitavo, era uma via de entrada e saída de carretas em direção ao Caminho da Azenha, nome pelo qual era conhecida a atual Avenida João Pessoa.

Íngreme e sujeita a inundações quando chovia, tornou-se alvo de preocupação dos vereadores após o final da Revolução Farroupilha. Eles solicitaram providências ao governo provincial, que entrou com os recursos para urbanizar o espaço.

O local foi aterrado e dotado de um muro de contenção para evitar deslizamentos, além de pilares e gradis ornamentais, arborização, escadaria e esgoto subterrâneo para as águas pluviais.

A praça foi batizada de Independência, mas um decreto do prefeito José Montauray mudou seu nome para o atual, em homenagem à vizinha República Argentina.

A praça passou por sucessivas reformas até chegar a sua feição atual. Nela se encontra um monumento ao Libertador José de San Martín, presente entregue pela comunidade argentina, em 1935, ano do Centenário Farroupilha. No início do século XX, foi inaugurado, na praça, um busto do escritor Apolinário Porto Alegre, de autoria de Alfred Adloff, mas este foi roubado.

 Saiba mais no Roteiro 9.

Praça Raul Pilla

Entre as avenidas João Pessoa e Desembargador André da Rocha e a Rua Duque de Caxias

Até os anos 1970, havia, neste local, um quartel, de início ocupado pelo 8º Batalhão de Infantaria e, posteriormente, pela 6ª Companhia de Polícia do Exército. Com a construção do Viaduto José Loureiro da Silva, o quartel foi demolido, e o espaço foi ocupado durante algum tempo por um estacionamento, até ser transformado na praça, que leva o nome do médico, professor universitário, jornalista e político Raul Pilla.

Na praça, existe uma placa do projeto Marcas da Memória, indicando que, na unidade militar ali localizada, ocorreram prisões ilegais, torturas e outras violações de direitos humanos no período da ditadura civil-militar pós-1964.

 Saiba mais no Roteiro 9.

Avenida Desembargador André da Rocha

Entre a Avenida João Pessoa e a Rua Lima e Silva

Desde 1952, a rua homenageia Manoel André da Rocha, magistrado, professor e primeiro reitor da Universidade de Porto Alegre, que deu origem à UFRGS. Antes disso, chamou-se Avenida 3 de novembro, mas o nome pelo qual era mais conhecida até a metade do século XX era Beco do Oitavo, em referência ao quartel do 8º Batalhão de Infantaria, que ficava na esquina da atual Avenida João Pessoa.

O Beco do Oitavo ligava a região onde hoje está o Parque Farroupilha — conhecida então como Várzea — à Rua da Olaria, atual Lima e Silva. Era habitado, na sua maioria, por pessoas de vida modesta, mas costumava aparecer nos jornais com frequência, devido a brigas e confusões nos bares, casas de jogo e de prostituição.

A desordem acontecia também em plena rua, inclusive promovida pelos próprios militares do quartel, que também era alvo de reclamações da população por lançar seus dejetos em plena via pública

O Beco do Oitavo era um lugar malvisto pela sociedade e foi um dos primeiros alvos da reforma do prefeito Loureiro da Silva. Em 1938, a Prefeitura desapropriou e demoliu as casas do beco para a construção da avenida de duas pistas que temos hoje.



Escadaria da Rua 24 de maio

Avenida André da Rocha, junto ao número 187

A escada foi construída em 1942, na gestão do prefeito José Loureiro da Silva, para ligar a então Avenida 3 de Novembro à Rua Duque de Caxias. Os mais de 3 mil azulejos que decoram a escadaria foram colocados, em 2011, pela artista Clarissa Motta Nunes, como parte do Projeto Artemosfera, patrocinado por empresas locais. A intervenção foi feita em diálogo com os moradores e a Associação dos Amigos da Vinte e Quatro de Maio e Adjacências (Amivi).

Em cada degrau, se leem frases de autores como Carlos Drummond de Andrade, Chico Buarque, Rita Lee e Paulo Leminski, além de depoimentos de moradores do entorno. Em um dos degraus, Clarissa deixou gravada sua expectativa: “Entrego esta obra à cidade de Porto Alegre, com a esperança de trazer alegria e reflexão ao nosso dia a dia.”

Casa Parreira Machado

Rua Duque de Caxias, 1691

O palacete eclético, com predominância de elementos neoclássicos, foi construído, em 1916, para ser residência da família de Idelvira Parreira Machado. À época, essa era uma das vizinhanças mais chiques e aristocráticas da capital. Percebe-se o poder econômico dos proprietários não apenas pela fachada, mas também pela decoração interna, com destaque para a pintura do forro do salão superior, bem como as portas, os rodapés e rodafornos.

A família Parreira Machado residiu no imóvel até 1935, quando este passou a ser alugado, inclusive para o Estado, que o adquiriu em 1943. Nessa ocasião, ali funcionava o Departamento Estadual de Estatística (DEE), que deu origem à Fundação de Economia e Estatística Siegfried Heuser (FEE), criada em 1973 e extinta em 2018. Entre 1991 e 1993, a fundação foi dirigida pela economista Dilma Rousseff, que anos depois se tornaria presidente da República.

Em 1985, o prédio passou por restauração, que preservou seus aspectos arquitetônicos internos e sua fachada. Cinco anos depois, o município reconheceu o valor histórico e cultural com o tombamento do imóvel, atualmente sem utilização desde a extinção da FEE.

Praça Conde de Porto Alegre

Entre as ruas Duque de Caxias, Riachuelo e Dr. Flores

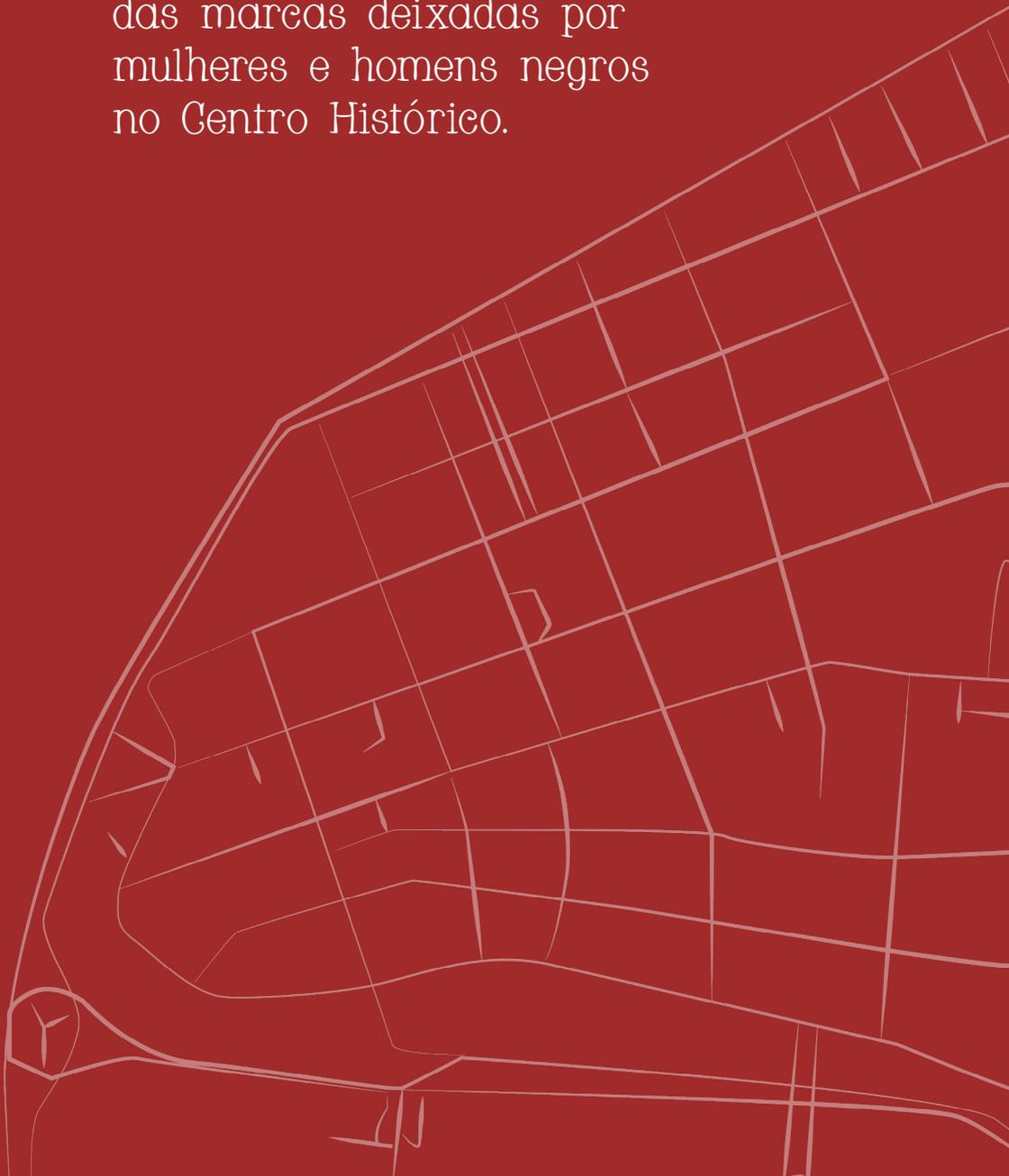
Neste lugar, no século XIX, ficava o portão colonial por onde se entrava e se saía da vila, que então era cercada, por medida de proteção. Por esse motivo, mesmo depois de ter sido derrubado o cercamento, o povo se referia ao logradouro e suas imediações como Praça do Portão. Ainda na década de 1970, havia uma loja que tinha como *slogan* “A maluquinha da Praça do Portão”.

Em 1912, a praça passou a chamar-se Conde de Porto Alegre e recebeu o monumento ao militar, que desempenhou importante papel na resistência à invasão farroupilha. Esse, aliás, foi o primeiro monumento erguido em praça pública em Porto Alegre, inaugurado pela princesa Isabel, em 1885.

Nos anos 1970, a praça foi escondida pela construção do viaduto Loureiro da Silva, perdendo o protagonismo e o esplendor de uma época em que o entorno das ruas Duque de Caxias, Riachuelo e Doutor Flores era um dos endereços de maior prestígio na cidade. Ali ainda se encontra o belo edifício da Confeitaria Rocco, tombado pelo município, além de antigos casarões em péssimo estado de conservação.

Anotações

Arte, religiosidade
e resistência são algumas
das marcas deixadas por
mulheres e homens negros
no Centro Histórico.





Roteiro 6

Pegadas africanas



Pegadas africanas

A história de Porto Alegre costuma ser contada a partir de uma perspectiva eurocêntrica, mas homens e mulheres negros de diversas origens já haviam chegado à região, acompanhando bandeirantes no século XVII, e trabalhavam como escravizados nas sesmarias dos primeiros portugueses que se estabeleceram no Porto de Viamão, por volta de 1730.

Não é exagero dizer que Porto Alegre foi edificada por africanos e seus descendentes. Afinal, eles eram a principal força de trabalho atuante na construção civil, nos serviços domésticos, no comércio — boa parte como escravos de ganho, que trabalhavam vendendo produtos nas ruas e repassavam o faturamento para seus senhores.

A narrativa de uma cidade construída por imigrantes europeus fica difícil de se sustentar quando se sabe que, no início do século XIX, quase 40% da população da Capitania era preta.

Em 1820, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire viajou pelo Sul do Brasil e ficou alguns dias em Porto Alegre. Em seu diário, publicado com o título “Viagem ao Rio Grande do Sul”, ele conta que conversou com o inspetor da Alfândega, José Feliciano Fernandes Pinheiro, e este lhe informou que a população da Capitania era então formada por “32.000 brancos, 5.399 homens de cor livres, 20.611 homens de cor escravizados, e 8.655 índios”³.

Fazendo as contas, conclui-se que os brancos eram minoria. Curiosidade: dois anos depois, o Brasil ficaria independente de Portugal, e José Feliciano se tornaria o primeiro governador da Província do Rio Grande do Sul.

As culturas de origem africana deixaram em Porto Alegre marcas profundas, que cada vez se tornam mais visíveis, graças ao trabalho de arqueólogos, historiadores, antropólogos e ativistas em diferentes espaços para resgatar essas memórias.

De acordo com os dados do Censo mais atual (2010), hoje os afrodescendentes são em torno de 20% da população do município. A história negra em Porto Alegre é viva e continua sendo escrita, com a chegada constante de pessoas que vêm de outros lugares no Brasil e de países como Congo, Senegal, Angola, Guiné Bissau e Haiti.

Este roteiro é um convite para refazer os passos dos homens e mulheres de origem africana que construíram e constroem Porto Alegre. O ponto de partida é um importante lugar de memória para a população negra: o Mercado Público.

³SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2002. p. 77*

Mercado Público de Porto Alegre

Largo Glênio Peres, 1

Inaugurado em 1869, o Mercado Público é um marco da resistência cultural do povo negro em Porto Alegre. Na sua construção, trabalhou um número desconhecido de negros livres e escravizados, e até hoje o prédio revela uma profunda conexão com as culturas africanas. O amarelo de sua fachada lembra a presença de Oxum, que reina sobre as águas do Guaíba.

De acordo com o Censo 2010, o Rio Grande do Sul é o Estado onde mais pessoas se declaram praticantes de religiões de matriz africana. Existem 60 mil terreiros em todo o Estado, com maior concentração na Região Metropolitana de Porto Alegre, em Pelotas e Rio Grande.

Além de um centro de abastecimento, o Mercado Público é um lugar de culto, e o fato de ser um espaço cheio de movimento, de turbulência, está relacionado com Bará, o orixá mensageiro divino, guardião dos templos, casas e cidades, dono de todas as portas, de todas as chaves e de todos os caminhos. A divindade é a primeira a ser reverenciada nos terreiros e recebe suas oferendas nas encruzilhadas.

E é justamente na encruzilhada formada pelos dois caminhos que levam às quatro portas principais do Mercado que se assentou o Bará. Esse assentamento é atribuído ao Príncipe Custódio, herdeiro do trono do Reino de Benin, na Nigéria. Custódio Joaquim de Almeida, cujo nome africano era Osuanlele Okizi Erupê, viveu em Porto Alegre, no início do século XX, e teve importante papel na consolidação do batuque, religião afrogaúcha.

No entanto, há quem defenda que o Bará foi assentado durante as obras pelos próprios trabalhadores negros que construíram o prédio, o que parece fazer muito sentido.

Desde 2013, o local onde foi assentado o orixá é identificado com uma obra de arte homenageando o Bará Agelu Olodiá, que faz parte do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre. São sete chaves de bronze envoltas em um mosaico com pedras brasileiras vermelhas e amarelas. O projeto foi desenvolvido por Leandro Machado e Pelópidas Thebano, as chaves foram feitas pelo escultor Vinícius Vieira e o mosaico, pelo Ateliê Mosaico-Leonardo Posenato.

No Mercado Público, encontram-se ainda quatro floras (lojas de produtos religiosos e esotéricos). O Mercado Público foi tombado pela Prefeitura, em 1979, e o Bará tornou-se patrimônio histórico-cultural da cidade em 2020.

 Saiba mais nos Roteiros 10 e 11.

Um percurso mareado pela arte

Não se podem apagar séculos de escravidão e racismo, mas é preciso lembrar que nem só de dor e exclusão é feita a história dos negros e negras em Porto Alegre. A arte, em diferentes formas de manifestação, é um dos importantes legados que os ancestrais africanos transmitiram ao longo de gerações, e o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre presta homenagem a essa herança.

Suas obras estão expostas em espaços públicos de referência para a história dos afrodescendentes na cidade. A primeira a ser inaugurada, em 2010, foi "Tambor", na Praça Brigadeiro Sampaio. Em 2011, foi a vez da "Pegada Africana", na Praça da Alfândega. A terceira obra é o já mencionado "Bará" do Mercado Público, de 2013. Por fim, o "Painel Afro-brasileiro" foi instalado no Largo Glênio Peres, em 2014.

Cada obra evoca a memória dos antepassados e provoca o olhar de quem passa. Sim, Porto Alegre também é uma cidade negra!

Largo Glênio Peres

Em frente ao Mercado Público

No século XIX, ainda antes da construção do Mercado Público, essa região era conhecida como Praça do Paraíso, e nela muitas quitadeiras e ambulantes, em sua maioria negros, vendiam seus produtos.

No largo, encontra-se uma das obras do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, o Painel Afro-brasileiro, concepção de Pelópidas Thebano, com execução de Vinicius Vieira. Feito em mosaico cerâmico, o painel tem 95cm x 6m e foi inaugurado em 20 de novembro de 2014.

 Saiba mais no Roteiro 11.



Igreja Nossa Senhora do Rosário

Rua Vigário José Inácio, 402

Em 1786, mais de um século antes da Abolição, um grupo de pessoas, em sua maioria negros livres e escravizados, fundou a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário junto à Igreja Matriz. Em 1818, os irmãos iniciaram a construção de sua própria capela, a fim de ter mais liberdade para realizar seus rituais, uma vez que práticas como danças e cantos não eram bem-vistas pelos católicos mais conservadores.

Mesmo sendo um bem cultural protegido pelo IPHAN, o templo original foi demolido em 1951, após o presidente Getúlio Vargas reverter seu tombamento. Em seu lugar, foi construída a igreja atual.

Dali parte anualmente, no dia 2 de fevereiro, a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, que leva a imagem da Virgem até seu templo, no Bairro Navegantes. Até hoje, a Igreja do Rosário representa um importante marco para as religiões de matriz africana. Ela é um dos pontos por onde passam seus praticantes no ritual denominado passeio, que inclui passagens por outros pontos, como o Guaíba e o Mercado Público, para fazer oferendas e reverenciar os santos.

 Saiba mais no Roteiro 10.

Antiga Casa Masson

Rua dos Andradas, 1459

A luta pelo reconhecimento do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra nasceu em Porto Alegre, a partir da articulação promovida pelo poeta negro Oliveira Silveira e pelos ativistas Antônio Carlos Côrtes, Ilmo da Silva e Vilmar Nunes.

No dia 20 de julho de 1971, eles fundaram o Grupo Palmares, que se reunia na esquina onde ficava a tradicional joalheria Masson, uma das mais movimentadas do Centro Histórico de Porto Alegre.

Na fase mais pesada da ditadura e de mais violenta repressão aos movimentos sociais, era muita ousadia não só promover reuniões de pessoas negras em plena Rua da Praia, mas ainda trazer à pauta discussões sobre racismo e questionar a comemoração do dia 13 de maio como o da libertação do povo negro, mas foi isso que os participantes do Grupo Palmares fizeram.

O Grupo Palmares existiu até 1978 e foi uma referência para o movimento negro em todo o Brasil. Vale lembrar que o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, o dia 20 de novembro, foi instituído pela Lei Federal nº 12.519 de 2011, e essa data passou a ser feriado em diversos municípios brasileiros — nenhum deles no Rio Grande do Sul.

Esquina Democrática

Cruzamento da Rua dos Andradas e Avenida Borges de Medeiros

Entre 1971 e 1997, a República Democrática do Congo chamava-se Zaire. Em 1974, a seleção do país jogou a Copa do Mundo realizada na Alemanha, primeiro mundial a ser transmitido pela televisão. Foi grande o impacto de um time formado 100% por jogadores negros, a ponto de Zaire tornar-se uma metáfora para locais onde só havia pessoas pretas.

Na época, a atual Esquina Democrática era local de reunião de pessoas negras, especialmente nos finais de tarde de sexta-feira. Nos anos 1980, esse espaço passou a ser chamado de Esquina do Zaire e continua sendo uma referência na articulação, resistência e debate das questões relacionadas ao empoderamento negro.

 Saiba mais no Roteiro 9.

Praça da Alfândega

Este espaço, um dos mais antigos de Porto Alegre, faz parte da memória negra da cidade de muitas maneiras. Aí ficava o chamado Cais da Alfândega, por onde desembarcavam produtos e passageiros, incluindo pessoas negras escravizadas, que eram consideradas mercadorias.

Chamada inicialmente de Largo da Quitanda, a praça era povoada pelas quitadeiras, as chamadas “negras minas”, que vendiam seus quitutes em balaios e tabuleiros. Em sua viagem a Porto Alegre, em 1820, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire fez as seguintes observações:

É na Rua da Praia, próximo ao cais, que fica o mercado; nele vendem-se laranjas, amendoim, carne-seca, pão, feixes de lenha e legumes, principalmente couve. Como no Rio de Janeiro, as vendedoras são negras; algumas vendem acoradas junto à mercadoria; outras possuem barracas, dispostas desordenadamente. Veem-se, também, em Porto Alegre, negros que mascateiam fazendas pelas ruas. Atualmente vendem muito o fruto da araucária, a que chamam pinhão, nome que se dá, na Europa, às sementes de pinheiro⁴.

⁴SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2002. p. 72.*

Em escavações arqueológicas realizadas, em 2001, por uma equipe do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, foram localizadas peças de cerâmica produzidas por escravizados no século XVIII. De acordo com a arqueóloga Fernanda Tochetto,

(...) os fragmentos são poucos, mas trazem reproduzidas marcas características de escarificação da pele, a que se submetiam determinados povos africanos. Tais marcas identificavam o grupo ao qual as pessoas pertenciam⁵.

Na face fronteira à Rua dos Andradas, está a obra “Pegada Africana”, de Vinícius Vieira, que faz parte do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre.

 Saiba mais nos roteiros 1, 2 e 8.

Basilica Nossa Senhora das Dores

Rua dos Andradas, 587

A igreja foi construída com recursos de doações e mão de obra de homens negros escravizados. Era comum membros da Irmandade de Nossa Senhora das Dores ou cidadãos que desejavam contribuir com a causa cederem seus escravos para trabalhar na construção.

Em frente à igreja, ficava o pelourinho, símbolo da violência da escravidão. Na coluna de pedra, eram amarrados e açotados, em público, negros escravizados que supostamente haviam cometido algum delito.

 Saiba mais no Roteiro 1.

Salão Calisto

Rua dos Andradas, 247

Neste local, funcionava a barbearia dos irmãos Esperidião e Florêncio Calisto, onde foi fundado o jornal O exemplo, que circulou entre 1892 e 1930, com algumas interrupções. Foi o primeiro veículo da imprensa negra no Rio Grande do Sul e um dos mais importantes do Brasil.

⁵Praça da Alfândega: Porto Alegre - RS. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2007, p. 69.

Praça Brigadeiro Sampaio

Entre as ruas dos Andradas, General Portinho, Siqueira Campos e Avenida João Goulart

Nesse local, a partir de 1818, quando foi instalada a Junta de Justiça, eram executados os condenados à morte. O primeiro enforcado foi o preto Joaquim, em 7 de dezembro de 1821, que matou sua senhora, a velha Leoa. Segundo o historiador Sérgio da Costa Franco, 22 pessoas foram enforcadas em Porto Alegre, entre esse ano e 1857. Todos eram homens, e apenas quatro eram brancos.

Em 2010, foi inaugurado na face junto à Rua dos Andradas o monumento “Tambor”, que faz parte do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre. Com 1,2 x 2,75 m, a obra foi produzida em concreto pelos artistas Gutê, Leandro Machado, Elaine Mattos, Pelópidas Thebano e Xaplin.

Pintado de amarelo, cor da orixá Oxum, o “Tambor” apresenta 12 figuras que ilustram a cultura africana. Por causa dele, muitas pessoas passaram a chamar o local de Praça do Tambor, e já existe um movimento para que esse se torne o nome oficial da praça.

 Saiba mais nos roteiros 1 e 13.

Rua Fernando Machado

No século XIX, na antiga Rua do Arvoredo, se localizava a terreira de Seu Virgílio, local de batuque frequentado pela comunidade negra. Em 1856, o batuque foi proibido em Porto Alegre pelo Código de Posturas, inclusive em locais fora da cidade.

 Saiba mais no Roteiro 4.



⁶ CORUJA. Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1881.p.10

Antigo Candombe de Mãe Rita

Entre as ruas 24 de maio, André da Rocha, Avai e João Pessoa

Nessa região, começava a Várzea, terreno alagadiço que hoje compreende parte dos bairros Cidade Baixa, Bom Fim e o Parque Farroupilha. No século XIX, era comum, especialmente aos domingos, a reunião de negros para realizar práticas religiosas e musicais.

Referência nesse lugar era o Candombe de Mãe Rita, uma das primeiras mães de santo da cidade. Seu terreiro era um dos mais concorridos em meados do século XIX. De acordo com o cronista Antônio Álvares Pereira Coruja,

Aí se reuniam nos domingos à tarde pretos de diversas nações, que com seus tambores, canzás, urucungus e marimbas, cantavam e dançavam esquecendo as mágoas da escravidão, sem que causassem maiores cuidados à polícia⁶.

 Saiba mais no Roteiro 10.

Anotações

É impossível pensar em
Porto Alegre sem o Guaíba.
Lago ou rio, o fundamental
é reconhecer sua importância
para a cidade e admirar
sua beleza e o sol se pondo
sobre suas águas.





Roteiro 7
Na margem de um
lago-rio



Na margem de um lago-rio

A abundância de água foi um fator decisivo para o assentamento de grupos humanos no entorno do Guaíba. Porto Alegre nasceu e se desenvolveu sobre a margem leste desse corpo hídrico de quase 500 km², que começa na Usina do Gasômetro e percorre 50 km até chegar à Laguna dos Patos.

Mais de 80% de suas águas vêm do rio Jacuí. O restante flui do rio dos Sinos, do Caí e do Gravataí. Também contribuem com seu volume os arroios situados nas suas margens. O Dilúvio é o mais longo deles, com cerca de 17 km de extensão.

Ainda que os moradores das cidades de Porto Alegre e Guaíba sejam os que mais se beneficiam de suas águas, a bacia hidrográfica do Guaíba abrange 14 municípios e cerca de 2,2 milhões de habitantes.

Neste roteiro, vamos conhecer um trecho do Guaíba que banha o Centro Histórico, do Cais Mauá à Orla Moacyr Scliar. Dependendo do horário e das condições do tempo, a chegada poderá ser apoteótica, com um espetacular pôr de sol encerrando o passeio.

Nosso ponto de partida é a Praça Revolução Farroupilha, que fica entre as avenidas Júlio de Castilhos e Mauá, em frente à fachada norte do Mercado Público. Calma, porque dali ainda não é possível ver o Guaíba, escondido atrás de um muro. Para contemplá-lo, será preciso atravessar um túnel que nos levará até o Cais do Porto. Vamos lá?

Praça Revolução Farroupilha

Entre as avenidas Júlio de Castilhos e Mauá, em frente à face norte do Mercado Público

O painel “Epopéia rio-grandense, missioneira e farroupilha”, do artista Danúbio Gonçalves, é a principal atração neste espaço criado junto à Estação Mercado da Trensurb, a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre.

A estação é o ponto final do metrô de superfície, que percorre 43,4 km até o município de Novo Hamburgo, no Vale do Sinos. O painel tem 3 m de altura e 16,5 m de largura e foi inaugurado em 2008. É composto por 555 peças de porcelanato pintadas e celebra fatos e personagens da história gaúcha.

No entorno da praça, existem terminais de algumas linhas de ônibus urbanos e uma passagem que dá acesso ao terminal hidroviário.

Muro da Mauá

Avenida Mauá

“Já vejo casas ocupadas/As portas desenhadas/No vergonhoso muro da Mauá”, canta o porto-alegrense Nei Lisboa em sua canção “Berlim, Bom Fim”, gravada em 1987. O muro ao qual ele se refere foi construído, entre 1973 e 1974, na Avenida Mauá, que, após o aterramento feito nos anos 1920, tornou-se a via do Centro Histórico mais próxima do Cais do Porto. A avenida começa na Rua General Portinho e margeia o Guaíba até a Rua da Conceição.

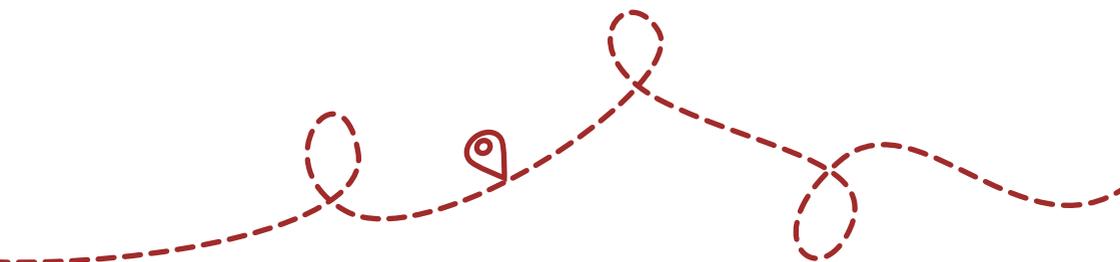
A Enchente de 41, assim mesmo, com inicial maiúscula, foi um dos episódios mais dramáticos do século XX em Porto Alegre. Entre abril e maio daquele ano, choveu sem parar durante três semanas. O nível do Guaíba chegou a 4,76 m e submergiu o Centro da cidade. Quando a água baixou, autoridades começaram a discutir o que fazer para evitar que houvesse uma nova inundação.

A solução escolhida foi a implementação do Sistema de Proteção Contra as Cheias, da qual o muro faz parte. Seu nome técnico é cortina de proteção, e ela se estende ao longo de 2,64 km, com altura de 3 m, e mais 3 m enterrados no chão.

Mas por que Nei Lisboa compara o muro porto-alegrense com aquele que dividiu a Alemanha no tempo da Guerra Fria? Acontece que a barreira local foi construída durante uma ditadura, sem que houvesse debate público ou consulta a órgãos ambientais.

Muitos se ressentem do isolamento entre o Centro da cidade e o Guaíba, questionando suas implicações para o ecossistema e se perguntam até que ponto essa solução foi necessária: teria sido apenas parte da lista de obras faraônicas financiadas com recursos públicos pelos governos militares nos anos 1970?

Ao longo de seu meio século, o paredão de concreto assiste impassível à polêmica, e, vez que outra, recebe alguma intervenção promovida pela Prefeitura. A mais recente aconteceu por meio de um chamamento público a empresas interessadas em revitalizar e fazer a manutenção de um trecho de 750 metros entre a Secretaria Estadual da Fazenda e a Rua General Portinho, com foco nos 250 anos da cidade, comemorados em 2022. O resultado pode ser visto ao longo desse percurso.



Terminal Hidroviário

Avenida Mauá, 1050

Após cruzar o túnel com entrada na praça, já é possível enxergar o Armazém B3 do Cais do Porto, onde estão os pontos de embarque do catamarã que faz a ligação com a cidade de Guaíba e de um barco turístico.

Além de ser uma alternativa ao transporte rodoviário para quem precisa se deslocar entre as duas cidades, o catamarã oferece uma experiência interessante de turismo na outra margem do lago-rio. Já o barco opera diferentes roteiros com foco no turismo fluvial.

Neste ponto começamos a avistar o Guaíba e, talvez, alguma embarcação turística, de carga ou de lazer. Daí até o Pórtico Central são menos de 500 metros.

Pórtico central e armazéns tombados

Avenida Mauá, 1050

Símbolo da modernidade porto-alegrense e gaúcha, o Pórtico Central do Cais do Porto demarca a entrada do principal ponto de chegada à capital até a metade do século XX. A monumentalidade da obra se justificava no contexto de uma jovem República, que se apresentava como portadora de desenvolvimento, inovação e cosmopolitismo.

Toda a estrutura metálica do pórtico e dos armazéns que o ladeiam foi produzida na França, e um engenheiro francês veio junto com o material para supervisionar a montagem, concluída por uma equipe brasileira em 1922, data da comemoração do centenário da Independência. Os vidros foram confeccionados por uma vidraçaria local.

O uso arquitetônico desse tipo de estrutura importada da Europa foi muito popular no Brasil entre os anos 1870 e 1920, devido ao seu baixo custo e facilidade de montagem. Atualmente, restam poucos exemplares, o que justifica sua valorização e tombamento.

Para a construção do cais, Porto Alegre avançou 180 metros sobre o Guaíba. Ali desembarcavam dos navios passageiros vindos das mais variadas origens. Ainda a bordo, eles tinham uma ampla visão da Praça da Alfândega, planejada para ser o *hall* de entrada da cidade, e chegavam a ela por uma escadaria de granito rosa.

O pórtico central e os armazéns A e B foram tombados pelo IPHAN. Os armazéns A1, A2, A3, A4, A5, B1, B2 e B3 são patrimônio cultural do município, assim como o edifício sede do antigo Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC). Nesse prédio de seis andares em estilo *art déco*, inaugurado em 1947, funcionava a administração do órgão, que hoje se chama Portos RS.

 Saiba mais no Roteiro 2.

Obelisco da comunidade portuguesa

Avenida Sepúlveda, próximo à esquina da Avenida Mauá

Este monumento faz parte dos presentes recebidos pela cidade por representantes de diferentes países, durante as comemorações do Centenário Farrroupilha, em 1935. Foi doado pela Casa de Portugal e por cidadãos portugueses que viviam em Porto Alegre.

Na face voltada para o Cais do Porto, encontra-se a efígie em bronze de Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda, português que, no Brasil, viveu com o nome de José Marcelino de Figueiredo e foi o governador responsável pela transformação de Porto Alegre em freguesia e em capital. Ali ele é identificado como “Fundador de Porto Alegre”.

Na face oposta, encontra-se o brasão do Estado, com a inscrição das datas 1835/1935. Na face leste, está o brasão português do período em que Cabral chegou ao Brasil, e na face oeste, um baixo-relevo de uma caravela navegando em direção à Torre de Belém, em Portugal.

As peças em bronze foram fundidas com base em modelos feitos pelo escultor Luís Sanguin, que, por sua vez, usou como referência desenhos do pintor português José de Brito Cunha.

Mas, afinal, o Guaíba é um rio ou um lago?

Até os anos 1980, essa discussão não existia. Desde então, o Governo do Estado e a Prefeitura começaram a tratá-lo como lago na legislação, enquanto ambientalistas, políticos e pesquisadores passaram a debater o assunto e encontram-se os mais variados argumentos a favor de uma ou de outra classificação.

Um fato, no entanto, não pode passar despercebido: pelo Código Florestal Brasileiro, as margens de qualquer curso d'água são consideradas áreas de preservação permanente (APPs) e de domínio público.

A diferença é que, se o Guaíba for um rio, é preciso respeitar a distância de 500 metros das margens para fazer qualquer construção. No entanto, se ele for um lago, a margem cai para 30 metros. Entendeu?

Cais Embarcadero

Entre a Usina do Gasômetro e o Armazém A7 do Cais Mauá

O Cais Embarcadero é um empreendimento privado que funciona em espaço arrendado do Estado, sob cuja gestão está toda a área do Cais. Começou a funcionar em 2021 e inclui operações de gastronomia, comércio, quadras de *beach tennis*, trapiches para estacionamento de lanchas e *jet skis* e espaços para eventos.

Espaço Cultural Usina do Gasômetro

Avenida Presidente João Goulart, 551

Remanescente de um período de grandes transformações urbanas, o prédio foi inaugurado em 1928. Até os anos 1970, ali foi gerada energia para abastecer fábricas e residências a partir da queima de carvão mineral, depois substituído por óleo diesel. Apesar de ser conhecida como Gasômetro, a usina nunca produziu gás. Ela ganhou esse apelido devido à sua localização.

Gasômetro era o apelido da Usina de Geração de Gás Hidrogênio Carbonado, que começou a funcionar em 1874, na atual Rua Washington Luiz, e fornecia gás para fogões e lâmpões de iluminação pública. Logo seus arredores passaram a ser conhecidos como Volta do Gasômetro. Por isso, a Usina Municipal de Energia Elétrica começou a ser chamada de Usina da Volta do Gasômetro e acabou tendo seu nome simplificado para Usina do Gasômetro.

A termelétrica foi instalada pela Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), subsidiária da multinacional estadunidense Electric Bond & Share Co. O local escolhido, ao lado da antiga Casa de Correção, o popular Cadeião, era estratégico para o desembarque do carvão mineral vindo de navio das minas de São Jerônimo.

Além de energia, a usina produzia muita fuligem, que, tocada pelo vento, entrava pelas casas adentro. As duas pequenas chaminés instaladas não eram suficientes para conter a fumaça, então, devido aos protestos da população, o Estado exigiu que a empresa tomasse providências para eliminar o problema. Assim, foram adotadas diversas medidas, entre elas a construção da chaminé de 117 metros que se tornaria um símbolo de Porto Alegre e foi inaugurada em 1937.

Em 1959, a usina foi estatizada no Governo Leonel Brizola. Após ser desativada, ficou um bom tempo abandonada e foi salva da demolição pela mobilização de diversos setores da sociedade.

Em 1982, o prédio e a chaminé foram tombados em âmbito municipal e, no ano seguinte, também ganharam proteção estadual, mas o que garantiu sua utilização pela comunidade foi a transformação em centro cultural, promovida pelo município na gestão do prefeito Olívio Dutra (1989-1993).

Em 2017, o centro cultural fechou as portas devido a problemas com seu Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) e, desde 2020, permanece fechado para reforma.

Orla Moacyr Scliar

Entre a Usina do Gasômetro e a Rótula das Cuias

Com 1.300 metros de extensão, o Trecho 1 do Parque Urbano da Orla do Guaíba é o único localizado no Centro Histórico. Começa na Usina do Gasômetro e vai até a Rótula das Cuias, próximo ao Parque da Harmonia. A extensão total do parque, batizado com o nome de Jaime Lerner, é de 3,4 km, terminando no Estádio Beira-Rio, do Sport Club Internacional.

Essa tradicional área de lazer porto-alegrense passou por um processo de revitalização entre 2012 e 2018, com projeto concebido pelo escritório do arquiteto e urbanista paranaense Jaime Lerner, falecido em 2021, mesmo ano em que a gestão do espaço foi concedida pela Prefeitura a um consórcio privado pelo período de 35 anos.

A denominação do Trecho 1 da Orla é um tributo a Moacyr Scliar, um dos maiores escritores brasileiros, nascido em Porto Alegre. A área foi entregue à população em 2018 e inclui uma série de equipamentos, como restaurante panorâmico sobre a água, quiosques de alimentação, ciclovia e pista para caminhada.

No local, também é homenageado o tradicionalista Nico Fagundes, cujo nome foi dado ao atracadouro turístico, onde é possível fazer passeios de barco. A cantora Elis Regina é lembrada com uma estátua de bronze em tamanho natural, inaugurada em 2009. A obra, do escultor José Pereira Passos, foi doada ao município por uma empresa.

Em 2005, a Bienal do Mercosul convidou artistas a produzir esculturas para ficarem em exposição permanente na orla. Atualmente, podem-se ver nesse local as obras “Olhos atentos”, de José Resende; “Espelho rápido”, de Waltércio Caldas; “Paisagem”, de Mauro Fuke; “Casca”, de Carmela Gross. Todas são obras integradas à paisagem e permitem que o público interaja com elas.

Anotações

O Centro Histórico é um território de trânsito e um espaço onde os indígenas realizam atividades típicas de suas culturas.





Roteiro 8
Área indígena



Área indígena

A força da presença indígena em Porto Alegre pode ser medida pela persistência de palavras de origem tupi-guarani no vocabulário local, como ocorre em todo o Brasil.

Atualmente, existem, em Porto Alegre, 14 comunidades das etnias Kaingang, Mbyá-Guarani e Charrua, nas quais, de acordo com a Prefeitura, vivem 827 pessoas. Esses coletivos estão assentados em bairros periféricos e em morros. O Centro Histórico é um espaço estratégico de encontros e trocas entre grupos e indivíduos em seus deslocamentos pela cidade.

Recentemente o povo Xokleng vive um processo de retomada de territórios ancestrais, principalmente no Rio Grande do Sul. Um exemplo da presença Xokleng em Porto Alegre é a retomada multiétnica Gãh Ré, Kaingang-Xokleng, no Morro Santana. Os Xokleng circulam pela região central de Porto Alegre, reassumindo trajetos de trocas e vivências, incluindo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Não é incomum pessoas brancas julgarem a presença indígena no Centro como indevida, e suas atividades como mendicância e exploração de trabalho infantil. A esse respeito, cabe destacar que os indígenas não estão invadindo a cidade; os brancos é que construíram a cidade no espaço antes habitado pelos povos ancestrais. Ou, melhor dizendo, quem construiu a cidade foram negros e indígenas escravizados.

Mas quem foram aqueles indígenas? A maioria eram guaranis deslocados das Missões após a celebração do Tratado de Madri, que delimitou a fronteira entre os territórios de Portugal e Espanha no Rio Uruguai e obrigou a população missioneira a deixar a região. Liderados pelo cacique Sepé Tiaraju, parte dos guaranis resistiram à transferência, dando início à Guerra Guaranítica.

Os que aceitaram ficar no lado português foram assentados no povoado de São Nicolau. Em 1762, foram transferidos para a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, na margem do Rio Gravataí, que fazia parte da Freguesia de Viamão. Os Anjos eram um grupo indígena que habitava a região das atuais Gravataí e Santo Antônio da Patrulha e eram liderados pelo cacique Anjo.

Dez anos após a chegada dos guaranis missioneiros a Viamão, começou a construção de prédios públicos e uma série de obras visando à transferência da capital para a Freguesia do Porto dos Casais.

Quem você acha que trabalhou nessa empreitada? Sim, além dos negros escravizados, também os indígenas tiveram sua mão de obra utilizada não só na construção civil, mas em boa parte das atividades econômicas e domésticas naquele período.

O governador José Marcelino de Figueiredo incentivava a venda do trabalho de indígenas e chegou a publicar uma tabela de preços para o aluguel de mão de obra nativa: um rapaz valia 1.500 réis, enquanto uma “índia” custava 1.800; se fosse ama de leite, chegava a 3 mil réis, e um “índio domador” poderia ser alugado por 3.600 réis.

Neste roteiro, vamos olhar para alguns hábitos dos povos originários que ainda resistem entre nós e lembrar sua presença no Paralelo 30, muito tempo antes da chegada dos europeus. Começaremos pelo local onde ficava o antigo portão da vila.

Praça Conde de Porto Alegre

Entre as ruas Duque de Caxias, Riachuelo e Dr. Flores

De acordo com alguns cronistas do século XIX, quando Porto Alegre era cercada por uma espécie de muro de taipa, vivia próximo ao portão da cidade um indígena conhecido como Karaí Vicente. Nas comunidades Mbyá-Guarani, a denominação “karaí” é usada para identificar um indivíduo sábio, um pajé, um ancião do grupo.

O pouco que se sabe é que Karaí Vicente morava numa casa de taipa e junco, na altura de onde seria construído o Quartel do Oitavo. Pode-se imaginar que tivesse papel de destaque e liderança espiritual, e que a casa mencionada fosse o equivalente a uma *opy*, espaço sagrado onde são realizados rituais e cerimônias em diversas culturas indígenas.

 Saiba mais no Roteiro 5.

Catedral Metropolitana

Rua Duque de Caxias, 1047

As oito carrancas com feições indígenas que sobressaem das paredes da cripta da Catedral Metropolitana contrastam com o estilo neorrenascentista do projeto arquitetônico. Essas mísulas foram esculpidas em granito rosa, extraído de uma pedreira no bairro Aberta dos Morros, na Zona Sul de Porto Alegre. Sua colocação ocorreu entre 1925 e 1926, durante a construção da igreja, que teve início em 1921.

As esculturas poderiam ser consideradas uma celebração das culturas indígenas na formação do povo gaúcho e da cidade de Porto Alegre. No entanto, a partir das palavras do padre João Maria Balem, no livro “A Catedral de Porto Alegre”, presume-se que a proposta estava mais direcionada a reafirmar a supremacia católica do que louvar os ancestrais em cuja terra foi construída a cidade.

Segundo Balem,

Chamam a atenção as oito gigantescas cabeças de índios, incrustadas nos muros ciclópicos das paredes. Formam elas, quase que cariátides esculpidas em grandes pedaços de rocha, e parecem como que esmagadas pelo peso das colunas sobrepostas das ábsides, em cujo vértice deverão estar colocadas as estátuas dos santos apóstolos e santos evangelizadores. Nessa posição representam elas as antigas superstições dos indígenas, abatidas, e sobre elas o templo de nossa fé. Na verdade, a cripta com essas pedras descomuns representa a fase bárbara do Rio Grande (...).⁷

Encontramos, ainda, uma referência indireta aos povos originários no mosaico, onde são representados os jesuítas Roque Gonzáles, Juan del Castillo e Afonso Rodrigues, canonizados pela Igreja como mártires por terem sido mortos na Redução de Caaró, em 1628.

 Saiba mais nos roteiros 3 e 10.

Antigo Beco dos Guaranis

Esquina das ruas Vasco Alves e Riachuelo

No tempo de Dom Diogo de Souza, capitão-geral entre 1809 e 1814, aí ficava o Regimento de Cavalaria Miliciana, onde serviam indígenas vindos das missões — por isso, a unidade era conhecida como Quartel dos Guaranis.

No dia de Santa Bárbara, 4 de dezembro, os indígenas cantavam e dançavam no terreno em frente, que estava desocupado, e divertiam a população. A devoção à santa católica era incentivada pelos jesuítas, que ensinavam aos povos das missões a rezar durante as tempestades, para que ela protegesse de raios as reduções e as torres das igrejas.

Praça da Alfândega

Este território, que ficava na margem do Guaíba, era ocupado por indígenas bem antes da colonização europeia. Escavações realizadas no âmbito do Projeto Monumenta, nos anos 2000, encontraram aí fragmentos de objetos fabricados por indígenas no período pré-colonial.

Atualmente, é possível encontrar mulheres e crianças Mbyá-Guarani vendendo artesanato no entorno da praça, no Largo dos Medeiros e na Rua dos Andradas. Por desconhecer as culturas indígenas, algumas pessoas associam essa prática à mendicância, mas ela é denominada *poraró*, palavra que pode ser traduzida como “estender a mão” ou “esperar troquinho”.

⁷Balem, 1956, p. 34 apud Alves, 2022, p. 297.

Esse costume, além de ser uma forma de sustento das famílias, pela venda de cestos, pequenas esculturas e outros objetos confeccionados pelas mulheres indígenas, também está relacionado à sociabilidade, pois nas idas ao Centro se estabelecem contatos e encontros com parentes e amigos que vivem em outras comunidades.

Essa circulação faz parte do modo de vida dos Guarani. A diferença é que antes eles se deslocavam pelas matas, que foram destruídas com a ocupação dos não indígenas.

 Saiba mais no Roteiro 2.

Rua dos Andradas

Nesse espaço, especialmente entre as ruas General Câmara e Borges de Medeiros, além de mulheres realizando o *poraró*, é comum encontrar pequenos grupos de crianças indígenas e adultos fazendo apresentações de canto. A presença infantil nesses espaços está relacionada à maneira como esses povos entendem a educação: é no contato com os adultos e na participação em suas atividades que os pequenos aprendem.

Muitas vezes criticadas pelos não indígenas por levarem os filhos com elas a suas atividades nas ruas, as mulheres estão apenas exercendo a maternidade de acordo com sua cultura. Caso deixassem as crianças ao se deslocarem para o Centro, elas os estariam abandonando.

 Saiba mais no Roteiro 1.

Obras de Xadalu Tupã Jekupé

Diversos espaços públicos

Caminhando pelas ruas do Centro, é possível que você encontre cartazes com o aviso “Atenção: área indígena” ou imagens de um indiozinho em paredes, postes, placas de trânsito, muros e tapumes.

Essas intervenções são feitas pelo artista Dione Martins da Luz, nascido em Alegrete (RS), com ascendência negra e indígena. Ele adotou o nome Xadalu Tupã Jekupé e usa elementos de serigrafia, pintura, fotografia e objetos para abordar, em forma de arte urbana, o tensionamento entre a cultura indígena e a ocidental nas cidades.

Anotações

Memórias da repressão
e da resistência estão presentes
no Centro da capital do Estado
que mais teve locais de violação
de direitos humanos
após o golpe de 1964.





Roteiro 9

Marcas da ditadura





Marcas da ditadura

De acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, divulgado em 2014, o Rio Grande do Sul foi o Estado que mais teve locais de violação de direitos humanos durante a ditadura civil-militar (1964-1985).

Por diversas razões, Porto Alegre foi um dos principais cenários do golpe de Estado que destituiu o presidente João Goulart e instaurou uma ditadura que cassou direitos, extinguiu a liberdade de expressão, acabou com as eleições diretas, promoveu sequestros, tortura e mortes de pessoas que se opunham ao governo autoritário.

Após a redemocratização, com a mobilização da sociedade, por meio de testemunhos, pesquisas e documentos, foi possível identificar locais onde ocorreram violações, muitos deles instituições públicas civis e militares, oficiais ou clandestinas.

No Centro Histórico, existem vários desses lugares de memória, assim como espaços públicos que foram referência na resistência à ditadura e merecem ser visitados e recordados para que essa história seja lembrada e jamais se repita. De acordo com o IBGE, 75% da população atual nasceu após o golpe e desconhece o que ocorreu na época.

Além disso, houve um apagamento intencional dessa história e ocultação dos registros de crimes da repressão. Em 1982, por exemplo, o governador Amaral de Souza extinguiu o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado e mandou queimar todos os seus documentos.

Tecnicamente, este roteiro começa no Bairro Farroupilha, porque o *Campus Centro* da UFRGS se localiza nesse bairro. A UFRGS foi um espaço de repressão e resistência durante a ditadura, por isso vale a pena ultrapassar um pouquinho o limite territorial do Centro Histórico para contar essa história.

Memorial dos Expurgos da UFRGS

Campus Centro da UFRGS em frente ao Anexo 3 da Reitoria

A universidade foi local de perseguição desde os primeiros momentos após o golpe civil-militar de 1964 — e também de enfrentamento à ditadura. O movimento estudantil teve grande participação na resistência à repressão e deu origem a importantes lideranças políticas.

Logo após o golpe, os centros acadêmicos foram fechados, alunos foram expulsos, servidores e professores foram demitidos ou aposentados compulsoriamente na chamada Operação Limpeza. Foi instalada a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), destinada a julgar os professores considerados subversivos.

Policiais infiltrados entre os estudantes denunciavam envolvidos na resistência. Havia um setor na universidade encarregado de legalizar esses delatores como se fossem alunos regulares.

Com o objetivo de neutralizar o ativismo estudantil, foi inaugurado, em 1977, o *Campus do Vale*, localizado a 11 km do Centro, na divisa com o município de Viamão. Não por acaso, as primeiras unidades acadêmicas a serem transferidas para lá foram os institutos de Letras e de Filosofia e Ciências Humanas, principais espaços de militância.

Em 2019, quando se completaram 50 anos dos expurgos na UFRGS, foi inaugurado um memorial em homenagem aos que foram expulsos da universidade. A escultura de pedra de Irineu Garcia faz referência à América Latina e tem uma placa onde se lê “Aos que lutaram, resistiram e nos legaram solidariedade e esperança”. Junto ao monumento, há um jardim projetado pelos professores Paulo Brack e Sérgio Tomasini.

Rádio da Universidade

Rua Sarmento Leite, 426

Na manhã do dia 1º de abril de 1964, o prédio histórico da primeira rádio universitária do Brasil foi ocupado por estudantes da UFRGS que haviam ficado sabendo do golpe. Eles interromperam a programação e leram manifestos. Outro grupo tentou tomar o prédio da Reitoria e foi reprimido pelo Exército.

Praça Argentina

Esquina das avenidas Osvaldo Aranha e João Pessoa

Nesse local, em 1980, o movimento estudantil promoveu uma grande manifestação de resistência à ditadura quando os generais João Batista de Figueiredo e Jorge Rafael Videla, que ocupavam a presidência de Brasil e Argentina, encontraram-se em Porto Alegre.

Videla estava em visita ao Brasil e, após um banquete oferecido no Palácio Piratini pelo governador Amaral de Souza, inauguraria, ao lado de Figueiredo, uma placa na Praça Argentina em comemoração a sua visita a Porto Alegre. →

Inconformados com a presença do ditador argentino e com a situação política nos dois países, os estudantes da UFRGS lideraram um movimento que acabou fazendo que o evento na praça fosse cancelado. Um forte esquema policial foi organizado para conter a manifestação, incluindo soldados do Exército, oficiais da Brigada Militar a cavalo e um helicóptero com um atirador exibindo uma metralhadora apontada para a multidão.

Um grupo de cerca de 300 estudantes enfrentou o pelotão da Brigada e abriu uma faixa onde se lia “Praça das Locas de Mayo”, em alusão ao grupo de mães argentinas que denunciava o desaparecimento de seus filhos, vítimas da repressão. Videla e Figueiredo desistiram de ir até a praça, seguindo diretamente do Piratini para o aeroporto. A placa foi colocada algum tempo depois e, em 2000, desapareceu.

 Saiba mais no Roteiro 5.

Restaurante Universitário/Casa do Estudante Universitário

Avenida João Pessoa, 41

Na véspera da chegada do ditador Jorge Videla a Porto Alegre, os estudantes da UFRGS promoveram um ato público em frente à Faculdade de Direito. A repressão se fez presente com viaturas, camburões, gás lacrimogêneo e a ordem de impedir o protesto. A tropa de choque avançou sobre os manifestantes, que buscaram abrigo no RU, chocando-se com a porta de vidro enquanto recebiam golpes de cassetete e estilhaços de vidro.

Das sacadas da Casa do Estudante, outro grupo de jovens protestava com gritos e jogando laranjas, bergamotas, água, sacos de lixo, o que resultou na invasão do prédio.

O incidente teve estudantes feridos e presos, deputados e vereadores prestando solidariedade, aulas na universidade suspensas e uma vigília no restaurante por toda a noite. A violência da resposta da Brigada Militar teve repercussão negativa junto às autoridades, e as bancadas de oposição na Assembleia Legislativa acionaram o secretário da Justiça, que prometeu apurar as responsabilidades.

Praça Raul Pilla

Entre a Avenida João Pessoa e as ruas André da Rocha e Duque de Caxias

Uma placa do projeto Marcas da Memória indica que ali ficava o quartel da 6ª Companhia de Polícia do Exército. Além de seus membros atuarem no policiamento ostensivo e repressão de manifestações políticas e sindicais, a unidade era local de detenção ilegal, espancamento, torturas físicas e psicológicas, inclusive de militares.

No quartel, serviu o então tenente Carlos Lamarca, que deixou o Exército para atuar na luta armada contra a ditadura, e esteve preso o capitão aviador Alfredo Ribeiro Daudt, integrante do movimento que impediu o bombardeio do Palácio Piratini, em 1961, durante o episódio da Legalidade. Também foi detido, clandestinamente, no local, o sargento Manoel Raimundo Soares, assassinado sob tortura, fato que ficou conhecido como Caso das mãos amarradas.

O quartel foi demolido nos anos 1970, para a construção do viaduto Loureiro da Silva.

 Saiba mais no Roteiro 5.

Antigo Cine São João

Avenida Senador Salgado Filho, 135

Durante a ditadura, era em frente ao cinema que o teólogo Carlos Alberto Libânio Christo, mais conhecido como Frei Betto, aguardava os perseguidos políticos vindos de diversos pontos do Brasil para orientá-los sobre como fugir para o Uruguai e, de lá, para a Europa. Em geral, a viagem era feita de ônibus, partindo da Estação Rodoviária de Porto Alegre até Santana do Livramento, cidade na fronteira, separada do país vizinho apenas por uma rua. Em Rivera, era preciso tomar outro ônibus até Montevidéu.

Os “passageiros da liberdade”, como Frei Betto os chamava, o reconheciam por um exemplar da revista *Veja* que ele carregava, como se estivesse esperando alguém que o encontraria para ir ao cinema.

Colégio Sévigné

Rua Duque de Caxias, 1475

Em uma reunião no tradicional colégio, foi lançada, em março de 1964, a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), com a presença de mais de cem mulheres, muitas esposas e familiares de lideranças e membros de grupos conservadores, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), financiado por empresários de direita.

A ADFG tinha o apoio e participação de homens, incluindo empresários, advogados, religiosos e militares. Seu objetivo era promover a doutrinação conservadora, católica e anticomunista. Em abril de 1964, a ADFG organizou a versão porto-alegrense da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, manifestação reacionária promovida em diversas cidades brasileiras.

Teatro de Arena

Avenida Borges de Medeiros, 835

Localizado nos altos do Viaduto Otávio Rocha, o teatro foi fundado, em 1967, pelo Grupo de Teatro Independente (GTI), originário do Centro de Arte Dramática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAD/UFRGS) e liderado pelo ator e diretor Jairo de Andrade. O teatro foi construído pelo grupo em um porão alugado e inaugurado com a encenação de “O santo inquerito”, de Dias Gomes.

O Arena foi local de reuniões, assembleias e vigílias de intelectuais, estudantes e artistas e é um símbolo de resistência e denúncia das arbitrariedades da ditadura. Não foram poucas as batalhas do grupo contra a censura, que proibiu diversas peças de serem encenadas e interrompeu espetáculos.

Em 1968, a organização paramilitar Comando de Caça aos Comunistas (CCC) ameaçou explodir o teatro e, durante a temporada da peça “Os fuzis da senhora Carrar”, de Bertolt Brecht, o Exército invadiu o local em busca das armas usadas no espetáculo, que eram carcaças de fuzis emprestadas por um conhecido. Jairo foi preso e torturado para que confessasse a origem do material.

Catedral Metropolitana

Rua Duque de Caxias, 1047

Em 1967, as organizações estudantis, como grêmios e centros acadêmicos, foram declaradas ilegais. Os alunos do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, maior escola pública do Estado, instalaram o Grêmio Livre em uma barraca, na praça em frente, de onde promoviam a mobilização dos alunos contra a repressão dentro e fora do colégio. As questões iam desde o uso de calça e minissaia pelas alunas e de cabelo comprido pelos rapazes e a promoção de atividades culturais, como debates e espetáculos teatrais, até a reforma do ensino implantada pelo Ministério da Educação, com apoio dos Estados Unidos.

Durante um protesto contra o chamado Acordo MEC-USAID, um grupo de alunos do Julinho foi encurralado pela Brigada Militar na Praça da Matriz. Os adolescentes tentaram se proteger entrando na Catedral, mas foram perseguidos e espancados pelos brigadianos, e os integrantes do Grêmio Livre, que seria encerrado em breve, foram levados a depor e fichados pelos DOPS.

 Saiba mais nos roteiros 3 e 10.

Palácio Piratini

Praça Marechal Deodoro, s/nº

O governador Ildo Meneghetti foi uma das lideranças nacionais do golpe. A partir de 1966, as eleições passaram a ser indiretas: os governadores eram escolhidos pela Assembleia Legislativa entre dois candidatos. Até a redemocratização, ocuparam o cargo de interventor no Estado Walter Peracchi Barcellos, Euclides Triches, Sinval Guazelli e José Augusto Amaral de Souza, todos do partido da situação, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Em agosto de 1961, o Piratini tornou-se sede do movimento conhecido como Legalidade, liderado pelo então governador Leonel Brizola, para que o vice-presidente João Goulart pudesse assumir a presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Foi ordenado o bombardeio do palácio, mas um grupo de militares legalistas da Base Aérea de Canoas impediu que as aeronaves que executariam a missão decolassem.

 Saiba mais no Roteiro 3.

Lembrar para não repetir

Para que jamais se esqueçam das atrocidades praticadas pela ditadura, duas iniciativas resgatam as terríveis memórias do período pós-golpe de 1964 em Porto Alegre.

O Projeto Marcas da Memória teve início em 2012, por meio de uma parceria entre o Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a Prefeitura de Porto Alegre. Ele identifica com placas locais que foram centros de tortura e repressão durante a ditadura. Descontinuado pelas duas últimas gestões municipais, o projeto já instalou placas em nove locais. No Centro Histórico, temos a Praça Raul Pilla, local do antigo quartel da 6ª Companhia de Polícia do Exército.

Também com o objetivo de identificar locais relacionados à repressão e à resistência, a historiadora Anita Natividade Carneiro criou o projeto Caminhos da Ditadura em Porto Alegre. Um mapa interativo *on-line* identifica esses lugares e fornece informações e referências sobre cada um deles. Além disso, o projeto oferece caminhadas guiadas por alguns desses pontos.

Palácio Farroupilha (Assembleia Legislativa do Estado)

Praça Mal. Deodoro, 101

Ao longo da ditadura, com base em atos institucionais, 30 deputados estaduais e 40 suplentes tiveram seus mandatos cassados. Em 2015, foi instalada, na Assembleia, a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, vinculada à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, com a finalidade de levantar informações sobre os delitos praticados no período da ditadura militar no Rio Grande do Sul. Durante cinco meses, de abril até agosto de 2015, a subcomissão ouviu depoimentos de 13 pessoas, sendo 11 dessas vítimas diretas, no período de 1964 a 1985.

 Saiba mais no Roteiro 3.

Justiça Militar da União - 1ª Auditoria da 3ª Circunscrição Judiciária Militar

Rua Gen. Portinho, 426

Neste local, civis eram submetidos a uma suposta justiça praticada por militares. Perseguidos políticos passavam por simulacros de julgamento, pressão processual, tortura psicológica e física.

Um dos casos mais representativos foi o julgamento dos jornalistas Rosvita Saueressig, Osmar Trindade, Rafael Guimaraens e Elmar Bones da Costa, da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (Coojornal), julgados e condenados a cinco meses de prisão, em 1981, pela publicação da reportagem “Os relatórios do Exército sobre a guerrilha”, em fevereiro de 1980. Os jornalistas ficaram presos durante cinco dias, sendo liberados mediante *habeas corpus*.

Instituto dos Arquitetos do Brasil

Rua Gen. Canabarro, 363

O prédio histórico na esquina da Rua Riachuelo, conhecido como Solar do Conde de Porto Alegre, é tombado pelo município. Foi construído por volta de 1830 e recebido como presente de casamento por Bernardina Soares de Paiva, segunda esposa de Manoel Marques de Souza, Conde de Porto Alegre.

O imóvel foi adquirido pelo Estado em 1932 e, em 1933, passou a ser usado como quartel-general do corpo policial conhecido como Ratos Brancos, pois seus agentes usavam capacetes brancos.



Desde então, abrigou diversos órgãos, como Quartel-general da Guarda Civil, Chefatura de Polícia, Instituto Médico Legal e DOPS. Durante a ditadura, era utilizado para detenções temporárias, torturas físicas e psicológicas e ocultação de presos.

Desde 1999, o casarão é a sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio Grande do Sul (IAB/RS), e sua fachada está sendo restaurada.

Antigo Quartel-general da Terceira Região Militar

Rua dos Andradas, 551

O Quartel-general era a sede do Comando da 3ª Região Militar, responsável por articular a repressão. A partir de 1967, com a subordinação das polícias estaduais ao Governo Federal, o órgão passou a coordenar as ações da polícia política no Rio Grande do Sul.

Em 1969, foi instalada, em Porto Alegre, a Divisão Central de Informações (DCI), subordinada formalmente à Secretaria de Segurança Pública (SSP), mas, na prática, controlada pelo comandante militar da área.

Apenas em 1974, a DCI foi substituída pelo Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), centro de tortura e assassinato de pessoas que se opunham à ditadura, que começou a funcionar no Brasil em 1969, mas foi criado no Estado tardiamente em relação ao resto do país.

 Saiba mais no Roteiro 1.

Antiga sede da Polícia Federal

Rua dos Andradas, 933

Onde hoje se encontra um supermercado, nos anos 1970, funcionava o Cinema Cacique e, em algumas salas do edifício, o Departamento de Polícia Federal. Algumas de suas atribuições envolviam sequestro, tortura, espionagem, infiltração, contrainformação, cárcere temporário e produção de documentação falsa. Também tinha a função de obter informações de agentes infiltrados em sindicatos e partidos.

 Saiba mais no Roteiro 1.

União Gaúcha de Policiais Civis (Ugapoci)

Rua Siqueira Campos, 702

Nas dependências da entidade, pessoas torturadas eram atendidas para que se recompusessem e pudessem voltar a ser supliciadas. Os médicos agiam voluntariamente ou eram obrigados a prestar assistência, como ocorria em outras unidades de saúde, clínicas e hospitais públicos e privados.

Ainda hoje, na seção “Sobre nós”, no site da instituição, lê-se que ela foi “fundada em 18 de abril de 1968, por decisão do *Governo pós-revolucionário de 1964*”. Para a Ugapoci, não houve golpe, e sim revolução.

Primeira sede do DOPS

Avenida Mauá, 1015

Nesse endereço, funcionou até a metade da década de 1960 o DOPS. Nas primeiras semanas após o golpe de 1964, o local foi usado como depósito e local de extorsão violenta de informação de cidadãos. Próximo ao cais do porto, o local favorecia a utilização da técnica de tortura conhecida como submarino, que consistia na asfixia por afogamento. Posteriormente, o DOPS foi instalado no Palácio da Polícia, na Avenida João Pessoa, 2050.

Antiga Livraria Vitória

Rua dos Andradas, em frente à Praça da Alfândega

Próxima ao Clube do Comércio, em uma pequena loja, ficava a Livraria Vitória, fundada, em 1961, pelo escritor e livreiro Arnaldo Campos, filiado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Conhecida como Corredor de Pequim ou “A Estrela Vermelha da Rua da Praia”, era ponto de encontro de intelectuais e professores universitários. O acervo era diversificado e, na vitrina, ficavam expostos, lado a lado, A Bíblia e O capital, de Karl Marx; quem comprasse ambos ganhava desconto.

Em abril de 1964, a livraria foi fechada, Campos foi preso, fichado pelo DOPS, interrogado, sofreu tortura psicológica e ameaça de tortura física. Algum tempo depois, a maioria do acervo da livraria foi apreendido. Naquele ano, Campos foi obrigado a mudar o nome da loja, por imposição da polícia. O motivo, segundo o policial que transmitiu a ordem: “os vencedores somos nós”.

Nasceu, assim, a Livraria Coletânea, que permaneceu como ponto de encontro e de comunicação de pessoas visadas pela repressão, que ali deixavam mensagens. Arnaldo Campos viveu até 2012 e deixou um importante legado para a cultura brasileira.

Esquina Democrática

Rua dos Andradas esquina com Avenida Borges de Medeiros

O cruzamento sempre foi um ponto de efervescência política e cultural. Durante a ditadura, ganhou maior visibilidade e importância devido à repressão a qualquer tipo de manifestação política. Tornou-se um ponto de referência para discursos e passeatas.

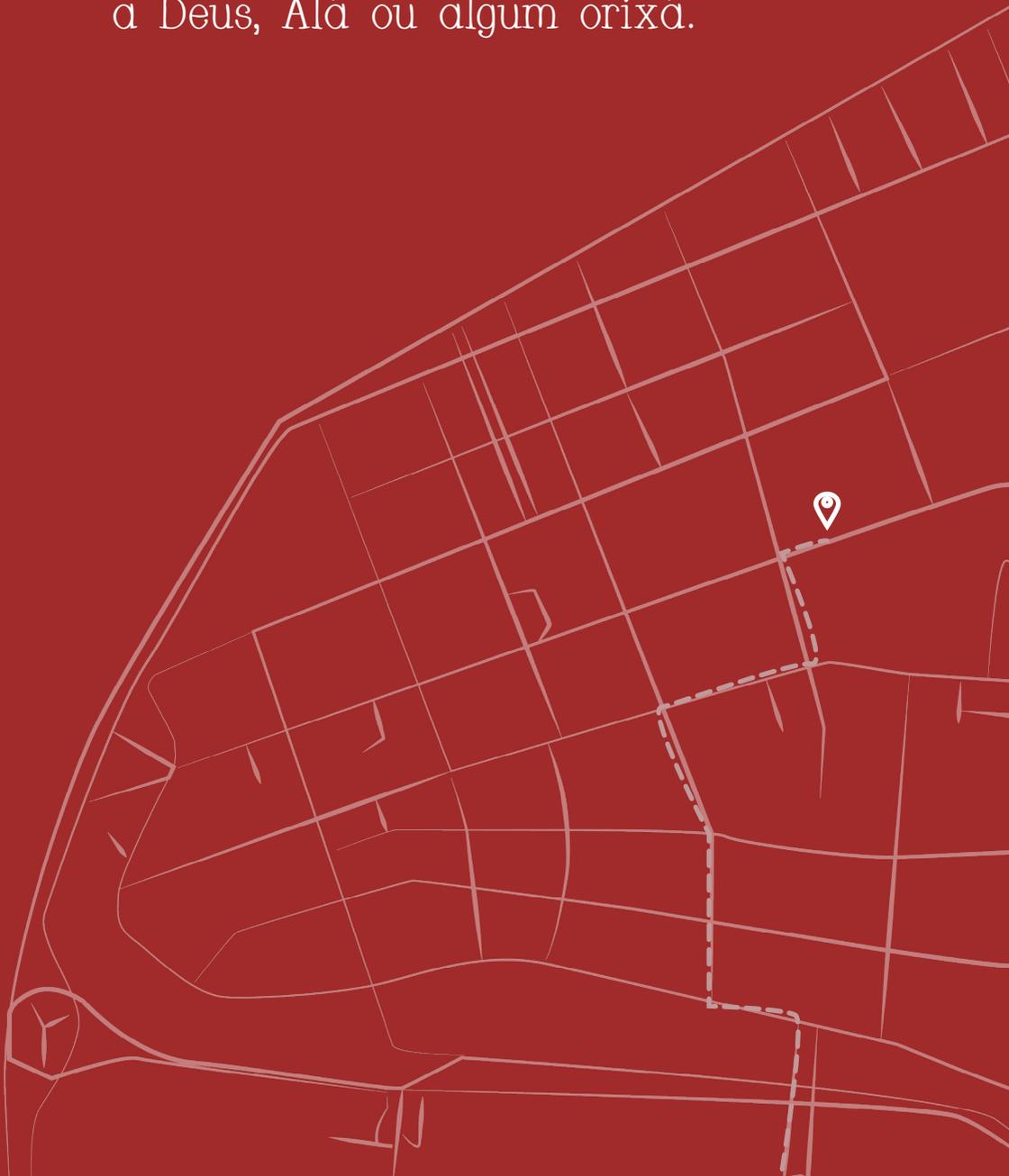
Em 1977, os vereadores Glênio Peres e Marcos Klassmann tiveram seus mandatos cassados e passaram a usar o local como palanque. Nessa mesma época, integrantes do Movimento Negro também se reuniam nas proximidades. Em um dos edifícios desta esquina, está localizada a sede do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, entidade fundamental no enfrentamento à ditadura.

Por sua importância histórica e social, a Esquina Democrática foi tombada pelo município em 1997.

 Saiba mais no Roteiro 6.

Anotações

No Centro de Porto Alegre,
todos os caminhos levam
a Deus, Alá ou algum orixá.





Roteiro 10

Diversidade religiosa



Diversidade religiosa

Caminhando pelas principais ruas do Centro Histórico, não é difícil encontrar uma igreja, mas também há locais de culto quase escondidos, muitos de enorme valor histórico e cultural.

Este roteiro foi construído a partir de um percurso proposto pelo antropólogo Emerson Giumbelli no projeto de extensão Circuitos religiosos na cidade, coordenado por ele e promovido pelo Departamento de Antropologia da UFRGS.

Foi graças ao Emerson e à participação nesse projeto, entre abril e junho de 2022, que descobri a existência de alguns dos atrativos citados no roteiro, como o Memorial Bárbara Maix e o Santuário São Rafael, e entendi a dimensão de outros. A base do percurso e do texto foram elaborados por ele, apenas fiz algumas alterações.

Ao longo do trajeto, vamos verificar que as mais diversas manifestações de fé estão presentes no bairro mais antigo da Capital.

Catedral Metodista da Capital

Rua Duque de Caxias, 1676

Já em 1885, um pequeno templo marcava a presença da Igreja Metodista em Porto Alegre, a primeira no Rio Grande do Sul. Tudo começou quando o missionário brasileiro João Corrêa, que morava no Uruguai e era vendedor de bíblias, foi encarregado de trazer a corrente religiosa para o Rio Grande do Sul.

Corrêa chegou à cidade com a esposa, a filha e outra missionária, Carmen Chacón. Aqui, além da paróquia, eles criaram o Colégio Americano, que hoje funciona no bairro Rio Branco.

O prédio atual, em estilo neogótico, austero e despojado, foi construído entre 1907 e 1914. Em 2009, a então denominada Igreja Central foi elevada a catedral, tornando-se a sede da 2ª Região Eclesiástica da Igreja Metodista do Brasil.



Catedral e Cúria Metropolitana

Rua Duque de Caxias, 1047

O mais importante templo da religião católica no Estado demorou dezenas de anos para tomar a forma atual. Sua construção iniciou-se em 1921 e prolongou-se até os anos 1970. Apenas em 1986, ela foi consagrada pelo então arcebispo, Dom Claudio Colling.

Antes, havia, no mesmo lugar, a antiga Igreja Matriz, construída entre 1773 e 1779. A demolição daquele templo barroco levou também consigo a Capela do Divino Espírito Santo, com a qual dividia o terreno.

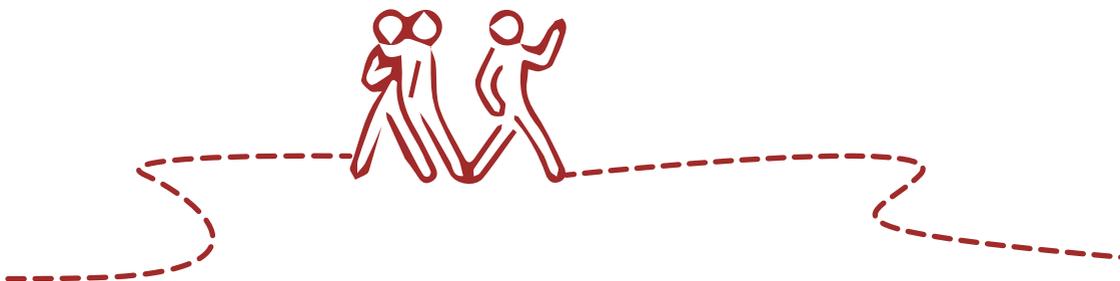
No lugar do templo, de estilo neorrenascentista, poderia ter sido construída uma grandiosa catedral neogótica. O projeto ganhador do concurso de 1917, de autoria de Jesús María Corona, foi rejeitado e substituído pelo atual, concebido pelo arquiteto italiano Giovanni Battista Giovenale, especialista em projetar igrejas, mas que nunca colocou os pés em Porto Alegre.

Percorrendo o começo da ladeira à esquerda da fachada principal, podem-se ver as paredes externas da cripta da catedral, uma das primeiras partes a serem construídas, sobre o antigo cemitério que ficava junto à igreja. Mais abaixo está a sede da Cúria Metropolitana.

A cripta segue um estilo distinto do resto, remetendo à arquitetura do Peru pré-colombiano. Notam-se as esculturas de carrancas nos vértices das paredes. As gigantescas cabeças de indígenas pretendiam representar a fase primitiva da cultura e da arquitetura da América Latina, sobre a qual se ergueram a nova cultura e a nova fé.

Na fachada principal, os mosaicos contam a história da Igreja Católica no Rio Grande do Sul. À direita do tríptico de maiores dimensões, figuram, ao lado de São Francisco, três mártires jesuítas, abatidos por indígenas que defendiam suas terras no século XVII. Mesmo quando fala da morte, a catedral, pela pedra e pelo mosaico, conta a história da vitória do cristianismo europeu.

 Saiba mais nos Roteiros 3 e 8.



Santuário São Rafael e Memorial Bárbara Maix

Rua Riachuelo, 508

A capela em homenagem ao arcanjo São Rafael foi construída em 1878, como pagamento de uma promessa, pelo então bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, após ter se curado de uma grave doença. Com o que sobrou da obra, ele mandou erguer a primeira gruta da cidade, em frente à entrada do templo. A gruta foi dedicada a Nossa Senhora de Lourdes e abençoada pelo bispo com água trazida da fonte de Lourdes, na França.

Em 1886, Dom Sebastião doou a capela às Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Em 2010, a fundadora da ordem, Bárbara Maix (Viena, 1818 – Rio de Janeiro, 1873), foi beatificada, e, em 2013, foi inaugurado o memorial em sua homenagem, anexo ao santuário.

No templo, podem ser vistos o carrilhão composto de 10 sinos e as imagens do Coração de Jesus e do Coração de Maria, doados por D. Sebastião. Chamam atenção também vitrais, altares e esculturas. Os quadros da Via Sacra foram pintados em Viena. Dentro do santuário, está o relicário com os restos mortais de Bárbara Maix.

Positivismo, a religião da humanidade

Passando pela Praça da Matriz, é impossível não notar o Monumento a Júlio de Castilhos, um dos principais líderes políticos na passagem entre os séculos XIX e XX. É também um monumento republicano, a lembrar que o nome oficial da praça é Marechal Deodoro.

O monumento foi concebido pelos positivistas, na mesma época que se dedicavam a construir um templo da sua religião, que fica no bairro Farroupilha (Avenida João Pessoa, 1058) e é um dos quatro existentes no mundo – os outros estão em Curitiba, no Rio de Janeiro e em Paris, este construído pelos positivistas brasileiros.

O positivismo marca, ainda, a arquitetura da Biblioteca Municipal. Os bustos que decoram a fachada da Biblioteca retratam as figuras que nomeiam o calendário positivista, elaborado por Auguste Comte.

Basílica Nossa Senhora das Dores

Rua dos Andradas, 587

Estamos diante do mais antigo templo católico ainda em pé na cidade e da única igreja de Porto Alegre protegida em âmbito nacional, tendo sido tombada pelo IPHAN em 1938. Em 2022, a igreja tornou-se também a primeira basílica menor da capital gaúcha.

 Saiba mais no Roteiro 1.

Catedral Anglicana da Santíssima Trindade

Rua dos Andradas, 880

Primeiro templo erguido pela Igreja Episcopal no Brasil, a catedral é a sé da Diocese Anglicana Meridional e a Catedral Nacional da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB). Sua construção teve início em 1900, e a inauguração foi em 1903.

A catedral recebeu esse nome em homenagem à primeira celebração anglicana realizada em Porto Alegre, no dia 1º de junho de 1890, dia da Santíssima Trindade. O prédio foi tombado pela Prefeitura por sua importância cultural para a cidade.

 Saiba mais no Roteiro 1.

Livraria da Casa Publicadora das Assembleias de Deus

Rua General Vitorino, 58

A livraria é uma espécie de portal para as igrejas evangélicas, como são chamadas as religiões que derivam da Reforma do século XVI. Na região central, há vários templos dessas religiões, como as igrejas Anglicana, Metodista e Luterana, mencionadas neste roteiro.

Nas margens do Centro Histórico, perto da Estação Rodoviária, situam-se os templos de igrejas mais recentes, geralmente de devoção pentecostal. Seus edifícios às vezes nem se distinguem, por serem pequenos, ou não constam nos guias turísticos pela ausência de atrativo histórico ou estético. No entanto, eles estão lá, ocupando espaços que foram abandonados pela decadência econômica.

As igrejas evangélicas seguem linhas teológicas e devocionais distintas. Na livraria, frequentada por fiéis das mais variadas denominações, todas se juntam. Chama atenção a quantidade de versões da Bíblia que estão à mostra. A literatura evangélica cobre vários gêneros. Agendas, cadernos e outros itens de papelaria também marcam presença. Há mais: camisetas e ornamentos para o corpo, objetos de decoração, todos com dizeres bíblicos. Essa diversidade de itens ajuda a perceber a presença evangélica na cidade.

Mercado Público

Largo Jornalista Glênio Peres, 1

No passado, o Centro Histórico estava repleto de locais de culto de matriz africana, como o famoso Candombe de Mãe Rita. Atualmente, a maioria das casas estão localizadas em bairros distantes do Centro, mas no Mercado Público essas religiões afirmam sua presença na Porto Alegre de hoje.

Na parte central, onde se encontram os quatro caminhos que partem dos acessos principais, há um mosaico, dessa vez não em uma fachada, apenas acessível aos olhos, mas que pode ser pisado. Esse mosaico, executado por Leonardo Posenato, Vilmar Santos e Vinicius Vieira, marca a presença de Bará no Mercado Público de Porto Alegre.

Bará é o nome de uma das divindades que povoam as religiões de matriz africana, como o Batuque. Chamado no candomblé de Exu, Bará é o deus do movimento, da circulação, a força que pode abrir e fechar caminhos.

As religiões de culto aos orixás (nome iorubá das divindades que compõem o panteão africano), que incluem também a Umbanda e a Quimbanda, estão presentes no Mercado de outras formas. Perto de cada um dos acessos principais, há quatro florais, lojas que comercializam os artigos necessários aos cultos dessas religiões.

É possível encontrar devotos circulando pelo mercado. Eles podem ser reconhecidos por suas roupas. Estão aí como parte de um ritual chamado de passeio.

No passeio, o devoto vai ao Mercado para fazer compras, o que é uma forma de reverenciar o Bará. O segundo momento do ritual é junto às águas do Guaíba, para fazer uma oferenda. Antes de voltar para o terreiro, o devoto passa em uma igreja católica, para saudar os santos, em geral o Santuário Nossa Senhora do Rosário ou a Basílica Nossa Senhora das Dores.

 Saiba mais no Roteiro 6.

Santuário Nossa Senhora do Rosário

Rua Vigário José Inácio, 402

A igreja escolhida para o ritual do passeio realizado pelos praticantes de religiões de matriz africana é geralmente a de Nossa Senhora do Rosário – não por acaso, pois ela já foi a sede de uma irmandade predominantemente negra, fundada no século XVIII. O templo atual foi erguido na década de 1950, no local onde ficava a igreja original, construída e financiada por negros escravizados e libertos.

No interior da igreja, estão os restos mortais do sacerdote e inventor Roberto Landell de Moura, pioneiro das telecomunicações, que dirigiu a paróquia entre 1915 e 1928.

Em 2003, o Arcebispo Metropolitano Dom Dadeus Grings concedeu à igreja o título de santuário. Anualmente, no dia 2 de fevereiro, esse é o ponto de partida da tradicional procissão de Nossa Senhora de Navegantes, que reúne milhares de pessoas para transportar a imagem da Virgem até o templo que a homenageia, no bairro Navegantes.

 Saiba mais no Roteiro 6.

Igreja da Reconciliação e Centro Evangélico

Rua Senhor dos Passos, 202

A Paróquia Matriz de Porto Alegre é também a sede nacional da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Ainda durante o Império, 49 famílias de imigrantes alemães formaram a primeira comunidade luterana em Porto Alegre.

Pela Constituição de 1824, o Brasil era um país católico, e as outras religiões não podiam ter igrejas. Os evangélicos se reuniam em um salão na Rua Senhor dos Passos, mas apenas em 1902, já instaurada a República, os luteranos tiveram sua primeira igreja com torre, projetada pelo arquiteto Johann Grunewald.

A comunidade foi crescendo, e surgiu a necessidade de ampliar o espaço para as celebrações. Nos anos 1950, foi lançado um concurso para a escolha do projeto, e os vencedores foram o casal de arquitetos Carlos Maximiliano Fayet e Suzy Brucker Fayet.

O conjunto modernista da Comunidade Evangélica de Porto Alegre (CEPA) é uma das obras precursoras em Porto Alegre no uso de tijolos cerâmicos aparentes e cobogós (elementos vazados, normalmente feitos de barro ou cimento) como fechamento, em contraste com a estrutura de concreto aparente. É formado pelo corpo principal da igreja, estacionamento público, bloco administrativo, edifício de apartamentos e uma praça.



Veja também

-  Capela Nosso Senhor dos Passos: Rua Professor Annes Dias, 135, no interior da Santa Casa de Misericórdia
-  Atheneu Espírita Cruzeiro do Sul: Rua Duque de Caxias, 943
-  Centro Cultural Hebraico Rio-grandense: Rua Cel. Fernando Machado, 1008
-  Loja Dharma da Sociedade Teosófica no Brasil: Rua Voluntários da Pátria, 595 - sala 1408

Centro Islâmico de Porto Alegre

Rua Dr. Flores, 62

Localizado no décimo andar de um prédio comercial, o local de culto e orações para os seguidores do Islã recebe muçulmanos de várias nacionalidades, profissões e idades.

O centro é frequentado por cerca de 200 famílias, metade formadas por palestinos e outra metade por paquistaneses, libaneses, egípcios e procedentes de outros países africanos, além de brasileiros convertidos.

Igreja São José

Avenida Alberto Bins, 467

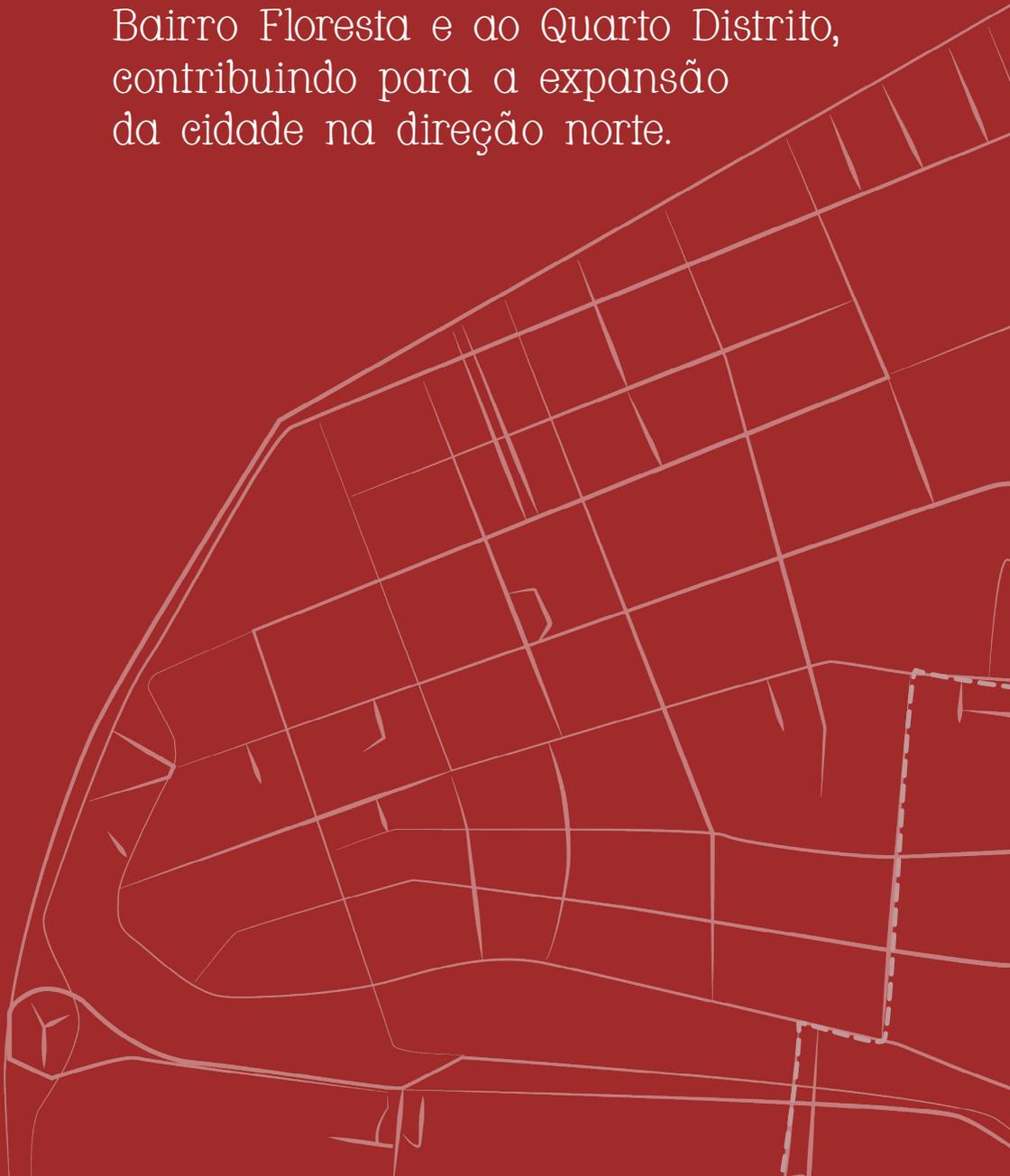
Nem todos os alemães que vieram para Porto Alegre eram protestantes. A Igreja São José foi projetada, por encomenda da comunidade católica alemã, pelo arquiteto Joseph Lutzenberger, pai do conhecido ambientalista José Lutzenberger.

A igreja foi inaugurada em 1924, ano das comemorações do centenário da imigração alemã. Lutzenberger, que também era artista plástico, projetou não apenas a estrutura, mas todos os detalhes decorativos, desde pinturas murais, vitrais, altares e estatuária em mármore até o mobiliário em madeira e as luminárias.

Na execução das estátuas, contou com a participação do escultor Alfred Adloff. Em um nicho na fachada, sobressai uma imagem de São José, com o Menino Jesus ao colo, sobre a qual anjinhos tocam instrumentos.

Anotações

A Rua Voluntários da Pátria e a Avenida Alberto Bins conectaram o Centro ao Bairro Floresta e ao Quarto Distrito, contribuindo para a expansão da cidade na direção norte.





Roteiro 11 Rumo à Zona Norte



Rumo à Zona Norte

Em 1806, o governador Paulo José da Silva Gama mandou abrir uma nova via de acesso à Vila de Porto Alegre, que logo ficou conhecida pelo nome de Caminho Novo. Em 1870, essa rua, que margeava o Guaíba, recebeu o nome de Voluntários da Pátria.

A abertura do Caminho Novo contribuiu para que Porto Alegre crescesse rumo à Zona Norte, e, pouco a pouco, outras vias foram sendo criadas nessa direção. “Raramente se encontra passeio mais agradável que o do Caminho Novo; recorda tudo quanto existe de mais encantador na Europa”⁸, entusiasmou-se o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que esteve em Porto Alegre em 1820.

Em 1870, Rafaela Pinto Bandeira Freire, filha do Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira e viúva do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, doou à cidade parte de seu terreno, conhecido como Chácara da Brigadeira, para que fosse aberta uma nova rua ligando a Rua Senhor dos Passos à Rua da União, que hoje se chama Rua da Conceição.

A nova via recebeu o nome de São Rafael, em uma clara alusão à benfeitora e seu pai. A propósito, Pinto Bandeira e o Coronel Vicente também são lembrados em duas das ruas que cruzam a antiga São Rafael.

Já no século XX, a rua foi prolongada até a Avenida Cristóvão Colombo, facilitando a conexão do Centro com o bairro Floresta. Mais tarde, foi renomeada Allberto Bins, em alusão ao intendente responsável pela obra que finalizou seu traçado, homenagem feita quando ele ainda estava vivo.

Neste roteiro, a proposta é partir do Marco Zero da Cidade, em frente ao Paço dos Açorianos, e caminhar acompanhando o traçado de algumas ruas abertas no início do século XX, dando continuidade ao projeto de expansão da cidade nessa direção.

Paço dos Açorianos

Praça Montevideu, 10

Sede da Prefeitura até 2022, este foi um dos primeiros edifícios públicos com características positivistas construídos em Porto Alegre. A obra teve início em 1898, pouco tempo depois da instauração da República, na gestão do intendente José Montauray.

⁸SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2002. p. 54.*

Naquela época, Porto Alegre e o Rio Grande do Sul estavam sob a administração do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e o fachadismo foi uma das principais ferramentas de marketing usadas na consolidação da ainda frágil República, que acabara de ser duramente contestada na Revolução de 1893.

O projeto foi encomendado ao engenheiro Oscar Muniz Bittencourt, mas o todo-poderoso Júlio de Castilhos não o aprovou e mandou fazer outro, pelo arquiteto italiano radicado em Porto Alegre João Antônio Luiz Carrara Colfosco. Para a construção, foi aterrada a antiga Doca do Carvão.

A fachada principal do Paço está repleta de simbologia. No lado mais próximo à Rua Uruguai, um grupo de três figuras representa a Agricultura, o Comércio e a Indústria, os dois primeiros simbolizados pelos deuses gregos Demeter e Hermes, e a atividade industrial por uma figura feminina com um martelo e uma roda dentada. Na disposição triangular, percebe-se o papel de destaque da Agricultura, principal atividade econômica do Estado.

Já na parte da fachada mais próxima à Avenida Borges de Medeiros, o trio de imagens apresenta a Liberdade, a Ciência e a Arte, esta simbolizada por Clio, a musa da História, que abraça um busto do líder ateniense Péricles, representando a Democracia, mas uma democracia nos moldes da Grécia da Antiguidade, personalizada na figura de um líder carismático e autoritário.

Também aparecem duas figuras isoladas, representando a Justiça e a República. Na primeira, chama atenção o fato de a imagem ter os olhos desvendados e portar uma espada muito maior do que a balança, que caracteriza a imparcialidade, simbolizando que o governo republicano seria implacável com seus opositores. Já a República traz em uma mão uma esfera com uma águia, símbolo de dominação.

O edifício apresenta ainda uma torre com o brasão da República encimado por um relógio e ladeado pelos bustos de José Bonifácio e Deodoro da Fonseca. Ao lado da sacada central, no segundo piso, veem-se as efígies de Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto.

Em 1973, o prédio recebeu o nome de Paço dos Açorianos e, em 1979, foi tombado como patrimônio cultural de Porto Alegre. No prédio, funciona também a Pinacoteca Aldo Locatelli, que guarda parte do acervo artístico do município e está aberta à visitação.

Fonte Talavera de la Reina

Praça Montevidéo

A fonte foi um presente da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Porto Alegre pela passagem do centenário da Revolução Farroupilha. A homenagem foi idealizada pelo arquiteto e artista plástico Fernando Corona, que mobilizou a instituição e promoveu a arrecadação de fundos entre a comunidade espanhola local para financiar o projeto.

A obra foi desenhada por Corona e executada pelo ceramista Juan Ruíz de Luna, residente na cidade de Talavera de La Reina, próxima a Toledo, famosa por sua cerâmica. Ruíz de Luna fundou o Museu de Cerâmica de Talavera de La Reina, que leva seu nome.

Em 1935, foi colocada no centro da Praça Montevidéo onde anteriormente estava a escultura "A samaritana", de Alfred Adloff, que foi transferida para a Praça da Alfândega e atualmente se encontra no interior do Paço dos Açorianos.

Marco Zero

Praça Montevidéo

Na Praça Montevidéo, bem próximo à Fonte Talavera de la Reina, está o ponto de referência a partir do qual são calculadas todas as distâncias no Rio Grande do Sul. No marco, estabelecido pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DAER), é informado que a cidade se encontra a 4,717 m de altitude, -30°01'39" de latitude e -51°13'40" de longitude.

Palácio do Comércio

Largo Visconde de Cairu, 17

A Associação Comercial de Porto Alegre foi fundada em 1898, mas até o final da década de 1920 não tinha sede própria. Esta foi construída em 1939 e inaugurada no ano seguinte, em um terreno doado pela Prefeitura Municipal, na área aterrada para a instalação do Cais do Porto.

E como foi financiada a obra? A pedido da entidade, foi criado um tributo estadual sobre as exportações feitas através dos portos de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre, destinado a bancar a construção das sedes das associações comerciais desses municípios. Apesar de haver oposição, a Assembleia acabou aprovando o Projeto de Lei por 17 votos contra sete.

E assim o Palácio do Comércio foi construído. O projeto, em estilo *art déco*, foi assinado pelo arquiteto alemão Joseph Lutzenberger. O prédio de oito andares e um mezanino recebeu o primeiro sistema de ar-condicionado central do Estado. A cerimônia de inauguração, que ocorreu durante a ditadura do Estado Novo, foi prestigiada pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, e os interventores federais no município, José Loureiro da Silva, e no Estado, Osvaldo Cordeiro de Farias.

Praça Parobé

Em frente à face leste do Mercado Público

O espaço hoje ocupado por um dos principais terminais de ônibus urbanos de Porto Alegre poderia ter um teatro. Essa, ao menos era a destinação inicial do terreno resultante do aterro da antiga doca existente aí até 1919. No entanto, a construção do Teatro Municipal foi cancelada pelo prefeito Otávio Rocha, que preferiu usar o local como ponto para os bondes Navegantes e São João.

Em 1925, a praça foi batizada em homenagem ao engenheiro, professor e ex-secretário das Obras Públicas João José Pereira Parobé. Foi ajardinada e recebeu o Chafariz Imperial, uma das sete fontes francesas de ferro fundido que abasteciam a cidade com água potável, antes instalado na Praça XV. Anos depois, o chafariz foi transferido para o Recanto Europeu do Parque Farroupilha, onde se encontra até hoje, sendo o único remanescente das antigas fontes francesas.

Mercado Público

Largo Glênio Peres, 1

O velho Mercado resiste desde 1868 com a mesma solidez, apesar das diversas ameaças de destruição que enfrentou. O incêndio que o atingiu em 2013 não foi o primeiro. Um século antes, em 1912, as bancas de madeira foram destruídas pelo fogo, enquanto era construído o segundo andar, principal área atingida no sinistro mais recente.

Em 1941, a famosa enchente que inundou Porto Alegre também deixou suas marcas no maior centro de abastecimento da cidade. Junto ao portão de entrada pelo Largo Glênio Peres, uma placa na parede sinaliza o nível a que a água chegou durante a cheia do Guaíba. →

Além de diversidade de produtos, o Mercado Público oferece boas opções gastronômicas. Aí se encontra o mais antigo restaurante de Porto Alegre em funcionamento, o Gambrinus, fundado em 1889. O vizinho Naval atende ao público desde 1907 e era um dos favoritos do compositor Lupicínio Rodrigues e do jornalista e político Glênio Peres. As cadeiras onde ambos se sentavam estão preservadas em uma espécie de memorial. Outro ponto tradicional é a Banca 40, famosa pelos sorvetes desde 1927.

Além de templo gastronômico, o Mercado Público é também um espaço de culto para os adeptos de religiões de matriz africana.

 Saiba mais nos roteiros 6 e 10.

Largo Jornalista Glênio Peres

Em frente à face sul do Mercado Público

No século XIX, a área entre as atuais ruas Uruguai, Voluntários da Pátria, Marechal Floriano e José Montauray era conhecida como Largo do Paraíso. O nome, segundo explica o cronista Antônio Álvares Pereira Coruja (1806-1889), em seu livro “Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre”, se devia à existência, nesse lugar, de “uma pequena casa habitada por umas moças cantadeiras, e que dizem que cantavam bem, onde aos domingos iam os moços passear, denominando-a Casa do Paraíso; e já se convidavam dizendo: ‘Vamos hoje ao Paraíso?’”⁹. Os eufemismos dão a entender que, no local, havia uma casa de prostituição, provavelmente uma das primeiras da vila.

Em 1992, o espaço fronteiro ao Mercado Público passou a se chamar Largo Glênio Peres, em homenagem ao jornalista e político gaúcho, vereador cassado pela ditadura em 1977, eleito vice-prefeito em 1986, na chapa de Alceu Collares, e falecido em 1988.

O Largo Glênio Peres é um dos principais espaços de exercício da cidadania em Porto Alegre, sediando comícios, manifestações, feiras, espetáculos e eventos culturais.

 Saiba mais no Roteiro 6.



⁹CORUJA. Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1881., p. 10

Chalé da Praça XV

Praça XV de Novembro, s/nº

Logo após a inauguração do Mercado Público, o antigo Largo do Paraíso foi batizado de Praça Conde D'Eu, em homenagem ao francês Louis Philippe Marie Ferdinand Gaston d'Orléans, marido da Princesa Isabel.

A amplitude do espaço fronteiro ao Mercado favorecia a instalação de circos, uma das principais opções de lazer naquela época. Um deles, o Circo Universal, fez tanto sucesso que seu proprietário conseguiu autorização para construir ali um pavilhão de madeira, onde eram realizadas as funções, até ser desmontado em 1878.

Sucederam-se então o ajardinamento e a arborização da praça, onde também foram instaladas uma gruta e uma ponte ornamental, além de um chafariz, depois transferido para a Praça Parobé.

Em 1881, foi construído um chalé de madeira, onde o alemão Mathias Huber servia cerveja a uma clientela formada principalmente por seus conterrâneos, que representavam 20% da população da cidade.

Com a República, veio a mudança do nome da praça para XV de Novembro. O chalé de madeira existiu até 1910, quando o intendente José Montauray foi autorizado pela Câmara a mandar demoli-lo e a contratar uma empresa para construir um novo prédio.

Esse prédio foi inaugurado no final de 1911 e preserva ainda hoje suas características *art nouveau*. Foi construído com elementos desmontáveis de aço, madeira e vidro, com dois pisos e um mezanino e em formato octogonal. Mais de um século depois, segue como uma referência cultural e gastronômica no Centro de Porto Alegre, tendo sido tombado pelo Município em 1998.

Antigo abrigo de bondes

Praça XV de Novembro

Até 1970, quando os bondes deixaram de circular, a Praça XV de Novembro era a estação de onde partiam diversas linhas da Companhia Carris Porto-Alegrense. Em 1930, a Prefeitura mandou construir, nas proximidades do Chalé, o Abrigo dos Bondes, para que os usuários pudessem esperar a condução com mais conforto.

O prédio em estilo *art déco* foi ampliado em 1935, quando a Avenida Borges de Medeiros foi inaugurada e novas linhas foram implantadas. Ali funcionava também a Rádio Cruzeiro, divulgada como “uma voz nos abrigos da Praça XV ouvida por toda Porto Alegre”. →

Em 1961, no segundo piso do Abrigo, um grupo de artistas liderado por Xico Stockinger fundou o Ateliê Livre da Prefeitura, instituição que hoje funciona no Centro Municipal de Cultura Lupicínio Rodrigues, no bairro Menino Deus.

Os bondes foram substituídos pelos ônibus e lotações, mas a região da Praça XV continua sendo passagem obrigatória para os usuários do transporte público, e o Abrigo, com suas lanchonetes, continua sendo ponto de parada para quem deseja um lanche rápido, um café ou uma bebida antes de pegar o rumo de casa.

Galeria XV de Novembro

Rua Marechal Floriano esquina Avenida Otávio Rocha

Pouca gente sabe o nome oficial do edifício popularmente conhecido como Esqueletão. Alvo de polêmicas e ações judiciais há décadas, o prédio de 19 andares começou a ser construído nos anos 1950, mas a construtora responsável pela obra faliu e deixou o projeto inacabado.

A partir dos anos 1980, houve tentativas de promover a retomada da construção, mas nenhuma deu certo. O prédio pertence aos proprietários que adquiriram espaços no local e, ao longo do tempo, foi parcialmente ocupado por comerciantes e moradores, regulares ou não.

Já nos anos 2000, laudos técnicos apontaram riscos de incêndio e desabamento, o que levou a Prefeitura a solicitar sua interdição e demolição. Em abril de 2023, após inúmeras idas e vindas judiciais, foi autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado a demolição do prédio, desocupado desde 2021. A operação está em fase de planejamento e ainda sem data para ocorrer.

Edifício Frederico Mentz

Avenida Otávio Rocha, 22

O edifício de 10 andares em estilo *art déco*, construído em 1931, é um exemplo do processo de verticalização da cidade no início do século XX. Foi projetado por Agnello Nilo de Lucca e Egon Weindoefer para ser o Novo Hotel Jung — o antigo funcionava na Rua Voluntários da Pátria.

Se hoje parece modesto entre os prédios da vizinhança, era um gigante para a época: a construção mais alta da cidade, o Edifício Imperial, projetado pela mesma dupla de arquitetos, tinha 12 andares e só foi superado, em 1949, pelo Edifício Sulacap, com 17.

O hotel funcionou até 1973 e, na época da inauguração, oferecia luxos como aquecimento central, água corrente quente e fria, barbearia e salas exclusivas para senhoras. Atualmente, o prédio é ocupado por salas comerciais.

Lojas Renner

Avenida Otávio Rocha, 184

A primeira sede própria das lojas Renner foi construída em 1932, na esquina da Avenida Otávio Rocha com a Rua Doutor Flores. Atualmente uma das maiores varejistas de moda do Brasil, a Renner foi fundada no início do século XX como uma indústria têxtil e só mais tarde se expandiu para o comércio.

Antônio Jacob Renner, mais conhecido como A. J. Renner, ficou famoso ao criar uma capa de lã impermeável que se tornou um grande sucesso, protegendo contra a chuva e o frio. Renner tinha sido caixeiro viajante e mirava nesse público ao desenvolver a Capa Ideal, que marcou época e foi a base do crescimento da empresa para o setor de varejo.

O prédio em estilo modernista, com fachada sóbria e linhas arredondadas, foi desenhado pelo arquiteto Egon Weindörfer. Nos anos seguintes, passou por reformas e ampliação, chegando a ter dez andares, e a Renner inovou mais uma vez, tornando-se uma loja de departamentos.

Infelizmente, o magazine foi consumido pelas chamas em uma das maiores tragédias da história de Porto Alegre. Na tarde da terça-feira 27 de abril de 1976, uma explosão no primeiro andar da loja deu início a um incêndio, que deixou 41 mortos e mais de 60 feridos.

Cerca de 350 pessoas, entre clientes e funcionários, circulavam pelos setores da loja quando a fumaça se espalhou, e houve uma correria para tentar sair. Escadas estreitas e janelas com grades dificultavam a operação.

De acordo com o relatório da perícia, o fogo teria começado nos fundos do 1º andar, próximo à escada de emergência, onde havia embalagens plásticas, palha e um depósito de tintas e solventes, que, pelo impulso de uma fagulha, provocaram grandes explosões. Mais de 200 bombeiros participaram da operação, e foi preciso puxar água do Guaíba, já que os hidrantes eram insuficientes.

Nos anos 1970, a verticalização das metrópoles brasileiras não foi acompanhada por uma legislação que desse conta de estabelecer normas adequadas para a prevenção de incêndios, resultando em tragédias como a da Renner e as dos edifícios Andraus e Joelma, em São Paulo. A partir dessas catástrofes, o tema passou a ser discutido, com novas leis de prevenção sendo adotadas.

O que restou do prédio da Renner foi implodido para a construção do atual.

Praça Otávio Rocha

Entre as ruas Senhor dos Passos e Doutor Flores

A praça em formato triangular foi implantada na década de 1920, época de grandes transformações urbanísticas em Porto Alegre. O intendente Otávio Rocha deu início à obra, que visava a conectar a Praça XV de novembro à Avenida Cristóvão Colombo, com a transformação do antigo Beco do Rosário e da Rua São Rafael nas atuais Otávio Rocha e Alberto Bins.

No limite entre as duas vias, foi inaugurada a praça, projetada em estilo eclético, com passeios pavimentados em pedra portuguesa trabalhada, balaustrada de alvenaria, ajardinamento, escadas e banheiro público.

Otávio Rocha morreu antes de concluir o mandato, mas seu sucessor, Alberto Bins, deu continuidade a seus projetos e homenageou-o dando seu nome à praça, onde também foi colocado um busto do antigo intendente.

Curiosidade: as ruas José Montauray, Otávio Rocha e Alberto Bins estão localizadas uma após a outra, na ordem em que os três políticos ocuparam a intendência municipal.

Edifício Coliseu

Praça Osvaldo Cruz, 15

Entre 1898 e 1908, funcionou, na esquina das ruas Voluntários da Pátria e Pinto Bandeira, o Teatro Polytheama, que foi demolido por apresentar risco de desabamento. Em seu lugar, foi construído, em 1910, um barracão para abrigar o Cine-Theatro Coliseu, de início mais teatro do que cinema.

Em 1915, a construção precária foi substituída por um prédio em estilo eclético, com capacidade para 3 mil pessoas, entre plateia, frisas, camarotes e galeria.

Depois de entreter o público por mais de quatro décadas, o Coliseu fechou as portas e foi demolido em 1956, dando lugar a um edifício comercial.

Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Rua Coronel Vicente, 281

A rede de lojas de departamentos Mesbla abriu as portas neste endereço em 1950, mas seu projeto modernista foi concebido pelo arquiteto Arnaldo Gladosch em 1944. Nos fundos, ficava o prédio da Mesbla Veículos e, em frente à Praça Otávio Rocha, havia ainda outra loja da rede.

Naquela época, as lojas de departamentos eram uma espécie de precursoras dos *shoppings* e representavam um local não só de compras, mas também de encontro e convívio social. A Mesbla funcionava no térreo, no mezanino e no segundo andar. Nos pisos superiores, havia salas comerciais, que eram alugadas.

Gladosch, além de importante urbanista, com um destacado papel na criação do primeiro Plano Diretor de Porto Alegre, foi o responsável pelos projetos das lojas Mesbla também em São Paulo e no Rio de Janeiro. Sua obra arquitetônica e urbanística teve grande influência da escola alemã, pois ele fez seus estudos na Universidade de Dresden.

No Edifício Mesbla, observam-se características como o uso de tijolos aparentes, algo pouco comum na época, e o fato de seus prédios sempre estarem em diálogo com a cidade, demonstrando sua visão de urbanista.

Nos anos 1990, a Mesbla faliu, e o prédio foi adquirido pela Ulbra Saúde, que também foi à falência e entregou o prédio à União como pagamento de dívidas. Desde 2011, é a sede do *Campus* Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Edifício Ely

Rua da Conceição, 283

Uma das obras-primas do arquiteto alemão Theodor Wiederspahn, o prédio foi construído no início dos anos 1920, por encomenda do empresário Nicolau Ely, dono de uma importante loja de tecidos. No térreo do edifício de quatro andares, funcionava a loja. Os demais tinham salas comerciais.

No projeto, destaca-se o estilo eclético típico da época, com forte influência do barroco alemão, como em outras obras de Wiederspahn. A decoração da fachada é rica em detalhes e exibe esculturas feitas por Alfred Staege. Destacam-se o monograma do proprietário, com a data da inauguração do prédio, rodeado por figuras infantis, e uma estátua do deus grego Hermes, símbolo do comércio.

A localização da loja era privilegiada: ficava em frente à estação central da Viação Férrea, na Rua Voluntários da Pátria, demolida nos anos 1970 para a construção do túnel e da elevada da Conceição.

Apesar de ter sido parcialmente encoberto pela obra, o prédio, desde os anos 1980 ocupado por uma loja de materiais de construção, ainda mantém sua beleza e imponência, tendo passado por várias reformas e restaurações.

Anotações

Nas primeiras décadas do século XX, Porto Alegre viveu um *boom* imobiliário e se expandiu em direção às alturas. A cidade queria ser uma nova Paris!





Roteiro 12
Ícones da
arquitetura



Ícones da arquitetura

A República trazia o lema positivista “Ordem e Progresso”. A ordem era representada pela administração centralizadora e de pulso firme do Partido Republicano Rio-Grandense, que governou tanto o Estado como o município por cerca de 40 anos e via na urbanização e na indústria o caminho para o progresso.

Diversas fábricas se instalaram, principalmente no eixo da Rua Voluntários da Pátria, em direção à Zona Norte, ocupando o chamado Quarto Distrito — antes de ser organizada em bairros, Porto Alegre dividia-se em distritos, que chegaram a 10.

Foi uma época de aumento exponencial da população. Em 1900, a cidade tinha pouco mais de 70 mil habitantes. Em 1920, já eram 179 mil; em 1950, quase 400 mil pessoas viviam na Capital.

Trabalhadores chegados do interior e imigrantes europeus de várias nacionalidades dividiam casebres, cortiços e pensões nos becos do Centro com homens e mulheres negros conduzidos da escravidão para a miséria, até serem varridos para a periferia pelo Plano Geral de Melhoramentos e Embelezamento, proposto em 1914 e executado gradativamente pelos prefeitos José Montaury, Otávio Rocha, Alberto Bins e Loureiro da Silva.

A ideologia higienista e elitista de então apontava as moradias precárias como a fonte de todos os males sociais, de doenças à criminalidade e à prostituição. Para o povão, nossa *Belle Époque* não teve nada de bonito.

Em 1959, Porto Alegre torna-se a primeira capital brasileira a ter um plano diretor, elaborado pelos engenheiros municipais Edvaldo Pereira Paiva e Demétrio Ribeiro. A referência não era mais a Paris do Barão Haussmann, mas os arranha-céus modernistas de Chicago.

Neste roteiro, a proposta é conhecer alguns dos prédios mais representativos do período compreendido entre os anos 1910 e 1950. Começamos por um símbolo da *Belle-Époque* da arquitetura porto-alegrense, a Confeitaria Rocco, e seguimos pela Salgado Filho e a Borges de Medeiros, avenidas que contam a história da verticalização e do Modernismo em Porto Alegre.



Confeitaria Rocco

Rua Riachuelo, 1618

Entre os imigrantes que desembarcaram em Porto Alegre, na fronteira entre os séculos XIX e XX, estava Niccola Rocco. O italiano havia passado pela Argentina, onde trabalhou na famosa confeitaria El Molino, de Buenos Aires. Com a experiência adquirida, abriu primeiro uma fábrica de doces. O sucesso motivou-o a fundar a Confeitaria Rocco, um dos estabelecimentos mais elegantes e concorridos da primeira metade do século XX.

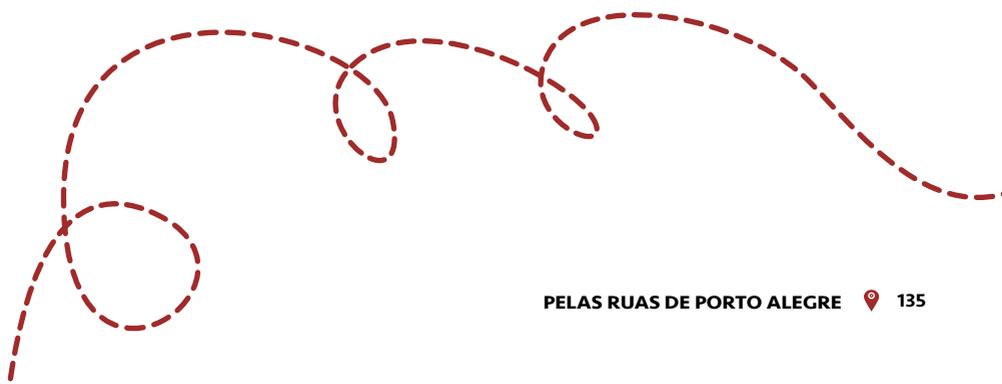
O local escolhido para a confeitaria foi uma esquina da antiga Praça do Portão, já então batizada de Conde de Porto Alegre, endereço nobre no Império e na Primeira República. O autor do projeto era seu conterrâneo Salvatore Lambertini, professor da Escola de Engenharia, que morreu antes de a obra ser concluída e foi substituído pelo engenheiro, arquiteto e construtor Manoel Itaquí.

A confeitaria ficava no térreo, e no subsolo estava localizada a fábrica, enquanto no segundo pavimento havia um salão para eventos. O terceiro andar era utilizado como copa e espaço de apoio. Havia ainda um terraço.

Na fachada do belo edifício eclético, destacam-se três pares de atlantes, um velho e outro jovem, esculpidos por Giuseppe Gaudenzi. Eles representam a Europa e a América, o Velho e o Novo Mundo, alegoria muito comum à época para simbolizar as relações dos imigrantes com a pátria e o novo lar. Com uma mão, as figuras “sustentam” a sacada e, com a outra, carregam frutos da terra.

Entre a profusão de elementos decorativos, como gradis de ferro e colunas com capitéis em forma de cabeças de leão, sobressai, no alto, uma figura feminina portando um archote, emoldurada por uma lira e ladeada por duas crianças segurando luminárias – uma alegoria da Luz executada por Frederico Pellarin.

Pelas mesas da Rocco, passaram a elite econômica e política do Rio Grande do Sul, artistas e presidentes da República. A confeitaria fechou em 1964, e o prédio foi tombado pelo município em 1997. Em 2006, foi restaurado e recebeu o evento CasaCor. Rocco não teve filhos, e o imóvel, atualmente desocupado, pertence a descendentes de seu sobrinho José Rocco Irace.



Edifício Jaguaribe

Avenida Sen. Salgado Filho, 135

Em 1951, quando o Jaguaribe foi projetado, morar em apartamento era algo pouco comum para a classe média alta. E a verticalização da cidade mal tinha começado: fazia apenas dois anos que o Edifício Sulacap se tornara o mais alto da cidade, com 17 andares, superando os 12 do Imperial, construído em 1931.

Pode-se entender a ousadia do arquiteto Fernando Corona ao propor esse gigante modernista de 26 andares, com um cinema no térreo e 72 unidades residenciais, além de uma área de uso comum para os moradores, localizada no nono pavimento, com sala de conferência, biblioteca, área de estar, bar e restaurante.

Corona convidou seu filho Luís Fernando, também arquiteto, para participar do projeto. O edifício é formado por dois blocos autônomos, mas a divisão é imperceptível para quem olha a fachada. O espaço onde funcionava o Cinema São João, fechado nos anos 1990, já foi ocupado por uma agência do Banco do Brasil e uma unidade do Sebrae.

Antiga Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT)

Avenida Sen. Salgado Filho, 49

A companhia foi criada, em 1962, pelo governo Leonel Brizola, que estatizou as telecomunicações no Estado. Para planejar o novo prédio, a ser construído em um terreno praticamente retangular, foram contratados os arquitetos Emil Bered, Luís Fernando Corona e Roberto Félix Veronese, selecionados em um concurso de títulos.

O edifício modernista de 17 andares integrava as áreas técnica e administrativa da estatal, incluindo um amplo espaço aberto ao público no térreo, onde se localizavam cabines telefônicas, muito utilizadas em uma época na qual ter um aparelho em casa era luxo. O Bloco A, na esquina da Borges de Medeiros, foi inaugurado em 1967, e o Bloco B foi construído em 1972.

Edifício Sulacap

Avenida Borges de Medeiros, 410

Construído entre 1943 e 1949, o Sulacap é um marco da verticalização de Porto Alegre. Em 1938, o prefeito Loureiro da Silva contratou o engenheiro, arquiteto e urbanista Arnaldo Gladosch para delinear um plano urbanístico para Porto Alegre.

Nascido em São Paulo, Gladosch formara-se na Alemanha e estabeleceu-se no Rio de Janeiro. Trouxe para Porto Alegre uma concepção na qual a arquitetura dialoga com o espaço urbano, e o Sulacap, projetado por ele nesse período, é um exemplo dessa proposta.

O projeto foi encomendado pela Sul América Capitalização para ocupar um terreno na recém-aberta Avenida Borges de Medeiros, entre a também recente Avenida Sen. Salgado Filho e a Rua dos Andradas.

Quando inaugurado, no dia 20 de setembro de 1949, o edifício de 17 andares tornou-se o mais alto da capital gaúcha e foi celebrado pela imprensa como o mais suntuoso da cidade. No térreo, tinha espaço para lojas e uma galeria, que servia como proteção aos pedestres; nos andares superiores, apartamentos e escritórios.

Em 2005, o Sulacap foi cenário do curta-metragem “O resto é silêncio”, inspirado no romance com o mesmo título de Érico Veríssimo.

Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos

Rua Gen. Andrade Neves, 85

Ele era espanhol e um dos maiores arquitetos e escultores que viveu em Porto Alegre. É natural, portanto, que Fernando Corona tenha feito o projeto e a decoração da fachada da sede da entidade criada pela comunidade espanhola gaúcha para prover assistência aos imigrantes aqui estabelecidos. Segundo consta, ele nem cobrou pelo trabalho.

Inaugurado em 1929, o edifício apresenta diversos elementos escultóricos. Na fachada, o lema da entidade “*Hoy por ti, mañana por mi*” (Hoje por ti, amanhã por mim) aparece abaixo da escultura de duas mãos unidas. No alto do prédio, encontra-se uma figura feminina carregando uma ânfora, colocada no centro do frontão interrompido.

Entre a porta e as sacadas do segundo piso, Corona inseriu dois atlantes com traços indígenas, simbolizando a acolhida dos nativos e a colaboração entre estrangeiros e locais. Pode-se ver, ainda, o brasão da Primeira República Espanhola (1873-1874).

Vale lembrar que a Segunda República teve início em 1931 e, de 1936 a 1939, a Espanha viveu a Guerra Civil entre republicanos e nacionalistas. Com a vitória destes e a instauração da ditadura de Francisco Franco, muitos republicanos, anarquistas e comunistas tiveram que sair do país. Assim, a Sociedade Espanhola tornou-se não só uma entidade de apoio, mas também local de reunião da classe trabalhadora e de movimentos de esquerda. →

O próprio Fernando Corona era republicano, o que justificaria a escolha pelo brasão na fachada, em vez do emblema da monarquia. Seu pai, Jesús María Corona, outro importante nome da arquitetura gaúcha, havia retornado à Espanha em 1922 e morreu em um bombardeiro durante a Guerra Civil, em 1938.

Os primeiros arranha-céus

Em 1935, o governador Flores da Cunha e o prefeito Alberto Bins uniram forças para promover a grandiosa Exposição do Centenário Farroupilha. O evento foi realizado no antigo Campo da Redenção, transformado em Parque Farroupilha em homenagem ao evento.

Pavilhões de diversos estados e países foram construídos, alguns para serem demolidos depois, outros existentes até hoje. O parque recebeu ainda melhorias, como um lago e um espelho d'água com chafariz, que ainda se encontram lá.

A Exposição foi um marco na modernização da cidade e inspirou arquitetos e engenheiros. No pacote do Centenário, estava incluída a abertura da Avenida Borges de Medeiros, que ligaria o Centro à Zona Sul.

Em 1940, o alargamento e ampliação da antiga Rua 18 de novembro daria origem à Avenida Senador Salgado Filho, outra via de escoamento do tráfego na direção sul. Nesse mesmo ano, um decreto municipal definia que as edificações no Centro deveriam ter a altura mínima de seis pavimentos.

A Borges, especialmente no trecho compreendido entre o Viaduto Otávio Rocha e o Paço dos Açorianos, é uma importante referência do processo de verticalização de Porto Alegre nessa fase.

Se nos posicionarmos na Esquina Democrática, conseguimos visualizar nessa avenida os edifícios Sul América (nº 417), Continente (nº 612), Floriano Nunes Dias (nº 343) e o já mencionado Sulacap (nº 410), além do Vera Cruz (nº 453), do Guaspari (262) e do União (nº 261).

Todos tinham em comum o uso com finalidade tanto comercial como residencial, com lojas (e um cinema, no caso do Vera Cruz), escritórios e apartamentos. Continuam soberanos em seu território, como respeitáveis patriarcas que definiram uma época.

Edifício Pedro Chaves Barcellos

Rua Gen. Câmara, 250

Este edifício não tem a grandiosidade de outras obras de Theodor Wiederspahn e pode passar despercebido, mas representa com brilho uma época em que as fachadas eram uma forma de ostentação. Foi projetado para ser um anexo do Palácio Chaves, prédio de cinco pavimentos na esquina da Andradas com a General Câmara, construído pelos irmãos Antônio e Pedro Chaves Barcellos, proprietários de um vasto patrimônio imobiliário.

Nesse prédio da esquina, infelizmente demolido, ficava a famosa Confeitaria Colombo. O edifício que restou, de 1912, tem um andar a menos, e nele pode-se ver o monograma dos Chaves, além de cabeças humanas e outros elementos decorativos de autoria do escultor Alfred Staeger.

Antiga Casa Victor

Rua dos Andradas, 1212

Trata-se de mais um projeto de Theodor Wiederspahn de 1912, como o do Edifício Chaves Barcellos. Nele, identifica-se uma inspiração *art nouveau* na decoração floral, linhas curvas e grade de ferro.

Em contraste, as estátuas de linguagem expressionista de Jesús María Corona agregam uma certa rusticidade à fachada. As figuras revelam detalhes que lembram operários com deformações anatômicas e veias salientes de quem faz esforço.

A Casa Victor vendia eletrodomésticos, rádios, televisores e toca-discos. Atualmente, o prédio é ocupado por uma loja da Livraria Paulinas.

Edifício Santa Cruz

Rua dos Andradas, 1234

Com 34 andares e 107 metros de altura, este é o edifício mais alto de Porto Alegre. Foi construído entre 1959 e 1969, pelo Banco Agrícola Mercantil, que o batizou em homenagem à cidade onde foi fundado, Santa Cruz do Sul.

O Santa Cruz foi o primeiro prédio construído no Rio Grande do Sul com estrutura metálica, produzida pela Companhia Siderúrgica Nacional. Além de uma galeria com lojas no térreo, tem 24 andares com salas comerciais e sete com apartamentos, além de dois níveis de subsolo.

O projeto foi assinado pelo arquiteto Carlos Alberto de Holanda Mendonça, que faleceu logo em seguida ao início da obra. Jayme Luna dos Santos deu continuidade ao trabalho. O edifício tem duas frentes, uma para a Rua dos Andradas e outra para a Rua Sete de Setembro.

Edifício Herrmann

Rua dos Andradas, 1320

O prédio de seis andares é de 1924, quando a construção mais alta de Porto Alegre, o Grande Hotel, tinha sete. Ali funcionou outro hotel, o La Porta, que ocupava os pavimentos superiores, enquanto, no térreo, a Casa Herrmann oferecia aparelhos científicos, material fotográfico e revelações.

Há poucas informações sobre a construção, e não se sabe quem fez o projeto, mas é visível a linguagem eclética, dominante na época. Depois do fechamento dos negócios originais, o prédio foi uma loja da extinta companhia aérea Vasp e, após a falência desta, foi restaurado para sediar uma faculdade privada, que também deixou o local.

Galeria Chaves

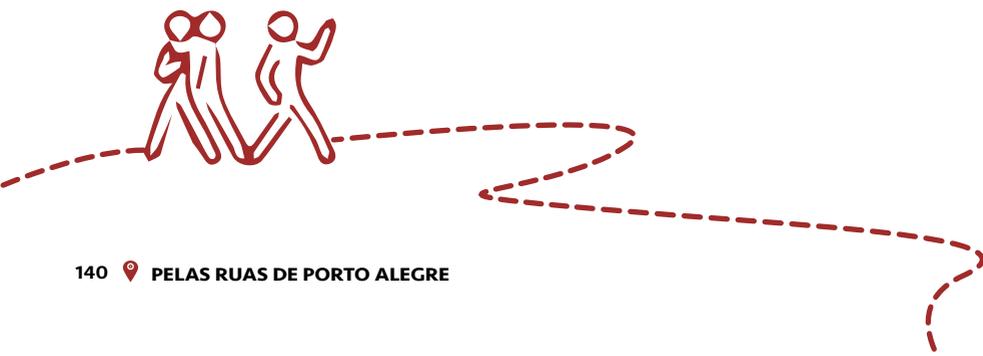
Rua dos Andradas, 1444

Projetada na década de 1930, quando o comércio só existia nas ruas, a Galeria Pedro Chaves Barcellos foi o primeiro centro comercial de Porto Alegre, com entradas pelas ruas dos Andradas e José Montauray.

A inspiração de Fernando Corona para desenhá-la foi a Galeria Vittorio Emanuele II, de Milão. Com seu ar de palácio renascentista, o empreendimento foi pensado para ter lojas no térreo e apartamentos nos andares superiores. Ao longo do tempo, esses espaços passaram a ser ocupados por escritórios, consultórios e restaurantes.

Colunas, arcos, lustres, vitrais, piso de ladrilhos decorados, claraboia e placas de vidro para iluminação do subsolo foram conservados ou restaurados, assim como os dois elevadores com portas gradeadas, nos quais o jovem Leonel de Moura Brizola, recém-chegado a Porto Alegre, trabalhou como ascensorista.

Antes da era digital, o térreo da Galeria Chaves tinha diversas lojas de discos, onde diferentes gerações adquiriram sucessos e raridades em vinil. Por sua importância cultural para a cidade, o imóvel foi tombado pela Prefeitura em 1986.



Lojas Lebes - Edifício Guaspari

Avenida Borges de Medeiros, 262

Os irmãos Umberto, Eduardo e Rafael Guaspari vieram do sul da Itália, onde eram alfaiates. Em 1896, fundaram a Rafael Guaspari e Irmãos Ltda., que se tornou referência no varejo gaúcho e na silhueta do Centro de Porto Alegre.

Em 1936, os Guaspari encomendaram ao arquiteto Fernando Corona o projeto de uma loja para ocupar o terreno exíguo de frente para a recém-inaugurada Avenida Borges de Medeiros, entre a Rua José Montauray e o atual Largo Glênio Peres, ao lado do Edifício Malakoff, primeiro “arranha-céu” de Porto Alegre, com quatro pavimentos, construído entre 1856 e 1860 e demolido nos anos 1950.

Detalhe: a construção do Edifício Guaspari teria ocorrido em terreno público, cedido temporariamente pela Prefeitura, com a condição de ser demolido ao final da concessão – ao que parece, a demolição ocorreria para o prolongamento da Borges até a Avenida Mauá, mas quando se percebeu que o Mercado Público também estaria envolvido, o jeito foi mudar o traçado da avenida. Os documentos teriam sido extraviados, e ficou tudo por isso mesmo.

Corona projetou um prédio de cinco andares com feições modernistas e esquinas arredondadas. Para alguns, lembra um barco navegando em um mar de pessoas e veículos. Seu valor histórico e arquitetônico foi reconhecido pelo município com o tombamento, em 2008. Depois de décadas abandonado, em 2017, foi revitalizado pelas Lojas Lebes, tornando-se Lebes Life Store.

Anotações

As ruas do Centro
estão cheias de
referências à literatura.
Bem-vindo à Porto Alegre
da leitura e da escrita!





Roteiro 13

Literatour, um passeio literário



Literatour, um passeio literário

No início do século XX, poetas se reuniam em praças e cafés do Centro. Hoje, memoriais preservam essa história, e a literatura anda solta pelas ruas, em bibliotecas, sebos e livrarias.

Neste roteiro, vamos recordar alguns de nossos maiores escritores e conhecer locais onde a leitura e a escrita são as principais estrelas. Ele começa em uma praça e termina em outra, lembrando de uma época em que os espaços públicos do Centro Histórico estavam repletos de poesia.

Praça Dom Feliciano

Em frente à Santa Casa

No início do século XX, quem passasse pela praça Dom Feliciano à noite poderia encontrar um grupo de jovens poetas que ali se reunia para conversar e declamar poemas. Eles formavam o Grupo dos Sete ou Grupo da Caridade, pois a praça, em frente à Santa Casa, era conhecida por esse nome.

Faziam parte do coletivo os escritores Álvaro Moreyra, Homero Prates, Carlos Azevedo, Antônio e Francisco Barreto, Felipe de Oliveira e Eduardo Guimaraens. Este último é o patrono da cadeira número 6 da Academia Rio-Grandense de Letras e foi homenageado, em 1938, pela fundação que levava seu nome com um busto encomendado ao escultor Luís Sanguin, mas em 2004 a obra foi roubada.

 Saiba mais no Roteiro 5.

Local de fundação do Partenon Literário

Rua Marechal Floriano, entre Avenida Salgado Filho e Rua Riachuelo

No dia 18 de junho de 1868, um grupo de intelectuais gaúchos fundou, neste local, na então denominada Rua de Bragança, a Sociedade Partenon Literário. O nome foi inspirado no famoso templo grego dedicado à deusa da sabedoria, Atena.

Participaram da entidade os principais nomes da literatura do Rio Grande do Sul na época: os irmãos Apolinário, Aquiles e Apeles Porto Alegre, Caldre e Fião, Bernardo Taveira Júnior, José Bernardino dos Santos, Revocata Heloísa de Melo, Luciana de Abreu, Múcio Teixeira, Damasceno Vieira, Silvino Vidal, Carlos von Koseritz, Felipe Néri, Eudoro Berlink, e Vítor Valpério, entre outros.

A associação promovia saraus literários, bailes, palestras e mantinha uma escola noturna, muito antes de se falar em educação de jovens e adultos. Também possuía um museu e uma biblioteca e publicava a Revista Mensal da Sociedade Parthenon Literário, que circulou de 1869 a 1879.

Criado em plena monarquia e durante a Guerra do Paraguai, o Parthenon Literário foi pioneiro na difusão de ideias republicanas, abolicionistas e feministas em uma sociedade provinciana e de maioria analfabeta. Existiu por cerca de 20 anos, funcionando em vários endereços, sem nunca ter sede própria.

Em 1873, chegou a ser lançada a pedra fundamental do que seria uma réplica do Parthenon de Atenas, no alto de uma colina, em um arrabalde da cidade. O prédio nunca chegou a ser construído, mas a memória da entidade permaneceu viva no nome do tradicional bairro Parthenon, que se formou nas proximidades.

Livrarias e sebos da Rua Riachuelo

Entre a Avenida Borges de Medeiros e a Rua General Câmara

Este trecho da rua é um tradicional ponto de venda de livros novos e usados. Antes da popularização dos sebos virtuais, dos portais de vendas *on-line* e dos livros digitais, a concentração de livrarias nessa quadra era bem maior, mas ali ainda resistem casas tradicionais, com acervos convidativos para quem gosta de explorar as estantes pessoalmente.

Biblioteca Pública do Estado

Rua Riachuelo, 1190

A Biblioteca Pública do Estado foi criada, em 1871, por meio de uma lei provincial que autorizava a destinação de verba para aquisição de livros e contratação de um bibliotecário. No entanto, só começou a existir de fato em 1877.

Sua primeira casa foi o prédio onde funcionara anteriormente o Liceu Dom Afonso, na Duque de Caxias, depois transformado em Ateneu Rio-Grandense. O prédio fora projetado e construído por Frederico Heydtmann e Philipp von Normann e foi destruído por um incêndio nos anos 1940.

Entre 1912 e 1922, o Estado construiu o prédio próprio e definitivo da Biblioteca Pública. Nela, estão guardados mais de 250 mil volumes, incluindo obras raras, títulos de e sobre literatura rio-grandense, além de uma gibiteca dedicada aos quadrinhos.

De arquitetura eclética, o prédio tem, em seu interior, uma profusão de elementos de inspiração clássica, como colunas e esculturas, e espaços como a Sala Egípcia e o Salão Mourisco.

 Saiba mais no Roteiro 3.

Sebos da Rua General Câmara

Entre as ruas Riachuelo e Andradas

A antiga Rua da Ladeira guarda tesouros para quem gosta de garimpar relíquias em sebos. Possui diversas lojas de livros novos e usados, que garantem horas de diversão entre títulos de gêneros variados.

Local onde morou Apolinário Porto Alegre

Rua Andrade Neves, esquina com a Travessa Acilino de Carvalho

A casa não existe mais, mas o intelectual Apolinário Porto Alegre morava na esquina da Rua Nova, hoje Andrade Neves, com a Travessa Itapiru, atual Acilino de Carvalho. Nascidos na cidade de Rio Grande, a mais antiga do Estado, ele e os irmãos Apeles e Aquiles fizeram parte de um grupo de mulheres e homens que agitaram a vida cultural porto-alegrense na segunda metade do século XIX.

Republicano, jornalista, escritor, crítico literário, Apolinário, ainda muito jovem, inspirava a intelectualidade progressista da época, que frequentava sua casa para discutir literatura, filosofia e política. Nesses encontros, surgiu a ideia de fundar a Sociedade Partenon Literário, um marco na história cultural da cidade. Apolinário tinha apenas 24 anos nessa época.

Apolinário Porto Alegre morreu pobre, de tuberculose, na Santa Casa de Misericórdia, em 23 de março de 1904. Deixou obras de filologia, história, contos regionalista, romances, poesias e teatro. É o patrono da cadeira número 6 da Academia Rio-Grandense de Letras.

Antiga Livraria do Globo

Rua dos Andradas, 1416

Era dezembro de 1883 quando Laudelino Pinheiro de Barcellos e Saturnino Alves Pinto abriram uma pequena livraria e papelaria na Rua dos Andradas. O negócio foi crescendo, os sócios adquiriram uma impressora e passaram a oferecer também serviços gráficos.

Em 1890, contrataram o menino José Bertaso, de 12 anos, para ajudar na limpeza, no caixa e no balcão. Bertaso cresceu na empresa e assumiu a direção em 1918, após a morte de Laudelino. Foi fundamental para que a Livraria do Globo se tornasse uma referência cultural para o Brasil.

Já em 1916, a casa publica o Almanaque do Globo. A seguir passa a editar livros de autores locais, como Augusto Meyer, Dyonélio Machado, além de obras nas áreas de saúde, direito, história e cultura gaúcha.

Em 1929, surge a Revista do Globo, um marco na história da cultura e da imprensa rio-grandenses, especialmente por sua qualidade editorial e gráfica. Fizeram parte de sua equipe de ilustradores importantes nomes das artes, como Sotero Cosme, Ernest Zeuner, Edgar Koetz, João Fahrion e Francis Pelichek.

A partir dos anos 1930, a Editora Globo começa a publicar clássicos da literatura mundial em edições de altíssima qualidade. Maior editora com sede fora do Rio de Janeiro e São Paulo, traz ao mercado brasileiro autores como Balzac, Proust, Joyce, Virgínia Woolf, Leon Tolstói, William Faulkner, André Gide, George Bernard Shaw, Aldous Huxley, Somerset Maugham e muitos outros.

Contribuiu para esse sucesso um time de editores e tradutores como Carlos Reverbel, Justino Martins, Herbert Caro, Érico Veríssimo e Mário Quintana, liderados por Henrique Bertaso, filho de José, que assumiu a área editorial da empresa. Quintana e Veríssimo também tiveram suas obras publicadas pela casa.

Durante décadas, a sede da Livraria do Globo foi ponto de encontro da intelectualidade. O prédio atual, concluído em 1928, foi projetado pelo arquiteto Armando Boni em estilo eclético e tem duas fachadas, uma na Rua dos Andradas e a outra, na Rua José Montauray.

Na fachada principal, com três andares, destaca-se um conjunto escultórico fundido em bronze, que foi transferido da sede anterior, construção mais simples, com apenas o piso térreo e um mezanino. A imagem apresenta um globo com uma faixa onde se lê a expressão em latim *Urbi et orbi* (à cidade e ao mundo). O globo é ladeado por uma figura feminina e outra de uma criança lendo. Na base aparece uma coruja, símbolo do conhecimento. Letras de bronze sobre mármore de carrara apresentam o nome da empresa.

Na fachada da José Montauray, que tem cinco pavimentos, destacam-se duas estátuas, uma representando a Indústria; a outra, a Literatura.

Após a morte de Henrique Bertaso, nos anos 1970, a empresa abriu seu capital, mas a direção permaneceu nas mãos da família. Nos anos 1980, a editora foi vendida para as Organizações Globo, do Rio de Janeiro, e o setor de papelaria seguiu funcionando até que graves problemas financeiros levaram ao fechamento, já nos anos 2000.

O prédio foi tombado pelo município e, atualmente, é ocupado por estabelecimentos comerciais, como as Lojas Renner. No terceiro andar, pode-se visitar o Memorial Livraria do Globo, onde se destacam máquinas, publicações e uma estátua de Érico Veríssimo, de autoria do escultor Ênio Fritsch, inaugurada em 2017.

Memorial Érico Veríssimo

Rua dos Andradas, 1223

O terceiro e o sexto andares do Espaço Força e Luz são um paraíso para admiradores e estudiosos da obra do maior escritor gaúcho. O Memorial Érico Veríssimo nasceu em 2013, da união dos acervos do jornalista e bibliófilo Mário de Almeida Lima e do professor Flávio Loureiro Chaves, uma das maiores autoridades quando o assunto é a obra de Érico.

No sexto andar, estão os originais de todos os livros do escritor. No terceiro, é contada sua história e estão disponíveis vídeos, livros e outros materiais, como mapas de lugares mencionados em seus romances.

Antiga Livraria Americana

Rua dos Andradas, 1179

A Livraria Americana, fundada em Pelotas em 1871, foi a primeira editora do Rio Grande do Sul. Em 1879, abriu uma filial em Porto Alegre, localizada na esquina da Rua dos Andradas com a Rua General Câmara, um dos pontos mais concorridos da cidade.

A livraria publicava sonetos e romances de autores estrangeiros, além de livros didáticos e material de papelaria, como livros em branco utilizados na contabilidade de empresas.

Outro sucesso foi o Almanaque Literário e Estatístico da Província do Rio Grande do Sul, publicado entre 1889 e 1917. No início do século XX, a empresa passou a ter uma seção de câmeras e material fotográfico e a produzir cartões postais.

Ao lado da Americana, ficava a redação do jornal A Reforma, órgão oficial do Partido Liberal. A livraria era ponto de encontro de jornalistas, políticos e escritores. Além disso, foi também berço do movimento antifascista no Estado.

Em 1904, o antigo prédio da livraria foi demolido, e, em 1907, a loja foi reinaugurada na mesma esquina, em um edifício eclético de três andares, que existe até hoje e é ocupado por um restaurante e uma farmácia.



Antigo Café Colombo

Rua dos Andradas, 1200

No Largo dos Medeiros, um estabelecimento era tão importante para a intelectualidade local que alguns escritores das primeiras décadas do século XX eram conhecidos como “O grupo do Café Colombo”.

A confeitaria Colombo, também chamada de café, ocupava o térreo e o mezanino de um palacete de cinco andares, projetado pelo arquiteto Theodor Wiederspahn por encomenda dos irmãos Antônio e Pedro Chaves Barcellos.

Enquanto na galeria senhoras e cavalheiros elegantes tomavam chá ao som do piano de Radamés Gnattali, no térreo e em mesinhas na rua, jornalistas, escritores, professores e profissionais de diversas áreas discutiam política, literatura, filosofia. Boa parte dos frequentadores tinha mesas cativas e batia ponto no café quase literalmente, com hora para chegar e sair.

Desse grupo, faziam parte jovens poetas e escritores como Augusto Meyer, Moisés Vellinho, Viana Moog, Darci Azambuja, Theodomiro Tostes, Ernani Fornari, Athos Damasceno Ferreira, Mário Quintana, Ruy Cirne Lima, Raul Bopp e Dante de Laytano.

Praça da Alfândega

Entre as ruas dos Andradas e Sete de Setembro

É difícil dissociar a Praça da Alfândega da literatura. Afinal, todos os anos, entre outubro e novembro, ela se torna a maior vitrina literária da cidade. A Feira do Livro de Porto Alegre começou pequena e desprezível em 1955 e foi ganhando tamanho e importância com o passar do tempo.

A ideia de levar os livros para a rua foi do jornalista Say Marques, então diretor secretário do Diário de Notícias. Passando pela Cinelândia, no Rio de Janeiro, ele viu uma feira de livros ao ar livre e, de volta a Porto Alegre, entrou em contato com editores e livreiros para propor algo parecido.

A primeira edição teve 14 barracas e o lema “Se o povo não vem à livraria, vamos levar a livraria ao povo”. As tradicionais sessões de autógrafos foram introduzidas no ano seguinte, por sugestão de Érico Veríssimo. Já em 1965, cada edição da feira passou a ter um patrono, inicialmente um autor já falecido. O escolhido naquele ano foi Alcides Maya, o primeiro gaúcho a entrar na Academia Brasileira de Letras.

A partir de 1984, a regra mudou, e um dos fundadores da Feira do Livro, Maurício Rosenblatt, foi o primeiro homenageado em vida. Já a escolha de uma mulher só aconteceu em 1999, quando a escritora Maria Dinorah foi a homenageada. E em 2020, Jeferson Tenório tornou-se o primeiro escritor negro patrono da Feira do Livro.

Monumento à Literatura Brasileira

Praça da Alfândega, na face voltada para a Rua dos Andradas

Que tal sentar para ler um livro na companhia de Mario Quintana e Carlos Drummond de Andrade? Ao menos com suas imagens esculpidas em bronze isso é possível na Praça da Alfândega.

Os escultores Xico Stockinger e Eloísa Tregnago escolheram os dois poetas para homenagear todos os escritores no Monumento à Literatura Brasileira. Inaugurada em 2001, a escultura foi uma encomenda da Câmara Rio-Grandense do Livro. Quintana aparece sentado em um banco; Drummond, em pé, segurando um livro.

A obra já foi vandalizada diversas vezes. Em 2015, o livro foi roubado; no dia 20 de julho de 2022, as estátuas amanheceram parcialmente cobertas por tinta amarela, que foi removida no mesmo dia. Em outubro desse ano, um novo livro foi fundido em bronze pelo escultor Mario Cladera e soldado às mãos da estátua de Drummond.

Monumento ao “xerife” José Júlio La Porta

Praça da Alfândega, em frente à Caixa Econômica Federal

Durante 35 anos, o toque do sino de José Júlio La Porta abriu e encerrou cada dia da Feira do Livro de Porto Alegre. Conhecido como “xerife”, La Porta era um símbolo da feira. A tradição teve início em 1976 e durou até 2011, quando ele adoeceu, falecendo em 2013, aos 80 anos.

No ano seguinte, foi homenageado com um monumento em forma de sino, criação do escultor Bez Batti. A escultura de basalto foi colocada na Praça da Alfândega em frente à sede da Caixa Econômica Federal, e o sino original foi doado ao Museu de Porto Alegre.

Jornal Correio do Povo

Rua Caldas Júnior, 219

Fundado em 1895 pelo jornalista e empresário Francisco Antônio Caldas Júnior, o Correio do Povo surgiu em uma época na qual a imprensa gaúcha era militante e partidária. Havia os jornais A Federação, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense, e A Reforma, voz do Partido Liberal. Caldas Júnior inovou ao criar um veículo que se propunha a ser imparcial e informativo e imprimia suas primeiras edições em papel cor de rosa, para deixar claro que não apoiava nem os chimangos (republicanos, que usavam lenços brancos), nem os maragatos (federalistas, identificados por lenços vermelhos). Por isso, o Correio era chamado de “o róseo”.

Desde seu primeiro número, o Correio do Povo dava grande ênfase à literatura. Em 1899, foi criada a seção Poetas do Sul, na qual colaboram os nomes mais importantes da literatura gaúcha do final do século XIX, como Apolinário Porto Alegre, Damasceno Vieira, Mário Totta, Múcio Teixeira e Zeferino Brasil.

Entre 1967 e 1981, o jornal publicou o Caderno de Sábado, suplemento cultural idealizado pelo crítico de cinema e editor P. F. Gastal e pelo jornalista Osvaldo Goidanich. Em suas páginas, poemas, crônicas, críticas de livros e cinema, além de textos sobre outros temas culturais, como música erudita e artes plásticas.

Além de nomes locais, como José Hildebrando Dacanal, Herbert Caro, Francisco Riopardense de Macedo, o Caderno de Sábado também veiculava crônicas de Clarice Lispector e reproduzia artigos e ensaios de pensadores internacionais, como Louis Althusser, Kostas Axelos, Paul Claudel e Martin Heidegger. Aos domingos, o Correio publicava o Caderno H, de Mario Quintana.

Sebos Beco dos Livros e Só Ler

Rua dos Andradas, 697 e 870

Dois bons endereços para quem gosta de livros. No Beco dos Livros, a casa antiga também merece atenção.

ONG Cirandar

Rua dos Andradas, 851

A Cirandar é uma organização da sociedade civil dedicada à promoção de leitura, literatura, educação, arte e culturas. Gerencia a Biblioteca Comunitária Arquipélago, na Ilha Grande dos Marinheiros, e a Biblioteca Comunitária Chocolate, no bairro Mario Quintana.

A ONG também oferece consultoria e promove cursos e oficinas de capacitação para mediadores de leitura e nas áreas de educação, educação popular, leitura e formação de leitores, arte e cultura popular.



Casa de Cultura Mario Quintana

Rua dos Andradas, 736

Entre 1968 e 1980, o Hotel Majestic foi o endereço do poeta Mario Quintana. Transformado em centro cultural, o prédio não só leva o nome de um dos mais importantes e queridos escritores gaúchos, como mantém, em seu terceiro andar, o Quarto do Poeta, memorial que recria o ambiente onde Quintana viveu e escreveu por mais de uma década.

A CCMQ possui, ainda, a Biblioteca Érico Veríssimo e outros 23 espaços culturais, como galerias, salas de cinema e teatros.

 Saiba mais no Roteiro 1.

Praça Brigadeiro Sampaio

Entre as ruas dos Andradas, General Portinho, Siqueira Campos e Avenida João Goulart

Lembra do grupo de poetas que se reunia na Praça da Caridade? Pois eles também frequentavam a antiga Praça da Harmonia, que, nos primeiros anos do século XX, era um dos principais pontos de encontro da sociedade porto-alegrense.

Nos anos 1960, o jornal Correio do Povo chegou a fazer uma campanha para que ali fosse criada a Alameda dos Poetas. A proposta incluía a construção de um monumento a Alceu Wamosy e a transferência do busto de Eduardo Guimaraens instalado na Praça Dom Feliciano — sim, aquele que sumiu em 2004.

O escritor Athos Damasceno Ferreira recorda aquela época no livro “Poemas da minha cidade”, de 1936.

Ela foi o jardim dos poetas provincianos/ – a velha Praça da Harmonia,/ – rodeada de frades de pedra, alumuada de lampiões a gás,/debaixo das paineiras, com estátuas de louça à beira das aleias e bancos,/ sob a fronde amorosa das tílias.../O Álvaro, o Felipe, o Dyonélio, o Eduardo,/O Wamosy, o De Souza... andaram por ali.../Eles liam Samain, Rodenbach, Verlaine...(..).

 Saiba mais nos roteiros 1 e 6.

Anotações

Referências

Principais fontes de consulta utilizadas no livro. Conteúdo adicional disponível no site.

LIVROS

ALMEIDA, Guilherme Essvein de; ALMEIDA, João Gallo de; BUENO, Marcos. Guia de arquitetura moderna em Porto Alegre. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010.

ALVES, José Francisco. A escultura pública de Porto Alegre: obra comemorativa - Porto Alegre 250 anos. Porto Alegre: Ponto Arte, 2022.

BENTO, Cláudio Moreira. O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975). Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1976.

BICCA, Briane (org.). Programa Monumenta: Porto Alegre. Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2010.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira. Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1881.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio; KLEIN, Liane (org.). Viva o Centro a pé. Porto Alegre: Letra&Vida — Secretaria da Cultura de Porto Alegre, Coordenação da Memória Cultural, 2014.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. Porto Alegre, 190-1920: estatuária e ideologia. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Letra & Vida — Secretaria da Cultura de Porto Alegre, 2011.

FARIA, Arthur de. Da Belle Époque à Era dos Jazz. In: Porto Alegre: uma biografia musical. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022.

FRANCO, Sérgio da Costa. A velha Porto Alegre: crônicas e ensaios. Porto Alegre: Canadá, 2008.

_____. Porto Alegre: guia histórico. 2.ed. ampl. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

_____. Porto Alegre sitiada: um capítulo da Revolução Farroupilha: 1836-1840. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Letra & Vida — Secretaria da Cultura de Porto Alegre, 2011.

_____; STIGGER, Ivo. Santa Casa 200 anos: caridade e ciência. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA, 2003.

GUIMARAENS, Rafael. A enchente de 41. Porto Alegre: Libretos, 2009.

IPHAN. Praça da Alfândega: Porto Alegre — RS. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2007.

MACEDO, Francisco Riopardense de. História de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993.

_____. Porto Alegre: aspectos culturais. Porto Alegre: SMEC, Divisão de Cultura, 1982.

MELLO, Marco; COLOMBO, Roselena; ARISTIMUNHA, Claudia. PoAncestral: muito além de 250. Porto Alegre: ATEMPA/CPHIS, 2022.

MOREYRA, Álvaro. As amargas, não ... (lembranças) [apresentação Antônio Carlos Secchin]. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/publicacoes/amargas-nao-lembrancas>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

PEREIRA, Claudinho. Na ponta da agulha: embalos na noite de Porto Alegre. Porto Alegre: Letra&Vida — Secretaria da Cultura de Porto Alegre, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Coordenação de Direitos Humanos. Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas. Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2008.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2002.

SANTOS, Adriana Conceição Santos dos (org.). Territórios negros em Porto Alegre: construindo possibilidades de percursos. Porto Alegre: Laboratório de Ensino de História e Educação da UFRGS, 2018.

TESES, ARTIGOS, REPORTAGENS E +

ALFARO, Agostinho Altair Escovar; RAUBERT, Jeferson; FERRARI JÚNIOR, José Carlos. Ecos do passado: em busca da identidade histórica perdida no passado. Estratégias de projeto e intervenção nas metrópoles contemporâneas: experiências e perspectivas. Universidade Presbiteriana Mackenzie. 4º Colóquio Brasil-Portugal, 7 a 10 de novembro de 2016. Auditório Benedito Novaes Garcez. Prédio 9. Disponível em: <<https://bit.ly/45Uccsv>> Acesso em: 1 jun. 2023.

ALVAREZ, Cícero. Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da Arquitetura Moderna em Porto Alegre 1952 – 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.267. 2008.

ALVIM, Alexandra Lis. A “Thompson City”: imagens para uma Porto Alegre da ditadura nas páginas do Correio do Povo (1970). Anais XIV – Encontro Estadual de História.

ANPUH RS. Porto Alegre, 18 a 21 de julho de 2018. Disponível em <<https://bit.ly/42j2iNN>> Acesso em: 1 jun. 2023.

ARAÚJO, Nara Hofmeister de. Estudo sobre a vida e a obra de Apolinário Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Literatura). Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.117. 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/193090>> 1 jun. 2023.

ARRIADA, Eduardo. A educação secundária na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.373. 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3539>> Acesso em: 1 jun. 2023.

BAYER, Diego Augusto; LOCATELLI, Cidânia Aparecida. Crimes da Rua do Arvoredo: as linguagens de carne humana- Julgamentos Históricos – JusBrasil. Disponível em: <<https://bit.ly/3C6Rhod>> Acesso em: 1 jun. 2023.

BERNARDES, Dalton Roberto Pacheco. Jaguaribe e Esplanada: o edifício de apartamentos modernista e um novo paradigma habitacional em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.216. 2003. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6260>> Acesso em: 1 jun. 2023.

CABRAL, Claudia Piantá Costa. Da rua corredor ao centro comercial: tipologias comerciais em Porto Alegre dos anos 30 ao princípio dos 90. Arqtexto. Porto Alegre. n. 0, 2000, p.31-43. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/22142>> Acesso em: 1 jun. 2023.

CABRAL, Danilo Cezar. Quem foi José Ramos, o lingueiro da Rua do Arvoredo. Superinteressante. 04 jul. 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/retrato-falado-o-lingueiro-da-rua-do-arvoredo>> Acesso em: 1 jun. 2023.

CANEZ, Ana Paula Moura. Arnaldo Gladosch: o edifício e a metrópole. Tese (Doutorado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura: Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROPAR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8588>> Acesso em: 1 jun. 2023.

CARNEIRO, Anita Natividade. Caminhos da ditadura em Porto Alegre: educação em direitos humanos a partir dos lugares de memória em uma cidade educadora. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/255606>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

CATTO, Guilherme. Carreiras políticas de sucesso: o apoio ao Golpe Civil-Militar de 1964 e o recrutamento da elite política gaúcha. Revista Aedos, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 155-175, dez. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/76397>> Acesso em: 1 jun. 2023.

CHAVES, Eduardo dos Santos. Mulheres de direita: a “vigília anticomunista” das gaúchas da ADFG. Revista Aedos, [S. l.], v.6, n.15, dez. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/50969>> Acesso em: 3 mai. 2023.

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS — SUBCOMISSÃO DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA. Relatório final. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2017. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/50969/0>> Acesso em: 3 mai. 2023.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL. Ponte de Pedra – A história de Porto Alegre preservada. 24 de jun 2016. Disponível em: <<https://caurs.gov.br/ponte-de-pedra-a-historia-de-porto-alegre-preservada/>> Acesso em: 1 jun. 2023.

COSTA, Virgínia; TEIXEIRA, Fábio Gonçalves (Coord.). Elementos para a conservação do patrimônio cultural contemporâneo em metal: Estudos de caso. [s.d] Virtual Design. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/vid-patrimoniometalico/>> Acesso em: 1 jun. 2023.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. Há 46 anos acontecia o incêndio das Lojas Renner. 27 abr 2022. Disponível em: <<https://www.bombeiros.rs.gov.br/ha-46-anos-acontecia-o-incendio-das-lojas-renner>> Acesso em: 1 jun. 2023.

ERMEL, Tatiana de Freitas. Cidade e escola: a construção visual do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS - Brasil (1913-1935). Espacio, Tiempo y Educación, v 3 n. 2, p. 351-377, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14516/ete.2016.003.002.015>> Acesso em: 1 jun. 2023.

ESCADARIAS de Porto Alegre: os degraus mais famosos da capital. Wikihaus. [s.d.]

Disponível em: <<https://wikihaus.com.br/blog/escadarias-de-porto-alegre/>> Acesso em: 1 jun. 2023.

FALÊNCIA de construtora, obra parada e desocupação: como se chegou à decisão de demolir o Esqueletão. GZH. 19 de abr. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/43xgALM> > Acesso em: 1 jun. 2023.

FERNANDES, Letícia Wickert. “Nem Videla, nem Figueiredo!”: a batalha da Praça Argentina e a resistência estudantil na UFRGS através dos documentos do SNI. Trabalho de conclusão de curso de especialização. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de História: Licenciatura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/173844>> Acesso em: 1 jun. 2023.

FERRARETO, Luís Artur. Uma história do rádio no Rio Grande do Sul. Jul de 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3oBvWVG>> Acesso em: 1 jun. 2023.

GIBROWSKI, Cristina. A trajetória de um monumento na paisagem urbana de Porto Alegre (1866-2013): de chafariz imperador para afluentes do Guaíba. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais). Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais. Centro Universitário Unilasalle, Canoas, 2014. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/116037>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

GOLIN, Cida; CARDOSO, Everton Terres. Enciclopédia para formar leitores: a cultura na gênese do Caderno de Sábado do Correio do Povo (Porto Alegre, 1967-1969). Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.137-151, dez. 2009. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2647/1687>> Acesso em: 1 jun. 2023.

GOMES DE CAMPOS, Vanessa. De Achegas a Reminiscências: vivido, memórias acionadas e reapropriadas de Mons. João Maria Balem (1920-1950). Revista Discente Oficinas de Clio, Pelotas, v.7 n.12, p. 199-212, jan-jun de 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.15210/clio.v7i12.4697>> Acesso em: 1 jun. 2023.

GOULART, Koehler, Ana Luiza. Retrazando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível. Dissertação. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/139940>> Acesso em: 1 jun. 2023.

HÄDRICH, Caroline. O processo de invisibilidade do Palácio do Comércio de Porto Alegre. Revista Temporalidades, Minas gerais, ed. 32, v. 12, n.1. 2020. Disponível em <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/19778>> Acesso em: 1 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Catálogo: Fonte Talavera de La Reina: Porto Alegre, RS. 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/42cZkKM>> Acesso em: 1 jun. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Porto Alegre (RS). Disponível em: <<https://bit.ly/43iFkb4l>> Acesso em: 1 jun. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Bens tombados. Disponível em: <<https://bit.ly/3WkklWY>> Acesso em: 1 jun. 2023.

KNY, Giulia Tomazi. O desafio da conservação do estoque edificado no centro histórico de Porto Alegre: um olhar a partir das edificações da avenida Senador Salgado Filho. Porto Alegre, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Comissão de Graduação do Curso de Engenharia Civil da Escola de Engenharia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/200171>> Acesso em: 1 jun. 2023.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. O Golpe e a Consolidação da Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. Cuadernos del CILHA, a.14 n.18., 2013. Disponível em <<https://bit.ly/3qhS9Uh>> Acesso em: 1 jun. 2023.

LIMA, Raquel Rodrigues; CANEZ, Ana Paula. A bordo do Guaspari. Arquiteturarevista Unisinos, a.14, n.1, p.41-47, jan/jun 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.4013/arq.2018.141.04>> Acesso em: 1 jun. 2023.

LEWGOY, Bernardo. Os Cafés na Vida Urbana de Porto Alegre (1920-1940): as transformações em um Espaço de Sociabilidade Masculino. ILUMINURAS, Porto Alegre, v. 10, n. 24, 2009. DOI: 10.22456/1984-1191.11836. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/11836>>. Acesso em: 8 mai. 2023.

LUSTOSA, Caio. Guaíba: Rio ou lago? 6 de ago de 2016. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniao/2016/08/guaiba-rio-ou-lago-por-caio-lustosa/>> Acesso em: 1 jun. 2023.

MACIEL, Carla Michele Sobrinho. Mãe Rita como símbolo de poder sócio-religioso a partir de seus Axós e Ilequês. Trabalho de conclusão de curso de especialização. Curso de História da Arte: Bacharelado. Instituto de Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206279>> Acesso em: 1 jun. 2023.

MANSAN, Jaime Valim A Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS (1964). Estudos Ibero-Americanos, v.38, n.1, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3lRf6v>> Acesso em: 1 jun. 2023.

_____. Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.323. 2009. Disponível em <<https://bit.ly/3qoyr3q>> Acesso em: 1 jun. 2023.

MARKUS, Luciana. Curadoria para e no espaço público: um estudo a partir do vetor transformações do espaço público - exposição permanente da 5ª Bienal do Mercosul. Trabalho de conclusão de curso de especialização em Práticas Curatoriais. Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/248317>> Acesso em: 1 jun. 2023.

MELO DE OLIVEIRA, Paulo Rogério. O historiador, o santo, o feiteiro e o tempo: notas sobre um diálogo "impróprio". Anos 90. Univali. 27, p.1-15, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3MLKBRh>> Acesso em: 1 jun. 2023.

MOTA, Lila Ribeiro. Centro Evangélico de Porto Alegre (1959-1969): interface brutalista no Centro Histórico da capital. Anais X SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL ARQUITETURA

MODERNA E INTERNACIONAL: conexões brutalistas 1955-75 Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, out.2013. p.15-18. Disponível em: <<https://bit.ly/45l69XF>> Acesso em: 1 jun. 2023.

NECKEL, Ângelo Jorge. A luta de Esperidião Calisto contra o racismo no jornal o Exemplo entre 1892 e 1905. Anais III Encontro de Pesquisas Históricas. PPGH. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em <<https://bit.ly/45EEfVM>> Acesso em: 1 jun. 2023.

OLIVEIRA, Nelson S. Como Conheci Mario Quintana. 06 de ago. 2014. Recanto das Letras. Disponível em: <<https://bit.ly/3lS5sBv>> Acesso em: 1 jun. 2023.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A imprensa negra do Rio Grande do Sul e alguns de seus homens. Revista Espacialidades [online], v. 12, n.2. 2017. ISSN 1984-817X. Disponível em <<https://bit.ly/43hitwB>> Acesso em: 1 jun. 2023.

PEREIRA, Cláudio Calovi; SZEKUT, Alessandra Rambo. Arte e arquitetura moderna na obra de Luís Fernando Corona em Porto Alegre. Disponível em <<https://bit.ly/3N8zTpy>> Acesso em 11 jan 2023.

____ ; ALVAREZ, Cícero. Duas igrejas gaúchas em tempos de brutalismo. X SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL. ARQUITETURA MODERNA E INTERNACIONAL: conexões brutalistas 1955-75. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. p.15-18. out.2013. Disponível em <<https://bit.ly/3N5ox5A>> Acesso em: 1 jun. 2023.

PETRUCCI, Helena M. Cabeda. Descaracterização das fachadas do edifício Vera Cruz e conservação dos rebocos em argamassa de pó de pedra. Anais do III Seminário Projetar. Porto Alegre, 24 a 26 de outubro de 2007. Disponível em <<https://bit.ly/3N76Lil>> Acesso em: 1 jun. 2023.

POLLACCHINI, Rafaela A Globo da rua da Praia: a livraria que norteou o universo editorial do país. Jornal da Universidade. 13 jan. 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/43gjxkf>> Acesso em: 1 jun. 2023.> Acesso em: 1 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Tombamentos. Disponível em: <<https://bit.ly/3C5Hi2n>> Acesso em: 1 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da cultura. Bens tombados e inventariados em Porto Alegre. outubro de 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/42jAMj6>> Acesso em: 1 jun. 2023.

_____. Secretaria Municipal de Cultura Coordenação da Memória Cultural Equipe do Patrimônio Histórico-Cultural. Histórico da casa da Rua Duque de Caxias, 1691, atual sede da fundação de economia e estatística (fee). Disponível em: <<https://bit.ly/43ihzjk>> Acesso em: 1 jun. 2023.

_____. Trajetória da usina termelétrica do gasômetro. Disponível em: <<https://bit.ly/3IRToQm>> Acesso em: 1 jun. 2023.

RODRIGUES, Eduardo. Saiba como é a rotina de uma mesquita no Centro da Capital. Clic RBS. Diário Gaúcho. 27 mai. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/45loSSR>> Acesso em: 1 jun. 2023.

ROSADO, Rosa Maris; FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas (org.). Presença indígena na cidade: reflexões, ações e políticas. Núcleo de Políticas Públicas para Povos Indígenas. Porto Alegre: Gráfica Hartmann, 2013. Disponível em <<https://bit.ly/42jlfmo>> Acesso em: 1 jun. 2023.

SANTOS, Carolina. Futuro brilhante da Casa dos Leões. Correio do Povo. 19 dez 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3WIMrqG>> Acesso em: 1 jun. 2023.

SCHÄFFER, Barbara. Porto Alegre, arquitetura e estilo - 1880 a 1930. Dissertação. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49939>> Acesso em: 1 jun. 2023.

SILVEIRA NETO, Olavo Amaro da. Cinemas de rua em Porto Alegre: do recreio ideal (1908) ao Açores (1974). Dissertação. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/1830>> Acesso em: 1 jun. 2023.

SIMÕES, José Daniel Craidy; Pons, Pedro Paulo. O portão colonial de Porto Alegre, a entrada da cidade fortificada. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. n. 157, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revistaihrgs/article/view/96039>> Acesso em: 1 jun. 2023.

SIMON, Círio. Origens do Instituto de Artes da UFRGS: etapas entre 1908-1962 e contribuições na constituição de expressões de autonomia no sistema das artes visuais do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/2632>> Acesso em: 1 jun. 2023.

SOARES, Karitha Regina. Da força ao tambor: o museu do percurso como reconhecimento histórico da presença do negro na formação da cidade de Porto Alegre. Trabalho de conclusão de curso. Curso de História: Licenciatura. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/170490>> Acesso em: 1 jun. 2023.

TAGEL, Luciano. “Ele me trancava no quarto”, diz ex-moradora de castelo em Porto Alegre... A história sinistra do castelinho que desperta curiosidade em Porto Alegre. 23 nov. 2020. TabUOL. Disponível em: <<https://bit.ly/42yw95f>> Acesso em: 1 jun. 2023.

TAVARES, Ângelo G. O.; VASCONCELOS, Mariana F.; LIMA, Raquel R.; SCHÜSSLER, Walquíria B. Um percurso de modernidade na Avenida Borges de Medeiros. Anais do 7º Seminário Ibero-Americano de Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte, 6 a 8 de outubro de 2021. Disponível em <<https://bit.ly/45EQTuG>> Acesso em: 1 jun. 2023.

TORRESINI, Elizabeth Wendhausen Rochadel. Porto Alegre: dos cinemas, cafés, jornais, livrarias e praças a capital dos livros (1929-1948). Estudos Ibero-Americanos. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. v. XXI, n.1, p. 5-18, julho 1995. Disponível em <<https://bit.ly/45lhxTp>> Acesso em: 1 jun. 2023.

TRINDADE, Bruno Marinho. Nas asas da resistência: a trajetória política do capitão aviador Alfredo Ribbeiro Daudt (1961-1980). Estudos Históricos. Uruguay, CDHRPyB, n. 24, Año XII, diciembre, 2020. Disponível em <<https://estudioshistoricos.org/24/eh2404.pdf>> Acesso em: 1 jun. 2023.

VERGARA, Antônio G. Invisibilidade/visibilidade: o guarani pré-colonial em Gravataí. Dissertação (Mestrado em História). Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em <<https://bit.ly/3C4gPT0>> Acesso em: 1 jun. 2023.

VIEIRA, Daniele Machado. Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/177570>> Acesso em: 1 jun. 2023.

BLOGS E SITES

ArqPOA – Guia de arquitetura da cidade de Porto Alegre
arqpoa.com.br

Beco do Rosário
www.analuizakoehler.com/becodorosario

Caminhos da ditadura em Porto Alegre
www.ufrgs.br/caminhosdaditaduraempuertoalegre

Caminhos Operários em Porto Alegre
www.facebook.com/CaminhosOperarios

Consórcio Sinergy/HMídia - Muro da Mauá.
www.murodamaua.com.br

Ipatrimônio. Patrimônio Cultural Brasileiro
ipatrimonio.org

Leal e valerosa
lealevalerosa.blogspot.com

Porto Alegre - uma história fotográfica
<http://ronaldofotografia.blogspot.com/>

PODCAST

Desapaga POA
<https://bit.ly/43i5XwN>

FILME

O resto é silêncio
Direção de Márcio Schoenardie. Produção: Casa de Cinema de Porto Alegre, 2005.
<https://vimeo.com/239639386>

INSTITUIÇÕES

Arquivo Histórico de Porto Alegre
ahpoa.blogspot.com

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa
www.musecom.com.br

Museu da UFRGS
www.ufrgs.br/museu

Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo
<https://www.facebook.com/museudepoa>

Museu Júlio de Castilhos
<http://www.museujuliodecastilhos.rs.gov.br/>

Observatório da Cidade de Porto Alegre
observapoa.com.br

Este livro nasceu do desejo de compartilhar com o maior número possível de pessoas o prazer de conhecer o Centro de Porto Alegre caminhando.

Nele, a jornalista e guia de turismo Maria Lúcia Badejo apresenta 13 roteiros temáticos que abordam diferentes aspectos da história e da diversidade cultural do Centro.

Descubra o Centro Histórico da capital gaúcha caminhando e tenha experiências culturais inesquecíveis.



PATROCÍNIO:

Baldo[®]
DESDE 1920

criação:



produção:



APOIO:



realização:

MINISTÉRIO DA
CULTURA



ISBN: 978-65-993949-1-1

CDL



9 786599 394911